

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

ISAAC ALEXANDRE DA SILVA

**JUVENTUDE E CIDADANIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO E LIMITES DA PJMP NA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1981-2006)**

JOÃO PESSOA – PB

2006

ISAAC ALEXANDRE DA SILVA

**JUVENTUDE E CIDADANIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO E LIMITES DA PJMP NA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1981-2006)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação Popular, Comunicação e Cultura.

Linha de pesquisa: Educação e Movimentos Sociais.

Orientadora: Dra. Maria do Socorro Xavier Batista

JOÃO PESSOA – PB

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

S586j Silva, Isaac Alexandre da
Juventude e cidadania na perspectiva da educação popular: contribuição e limites da PJMP na Arquidiocese da Paraíba (1981-2006)/ Isaac Alexandre da Silva. - João Pessoa, 2006.
161p.
Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista.
Dissertação (Mestrado) UFPB/CE
1. Educação Popular . 2. Juventude - Cidadania
3. Movimentos Sociais – Igreja.

UFPb/BC

CDU:37 (043)

ISAAC ALEXANDRE DA SILVA

**JUVENTUDE E CIDADANIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO E LIMITES DA PJMP NA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1981-2006)**

Dissertação aprovada em: 30 de Novembro de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra Maria do Socorro Xavier Batista - UFPB
(Orientadora)

Prof^o Álder Júlio Ferreira Calado - FAFICA
(Examinador)

Prof^o Dr. Orlandil de Lima Moreira - UFPB
(Examinador)

JOÃO PESSOA – PB

2006

A minha mãe, Israelita Félix do Nascimento,
mulher forte e lutadora, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe, Israelita Félix do Nascimento, pela educação, dedicação e pelo constante amor por mim, principalmente nos momentos mais atribulados pelos quais passei.

À minha amada esposa, Geniely, com quem aprendi muito as coisas boas da vida, em todos os sentidos, pela sua sabedoria, paciência e carinho; também, por suas sugestões, questionamentos e acompanhamento nas atividades de pesquisa.

Ao meu pai, Manoel Alexandre da Silva, e aos meus irmãos e irmãs, Israel, Ismael, Ivon, Mirian, Isaias, Inaldo e Mariza, e demais familiares que sempre me deram incentivo e força, valorizando minhas iniciativas no campo do saber e da militância.

À professora Dra. Maria do Socorro Xavier Batista, orientadora desta dissertação, pelo acompanhamento e pela orientação prestada. Neste sentido, gostaria de destacar o fortalecimento teórico-metodológico advindo da nossa relação, o que tem contribuído com o meu trabalho de assessoria junto ao segmento juvenil.

Às/aos (ex)participantes da PJMP, pela aceitação e pela contribuição com este trabalho de pesquisa, assim como pela riqueza de sua história, através da qual muitas questões pude aprender.

Às companheiras e companheiro de linha de pesquisa (Educação e Movimentos Sociais), Lucicléia, Nelsânia, Creusa, Débia, Rita Curvelo e Toninho, pela amizade e pela esperança coletiva de construção de um mundo de paz e justiça social.

Às professoras e aos professores do PPGE, da UFPB, especialmente Socorro Xavier, Edneide Jezine, Wilson Aragão, Charlinton, Antonio Carlos, Iraquitan, Emília Prestes e José de Melo Neto, pela oportunidade de crescimento e aprendizado, como também pela amizade e simpatia.

Às funcionárias e aos funcionários do PPGE, da UFPB, Rosilene, Maria das Graças, Cleomar, Glória e Cleide, pela disponibilidade, agilidade, auxílio e compreensão que permitiram a realização deste estudo.

Aos professores Dr. Álder Júlio e Dr. Orlandil, pelas observações realizadas no momento do exame de qualificação e da defesa desta dissertação, as quais contribuíram significativamente com o desenrolar do texto preliminar.

Às professoras “Ritas”, a de Cássia e a Curvelo, e Ana Paula Romão, pelas sugestões e questionamentos que muito enriqueceram este trabalho dissertativo.

Às amigas e amigos que sempre estiveram presentes me apoiando e incentivando com carinho e dedicação, em particular o Lorenzo Delaini, Paulo Anchieta, Rosa, Dona Maria Jair e Jaimaci.

E, por último, mas não por ordem de importância, a Deus, dom da vida, pela sua sabedoria e generosidade, pela sua insistência em se fazer presente junto a mim.

RESUMO

O trabalho que a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) tem realizado nas periferias de João Pessoa, durante o período de 1981 a 2006, é a base sobre a qual se assenta este trabalho monográfico. Nele, buscou-se investigar a contribuição que esta pastoral tem dado ao processo de construção da Cidadania, partindo das seguintes questões-chave: Quais as práticas político-educativas desenvolvidas pela PJMP? Até que ponto elas contribuem com o processo de construção da Cidadania juvenil no meio popular? De que modo tais práticas desenvolvidas pela PJMP vêm correspondendo às legítimas aspirações dos jovens participantes dos grupos que a compõem? Como enfoque teórico, este trabalho se fundamentou nos pressupostos político-filosóficos da Educação Popular, na perspectiva freireana, inspirada na vertente humanista do Marxismo e da Teologia da Libertação, com base nos quais foram trabalhadas as seguintes categorias de análise: “Educação Popular”, “Cidadania”, “Movimentos Sociais”, “Igreja”, “Juventude”. Do ponto de vista metodológico, optou-se pela abordagem qualitativa, mais precisamente a Pesquisa Participante, tendo como instrumentos de coleta de dados a observação de campo, a entrevista semi-aberta, o questionário, as pesquisas documental e bibliográfica. Para análise dos dados lançou-se mão da Análise de Conteúdo. Como conclusão, a pesquisa permitiu constatar a existência de uma experiência significativa de construção da Cidadania, protagonizada pelos Jovens do meio popular da PJMP de João Pessoa. Desde o início de sua criação, a PJMP tem mantido um compromisso político-social libertador com as juventudes pobres das periferias e do meio rural, como prática de evangelização a partir de sua condição de classe. Neste sentido, constatou-se, de fato, que a PJMP tem sido e é um dos canais por onde as juventudes do meio popular vêm protagonizando as suas lutas e se expressando como sujeitos de direito, buscando construir um outro tipo de sociabilidade, mais humano e justo.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude – Cidadania - Educação Popular - Movimentos Sociais - Igreja

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, on a eu pour but d'analyser le caractère politico-éducatif des activités auxquelles s'est appliquée la Pastorale de la jeunesse du milieu populaire (PJMP), du Diocèse de João Pessoa, dans les périphéries urbaines, pendant la période de 1981 à 2006. Là il s'agit de saisir l'apport de cette Pastorale sociale au processus de construction de la Citoyenneté, tout en y prenant pour questions fondamentales les suivantes: Quelles ont été les pratiques politico-éducatives présentées par la Pastorale de la jeunesse du milieu populaire, pendant la période comprise entre 1981 et 2006? De quelle façon ont-elles aidé le processus de construction de la Citoyenneté des jeunes qui y participaient? Ont-elles pu répondre - et comment - à leurs aspirations légitimes? Du point de vue théorique, cette recherche s'est inspirée sur les principes de l'Éducation Populaire, sous la perspective de Paulo Freire, ainsi que sur ceux concernant la vision humaniste du Marxisme et de la Théologie de la Libération, suivant lesquels ont été choisies comme les principales catégories d'analyse: "Éducation Populaire", "Mouvements Sociaux", "Citoyenneté", "Église", "Jeunesse". En ce qui concerne la méthodologie, on a fait recours à une approche qualitative, à la recherche participative sur le terrain, tout en utilisant l'observation, l'interview et le questionnaire, outre les documents et la bibliographie. Pour l'analyse des données recueillies, on a fait recours à l'analyse de contenu. Comme résultat de cette recherche, elle nous permet d'identifier des éléments rendant compte d'un apport significatif par la PJMP au processus de construction de la Citoyenneté, dont les jeunes du milieu populaire du Diocèse de João Pessoa se révèlent comme des sujets. La PJMP, depuis son début, se montre décisive en ce qui concerne la participation des jeunes des périphéries à ce processus, expression de l'expérience d'évangélisation en tant que sujets des classes populaires engagées dans les luttes urbaines et rurales.

MOTS-CLÉ: Jeunesse – Citoyenneté - Éducation Populaire - Mouvements Sociaux - Église

Lista de Siglas

ACO - Ação Católica Operária.

ANAMPOS - Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais.

APN's – Agentes Pastorais Negros.

ASTEIAS – Associação de Trabalho em Educação, Intervenção e Ação Social.

CAIS – Centro de Cidadania, Ação e Integração Solidária.

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

CE – Centro de Educação.

CEBI - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos.

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base.

CEDOP – Centro de Documentação e Publicações Populares.

CENAP – Centro Nordeste de Animação Popular.

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

CFM – Centro de Formação Missionária.

CFP – Centro de Formação Pastoral.

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

CLAR - Conferência dos Religiosos da América-Latina.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DEPA- Departamento de Pesquisas e Assessoria.

DSJ – Deixe-me Ser Jovem.

EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares.

FENART - Festival Nacional de Artes.

ITER – Instituto de Teologia do Recife.

JEC - Juventude Estudantil Católica.

JOC - Juventude Operária Católica.

JUAM – Jovens Unidos por um Amanhã Melhor.

JUC - Juventude Universitária Católica.

JUFF – Juventude Força e Firmeza.

ME – Movimento Estudantil

MEB - Movimento de Educação de Base.

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro.

PJE - Pastoral da Juventude Estudantil.

PO – Pastoral Operária.

PPS – Partido Popular Socialista.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PU – Pastoral Universitária.

PV – Pastoral Vocacional.

SEJAP – Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SESI – Serviço Social da Indústria.

SINTRECON - Sindicato da Construção Civil.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 - INDICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UM TRABALHO COM AS JUVENTUDES DO MEIO POPULAR | 17 |
| 1.1 Alguns olhares sobre a juventude..... | 17 |
| 1.2 Igreja na Base: uma opção libertadora na Igreja Católica..... | 28 |
| 1.3 Educação: campo epistemológico em disputa..... | 37 |
| 1.4 Educação popular e movimentos sociais..... | 48 |
| 1.5 Cidadania para todas e todos..... | 51 |
| 1.6 A participação política como uma estratégia de construção da cidadania..... | 55 |
| 1.7 Metodologia utilizada..... | 61 |
| 2 - PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR (PJMP) E A REALIDADE JUVENIL | 70 |
| 2.1 – Contextualização sócio-histórica do nascimento e da trajetória da PJMP | 70 |
| 2.2 - Juventude e educação escolar..... | 87 |
| 2.3 - Juventude e trabalho..... | 89 |
| 2.4 – Juventude: cultura e lazer..... | 91 |
| 2.5 - Juventude e a violência..... | 94 |
| 2.6 – PJMP: uma história de luta no meio popular..... | 95 |
| 3 - A CONTRIBUIÇÃO DA PJMP NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA | 106 |
| 3.1 - Organização da PJMP..... | 106 |
| 3.2 - A participação da PJMP nas lutas sociais..... | 116 |
| 3.3 - As experiências político-educativas desenvolvidas na PJMP..... | 124 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4 - ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES | 144 |
| REFERÊNCIAS..... | 150 |
| APÊNDICES..... | 157 |
| APÊNDICE A – Cronograma de atividades (trabalho de campo da pesquisa)..... | 158 |
| APÊNDICE B – Roteiro de entrevista..... | 160 |
| APÊNDICE C – Questionário..... | 162 |

INTRODUÇÃO

O interesse por investigar a temática sobre a juventude do meio popular partiu, primeiramente, de uma identificação político-social, de classe, a qual tem norteado a nossa atuação junto às juventudes católicas da Arquidiocese da Paraíba e do Regional Nordeste II¹; e do meio universitário, através do Movimento Estudantil (ME).

Nesta atuação, temos percebido que as lutas enfrentadas pelo segmento juvenil, em muitas ocasiões, têm se realizado em função da resistência às condições de vida que lhes são impostas pelos setores dominantes da sociedade, implicando em uma necessidade de se discutir e rever criticamente o tipo de cidadania que está se processando no meio juvenil.

Tanto é verdade que, nestes últimos oito anos, quando em contato com diversos grupos de jovens da periferia da Grande João Pessoa e de algumas cidades do interior, muito nos chamaram a atenção os precários serviços e bens coletivos (quando se têm) colocados à disposição da juventude, o que demonstra um descaso desmedido por parte das autoridades políticas — seja em que nível for — que, historicamente, não têm se interessado em realizar ações que, de fato, correspondam satisfatoriamente aos interesses da juventude; quando muito, se propõem alguns programas/projetos que, além de serem insuficientes à demanda, falham quanto à articulação das ações.

No caso da juventude mais pobre essa realidade é mais perversa, pois como sinalizam vários autores (CARRANO, 2000; ALMEIDA, ABREU E BARREIRA, 2003, dentre outros/as) os indicadores sociais têm apontado para o fato de que ela se situa entre os setores mais atingidos pela falta de políticas públicas, o que comprova a ausência ou fragilidade desse segmento nos espaços de decisão política. É uma comprovação também de que a escola oficial não tem conseguido proporcionar a essa juventude os instrumentos necessários para uma leitura mais crítica da realidade e para uma participação mais ativa, consciente e qualificada nos processos políticos.

Apesar disso, constatamos que processos de luta vêm se desencadeando no meio juvenil, no sentido de se buscar a transformação dessa realidade e, assim, fazer valer os seus direitos. Seja por meio do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (SEJAP), seja através

¹ A Igreja Católica se organiza no Brasil a partir dos regionais. O Regional Nordeste II abrange os seguintes Estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

dos movimentos estudantil, feminista, negro, homossexual, sem-terra/teto, das pastorais juvenis (Pastoral da Juventude (PJ); Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); Pastoral da Juventude Estudantil (PJE); Pastoral da Juventude Rural (PJR)), das tendências de esquerda de alguns partidos políticos etc., percebemos uma assimilação crítica, por parte de muitas/os jovens, das questões referentes aos processos de exclusão e uma consciência de que é necessário participar coletivamente da luta política para que tais processos sejam superados. Para isso, criam-se espaços de formação, organizam mobilizações, constroem redes e fóruns juvenis, engajam-se na vida partidária e/ou nos sindicatos, participam e constroem conferências sobre juventude e, assim, vão ocupando espaços e, como dizia Freire (1987), vão pronunciando o seu mundo.

Essa tarefa não é fácil, haja vista as dificuldades cotidianas em termos de distribuição e acesso aos recursos necessários ao que se desejam construir — ou seja, a hegemonia popular —, entretanto, as juventudes organizadas vêm se mantendo resistentes e insistentes nos enfrentamentos diários contra as adversidades geradas pelo Capital.

Neste sentido, inscreve-se a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), que desde a sua origem tem se dedicado exclusivamente às juventudes empobrecidas das periferias e do meio rural, constituindo-se, assim, em um espaço privilegiado de organização, formação e fortalecimento das lutas juvenis na cidade de João Pessoa, bem como em diversos outros lugares do Brasil.

Conscientes disso, vimos que seria importante fazer um registro dessa história, procurando apreender nela a contribuição que essa pastoral vem dando aos processos de construção e implementação de políticas públicas específicas de/para/com juventude, na cidade de João Pessoa, no período que compreende os anos de 1981 a 2006. E, assim, conseguimos aprovar um projeto, de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação Popular, na Universidade Federal da Paraíba. Para nós, este programa seria um espaço privilegiado para o tipo de sistematização que estávamos propondo, uma vez que em suas linhas de pesquisa caberia um projeto que se identificava com uma proposta político-educativa transformadora.

Iniciada a pesquisa, percebemos que, após alguns meses, a categoria “políticas públicas” é uma categoria que vem sendo utilizada recentemente e que, por isso, pouco aparece nas falas e nos documentos da PJMP. Refletindo sobre isto, vimos que a sua

exclusividade no nosso estudo poderia comprometer os objetivos de nossa pesquisa, bem como poderia trazer um prejuízo para essa pastoral, já que o período proposto para a investigação abrangeria toda a sua trajetória. Para evitar este risco optamos, então, pela categoria “cidadania”, tanto por ser uma categoria que acompanha toda a trajetória da pastoral, quanto pela sua abrangência, que além de contemplar a questão das políticas públicas para a juventude, abre possibilidades para inclusão de diversas outras dimensões relacionadas à vida da juventude.

Com este redirecionamento, o objetivo desta pesquisa passou a ser o seguinte: “Analisar a contribuição da Pastoral da Juventude do Meio Popular no processo de construção da cidadania, na cidade de João Pessoa, no período de 1981-2006”. Para isso, buscamos investigar: a história, a organização, a metodologia, as ações e a espiritualidade/mística da PJMP; o enfoque teórico-metodológico pelo qual tem se orientado a sua atuação; o tipo de cultura vivenciado nesta pastoral; os interlocutores aliados/parceiros; a relação desta pastoral com a hierarquia da Igreja; os desafios por ela encontrados, dentre outros.

A decisão por estas questões foi realizada em função das indagações que se levantaram em relação ao objetivo em pauta, ou seja, “quais as práticas político-educativas desenvolvidas pela PJMP que contribuem com o processo de construção da cidadania juvenil no meio popular?”; “Qual tem sido o alcance político das ações efetivadas por esta pastoral?”; e “Em que medida as práticas desenvolvidas pela PJMP vêm correspondendo às legítimas aspirações dos jovens participantes dos grupos sob a sua coordenação?”.

Como via metodológica, lançamos mão da Pesquisa Participante, fazendo-nos presentes em diversas atividades, reuniões e encontros realizados por esta pastoral, o que nos permitiu uma aproximação e uma participação mais intensa nos processos desenvolvidos pela mesma. Quanto ao universo, a pesquisa abrangeu os três grupos de jovens da pastoral existentes na cidade, as equipes de Coordenação, Coordenação Ampliada, alguns membros da Equipe de Assessoria e 07 (sete) participantes e ex-participantes da pastoral, representantes das variadas “gerações” da PJMP.

Referente à estruturação deste trabalho dissertativo, orientamo-nos a partir de uma perspectiva sócio-histórica, tomando como base teórica a contribuição dos educadores populares e dos teóricos vinculados aos movimentos sociais populares. Portanto, no primeiro capítulo tratamos do referencial teórico-metodológico empregado na pesquisa, evidenciando

as categorias teóricas constitutivas na investigação em questão: Juventude; Educação Popular; Cidadania; Igreja; e Movimentos Sociais.

No segundo capítulo, abordamos o contexto sócio-histórico no qual se originou e se desenvolveu a PJMP, sublinhando os condicionantes — sociais, econômicos, políticos, culturais — que vêm influenciando o seu desenvolvimento e, em seguida, discorremos sobre a sua história diante do contexto apresentado.

No terceiro capítulo, identificamos a contribuição que a PJMP tem dado na construção da cidadania. Para isso, fizemos o mapeamento e a análise dos dados alcançados na pesquisa, organizando-os em três eixos — organização desenvolvida pela PJMP; seu engajamento nas lutas sociais; e os processos político-educativos por ela desenvolvidos —, conforme foram se evidenciando na trajetória da PJMP. Foram consideradas também, neste trabalho de análise, muitas outras questões correlacionadas aos eixos identificados, a exemplo do enfoque teórico-metodológico pelo qual tem se orientado a atuação da PJMP, a mística presente em sua caminhada, o tipo de cultura fomentado em suas práticas, os desafios enfrentados, a sua relação com a hierarquia da Igreja, as forças políticas com quem tem se relacionado, os interlocutores aliados e parceiros.

E, por último, tecemos as últimas (e provisórias) considerações acerca do que conseguimos apreender com o nosso trabalho de pesquisa.

CAPÍTULO I

1. INDICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UM TRABALHO COM AS JUVENTUDES² DO MEIO POPULAR

Neste capítulo discutimos as categorias teóricas que compõem o objeto de estudo investigado nesta pesquisa — que foi a análise da contribuição da Pastoral da Juventude do Meio Popular na construção da cidadania juvenil —, bem como os procedimentos metodológicos que foram utilizados neste trabalho. Para tanto, discorreremos sobre alguns olhares direcionados à questão da juventude; analisamos o contexto eclesial no qual se originou a PJMP e por onde grande parte de sua história tem se desenrolado, destacando a vertente político-ideológica na qual esta pastoral se encontra filiada; discutimos a proposta da Educação Popular, que é a via educativa presente na atuação da PJMP, buscando relacioná-la à experiência de organização e mobilização dos movimentos sociais populares; analisamos a questão da cidadania, conferindo um destaque à participação política.

1.1 - Alguns olhares sobre a juventude

O debate em torno das questões referentes à juventude nunca teve tanta visibilidade como estamos vendo agora. Seja através dos meios de comunicação, seja por meio das publicações ou das manifestações sócio-culturais, as demandas da juventude vão se evidenciando a cada dia e, conseqüentemente, vão forjando espaços específicos e legítimos de afirmação dos interesses e necessidades juvenis. É importante considerar que nessa dinâmica os próprios jovens estão presentes, dialogando e participando dos processos, numa tentativa de se fazer reconhecer e assegurar os seus direitos de cidadania, bem como estender a sua participação nos espaços de decisão política.

² Em vários momentos deste texto, o termo juventude será utilizado no plural para sublinhar a heterogeneidade juvenil, nitidamente expressa nas “diferenças de condição social, raça, etnia e gênero” bem como “na maneira e na forma (variada) de vivenciar essa fase da vida”. (FRAGA & LULIANELLI, 2003, p. 11).

Nesse cenário, muitos olhares são lançados sobre a juventude com o intuito de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre ela e sobre as questões que lhes dizem respeito. Autores e autoras, como Abramo (2003), Carrano (2000), Fraga e Luianelli (2003), Souza (1999), dentre outros, têm se preocupado em definir o conceito juventude apresentando várias dimensões que envolvem essa temática, dada a sua complexidade e as visões mistificadoras que tanto têm se distanciado da realidade juvenil. Pois, em muitas ocasiões, a juventude tem sido analisada sob uma perspectiva simplista, na qual é associada à ameaça social, à violência e ao desvio, portanto, como um problema social (CARRANO, 2000).

Este tipo de interpretação obscurece as múltiplas realidades vivenciadas pelos jovens e dificulta uma compreensão mais profunda sobre sua realidade, por desconsiderar os diversos elementos constitutivos das situações vividas por esse segmento. Uma maneira muito comum utilizada para se compreender a juventude é enquadrá-la dentro de uma determinada faixa etária, e analisá-la de acordo com as características próprias desse tempo (CARRANO, 2000). Porém, como adverte Carrano (ibidem, p. 12),

As idades não possuem um caráter universal. A própria noção de infância, juventude e vida adulta é resultante da história e varia segundo as formações humanas. Os estudos antropológicos nos mostram que os sentidos dos relacionamentos entre as gerações se distinguem nos tempos e espaços das sociedades.

E, como defende Dayrell (2003, p. 42), mesmo que exista um caráter universal referente às transformações que ocorrem nos indivíduos de uma determinada faixa etária, como o amadurecimento biológico e as mudanças psicológicas que se realizam na vida de cada jovem, será

[...] muito variada a forma como cada sociedade, em cada tempo histórico determinado, e, no interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos.

Apesar disso, geralmente os organismos nacionais e internacionais, ao tratar das questões referentes à juventude, baseiam-se em um determinado recorte etário, seja para efeito de estudos estatísticos, ou para definição e implementação de políticas públicas específicas

para este segmento, como para início do trabalho profissional e para a responsabilidade penal, dentre outros (CARRANO, 2000).

Sem desconsiderar o fato de que em determinadas situações se faz necessária a opção por uma definição de faixa etária, acreditamos que o entendimento do universo juvenil, bem como qualquer outra categoria etária, passa pelo entrelaçamento de diversas variáveis além da questão etária (como raça, etnia, classe, gênero, tempo, espaço etc.), por meio das quais a identidade juvenil vai se constituindo. Daí, a diversidade de estilos e expressões, comportamentos e linguagens, possibilidades e limites, sonhos e desilusões. Daí o entendimento de que a condição juvenil é diversa e não se deixa aprisionar em uma única definição.

Neste sentido, muito valem as considerações de Abramo (2003, p. 22), quando diz que

[...] a condição juvenil sofreu grandes transformações nas últimas décadas; (que) hoje é difícil dizer que se resume à preparação para uma vida adulta futura: a juventude se alargou no tempo e no espaço social, e ganhou uma série de conteúdos próprios. Isto é, deixou de ser um momento breve de passagem, restrito às classes altas e médias, não só porque a educação foi largamente expandida, pois não é mais definida exclusivamente pela condição estudantil, mas por uma série de movimentos de inserção em diversos planos da vida social; inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/sexual, na produção cultural, na participação social etc.

Tais considerações apontam para uma idéia de movimento, de ressignificação da condição juvenil, posto que ao papel desempenhado pela juventude, novos conteúdos vão sendo incorporados e, conseqüentemente, vão dando um novo rumo às experiências juvenis. Por um lado, percebemos que esta dinamicidade vai se configurando nas relações cotidianas que a juventude vai estabelecendo consigo mesma e com os outros; por outro lado, consideramos também como fator importante as influências das grandes transformações que na sociedade vão se operando.

Fazendo essa leitura, evitamos cair no erro do reducionismo, o que tem sido uma constante em diversas análises sobre a juventude em tempos passados — desde a “[...] influência da filosofia especulativa do século [...]” XIX “[...] às orientações empírico-experimentais que marcaram boa parte [...]” do século passado. (CARRANO, 2000, p. 13). De acordo com Carrano (Ibidem), durante esse percurso “as pesquisas sobre a juventude

transitaram por abordagens que se mostraram parcelares frente à complexidade social da questão da juventude”, ora centrando-se na dimensão biológica, ora na dimensão social ou na psicológica; o que tem contribuído para a construção de representações distorcidas sobre a condição juvenil.

Convergingo nesta direção, os estudos de Sousa (1999, p.23) abrem um leque de possibilidades para a interpretação das condições juvenis, que muito podem nos ajudar na compreensão do que estamos falando. A partir de alguns autores, ela conseguiu identificar uma série de noções básicas sobre o conceito de juventude que vale a pena conferir, veja:

O sentido marginal e limítrofe de seus papéis sociais; o espelhamento da imagem de sua sociedade; uma construção social num emaranhado de relações sociais específicas e ligadas a contextos históricos distintos; um momento de entrada na vida pública, quando novos valores se colocarão diante dele e posições diversas serão assumidas; um recurso do qual a sociedade dispõe e do qual se utiliza para modificar-se; uma fase crucial para a formação e para a transformação do indivíduo, quer na maturação de seu corpo e de seu espírito, quer no que diz respeito às escolhas que o inserirão, definitivamente, na institucionalidade da vida social.

O emprego das noções acima apresentadas varia de acordo com as determinações de cada sociedade, posto que as expectativas geradas em torno da juventude não são as mesmas para todos os lugares. Daí, a compreensão da categoria juventude como uma construção sócio-cultural, por meio da qual cada sociedade vai imprimindo em “seus” jovens suas expectativas, vislumbrando neles “[...] características associadas, paradoxalmente, à reprodução e à mudança social [...]” (FRAGA E LULIANELLI, 2003, p.9).

Porém, a idéia de juventude, que traz em si certo sentido de continuidade ou regeneração da vida social, mas que o jovem é interpretado numa condição de passividade, não corresponde à realidade juvenil, uma vez que no jogo das interações, a resistência a certas expectativas é o mecanismo que a juventude encontra para se afirmar e para construir algo alternativo ao que, por vezes, se espera dela, ou seja, algo mais harmônico às suas convicções.

Esta última questão remete ao debate que atualmente está sendo desenvolvido em torno do protagonismo juvenil, no qual o jovem aparece como sujeito social, e, como tal, responsável também pelas construções, materiais e simbólicas, que na sociedade vão se realizando.

Diante das questões acima levantadas, chegamos ao entendimento de que a compreensão referente à categoria juventude implica um desprendimento de qualquer modelo pré-estabelecido, posto que “os critérios que a constituem são históricos e culturais”, sinalizando, portanto, para uma noção de pluralidade, de multiciência de experiências (DAYRELL, 2003, p. 41). Neste sentido, o reconhecimento das especificidades torna-se uma condição necessária para todos aqueles e aquelas que anseiam por uma visualização mais próxima do que venha a ser a condição juvenil.

A todo este debate não poderia faltar uma reflexão sobre a cultura e a sua influência na formação identitária da juventude, uma vez que sobre a mesma recai uma enorme responsabilidade quanto ao “modo de ser” construído por cada grupo juvenil.

Como aparece na literatura, o significado da condição juvenil tem a ver diretamente com o mundo cultural no qual os jovens vivenciam as suas experiências, seja no meio familiar, na escola, no trabalho, nas relações realizadas durante o tempo livre etc. Mergulhados nesse mundo cultural, os jovens vão se constituindo enquanto sujeitos por meio de experiências interativas nas quais compartilham valores, crenças, desafios, projetos, ideais, desilusões.

Trata-se de um processo dialético, ora harmonioso, ora marcado por tensões e conflitos, no qual as experiências juvenis vão se legitimando dentro da dinâmica sócio-cultural em que está inserida a juventude. Neste sentido, vale destacar que os contextos são diversos, e que a construção da identidade vai depender da qualidade das interações estabelecidas, bem como das condições disponíveis, o que nos leva a refletir criticamente sobre o lugar da juventude mais pobre no cenário atual, apontando para a necessidade de uma participação política mais efetiva nas lutas sociais por parte desse segmento. Faremos isso a partir de uma discussão em torno da cultura, uma vez que ela tem sido um dos canais mais utilizados para a interlocução com a juventude e por onde esta tem expressado as suas expectativas e esperanças, bem como a sua compreensão de mundo e de sociedade.

Reconhecendo a amplitude de dimensões que a categoria cultura abrange, priorizaremos, então, alguns elementos que consideramos necessários à compreensão do processo de identificação juvenil. Iniciamos esse momento com o conceito de cultura proposto por Cool (2002), o qual, a partir de uma perspectiva de *diversidade cultural intercultural* concebe a cultura como algo que perpassa todas as práticas/experiências humanas, ou seja

é o conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas por meio dos quais uma sociedade afirma sua presença no mundo e garante sua reprodução e permanência no tempo. Ou seja, é um modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade, e não apenas as artes, o folclore e as crenças.

Como se percebe, o termo cultura se estende a tantas outras áreas, seja de ordem material ou simbólica, como a política, a religião, a ciência, a economia etc. Mas, desse conceito, interessa-nos analisar apenas os aspectos relacionados à reprodução e à permanência da sociedade no tempo, particularmente a influência cultural na afirmação da condição juvenil.

Dissemos no item anterior que cada sociedade cria suas expectativas em torno da juventude, procurando imprimir nesta, suas normas, valores, crenças, modos de comportamentos etc., vislumbrando através desse investimento a sua continuidade no tempo, como assim aparece no conceito expressado por Coll. Para isso, existem os processos educativos, formais ou não, através dos quais a juventude vai assimilando ou resistindo os/aos bens culturais que lhes são apresentados ou, por vezes, impostos. As realidades em que se realizam tais processos são as mais diversas e complexas possíveis, e mesmo numa única realidade, ou seja, num determinado contexto sócio-cultural é possível que diversos processos estejam acontecendo simultaneamente, o que favorece aos jovens alternativas múltiplas de identificação. De acordo com Carrano (2000, p. 19)

O processo de identificação ocorre num mundo de complexidade, de possibilidades e de escolhas que se efetivam como a adesão ou combate aos constrangimentos a que os sujeitos estão submetidos. O 'eu' é relacional e móvel, se redefinindo continuamente como resposta a uma dinâmica social que exige uma multiciplidade de linguagens e relações para a produção das identidades.

Tais questões encontram eco nas palavras de Mische (1997, p. 139) quando esta, ao criticar as visões estáticas e deterministas sobre a categoria "identidade", alerta para o fato da necessidade de se utilizar instrumentos de análise mais flexíveis, de forma que se possa "compreender o dinamismo, as contingências, e a multiplicidade das experiências e interações sociais" (Ibidem, p. 138). Neste sentido, seguem algumas observações que a autora sublinha como elementos importantes para o entendimento do conceito de identidade.

A autora busca tratar da questão da identidade a partir de três aspectos: do reconhecimento, da experimentação e da orientação. Em primeiro lugar, a identidade é abordada sob o ponto de vista do “reconhecimento”, o qual é realizado a partir de alguns atributos, “como classe, gênero, raça, ou nacionalidade” (Ibidem, p. 139). Para Mische (ibidem), tais atributos indicam apenas “identidades *possíveis*, que se tornam visíveis, efetivas e relativamente ‘fixas’” somente quando passam pelo reconhecimento público, “dentro do que Pizzorno (1986) chama de ‘círculos de reconhecimento’” (Ibidem). De acordo com Mische (Ibidem), nesse conceito é abarcado “a dimensão intersubjetiva de redes sociais”, a exemplo da escola, do bairro, do trabalho, onde cada qual com seu repertório próprio de “reconhecimentos coletivos” torna visíveis “as dimensões específicas de experiências” que naquele círculo são consideradas importantes, dentre as diversas possibilidades “de conexões que poderiam ser feitas”. Daí a idéia de que a identidade não é determinada apenas pelos atributos e pela posição social, mas também pelas “experiências e orientações coletivas dentro de um contexto” que amplia os espaços para outras formas de reconhecimento.

Em seguida, a identidade é tratada também sob o ponto de vista da “experimentação”. Baseando-se nos trabalhos de Erikson e de outros autores, Mische (ibidem) diz que as experiências realizadas no tempo da juventude exercem uma forte influência na formação das identidades dos indivíduos, haja vista que este período é um período sensível às constituições identitárias. É um tempo “em que as pessoas experimentam várias expressões públicas, procurando reconhecimento no meio de diversos ‘círculos’ (ou redes): família, colegas, escola, trabalho atividades de lazer e, às vezes, atividade política”. Nesse tempo são firmados “compromissos (ainda que provisórios) com laços sociais e significados coletivos”, que influenciarão na realização de opções por toda a vida.

A identidade, sob o ponto de vista da “orientação”, é outra questão que Mische discute em seus trabalhos. Neste item, a autora defende a idéia de que as identidades são necessárias aos indivíduos como mecanismos de orientação, que servem “para dar direção e forma à ação futura” (MISCHE, 1997, p. 140). Para Emirbayer e Mische (apud, MISCHE, 1997, p. 140) as identidades são mobilizadas como suporte para atender aos “projetos emergentes dos atores, pelos quais eles tentam resolver conflitos e criar novas oportunidades de ação.”

Esta noção transcende as determinações de grupo, de categoria ou de classe, uma vez que as identidades são mobilizadas de forma seletiva, de maneira que os jovens “ [...] têm

algum espaço de escolha, manobra e, às vezes, invenção de caminhos e direções de vida [...]” (Ibidem). As experiências cotidianas e o contato com diversos projetos e identidades abrem possibilidades diversas para que os jovens façam suas escolhas, o que muitas vezes resulta “em uma fusão de múltiplos ‘projetos-em-formação’, cristalizados numa dada identidade social” (Ibidem).

Neste sentido, o diálogo entre as gerações pode se tornar uma via muito importante para novas descobertas, já que épocas e contextos diferentes se encontram e também se estranham, resultando na construção de algo novo, mais humano. Mas, não um diálogo qualquer, mesquinho e interesseiro. Estamos falando de um diálogo aberto, acolhedor, solidário, capaz de enfrentar as incompreensões, que, muitas vezes, tem tornado tão tensas as relações entre os jovens e adultos. Um diálogo nesta perspectiva traz em si as possibilidades e os limites de cada tempo, fazendo surgir daí conteúdos novos para o amadurecimento das relações.

Esse diálogo é muito importante, implica responsabilidade e compromisso, como o de incluir a juventude nos espaços de decisão, seja na família, na escola ou em outras instituições. Implica em propiciar um ambiente no qual a juventude possa fazer suas escolhas e vivenciar as experiências tão necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades, como as experiências no campo da cultura, do lazer, da afetividade, da sexualidade, da mística, da política.

Ao propormos isso, não estamos deixando de levar em conta o fato de que a realidade está prenhe de contradições, e que em determinadas relações, diálogo algum parece ser possível. Estamos muito atentos a essa questão. Os anos trabalhados com a juventude nos têm feito reconhecer que as limitações existem e que sobre a juventude, geralmente, recai o peso do mando e da falta (de tempo, de afeto, de condições). Mas, nem por isso, os jovens, as entidades e as pessoas que trabalham com a juventude deixam de insistir em mudar esta realidade, ou seja, em tornar as relações mais democráticas, com uma participação juvenil mais ativa e mais consciente de seu papel.

A propósito, achamos oportuna a contribuição de Dayrell (2003, p. 43), quando, por meio de uma pesquisa, apresenta alguns entraves quanto ao reconhecimento do jovem como sujeito social. Em uma das observações, o autor chama a atenção para o contexto em que a experiência juvenil se desenrola, trazendo à memória o fato de que quando cada jovem nasceu,

“[...] a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele.”

Logo, é compreensível que nessas experiências relacionais alguns elementos não sejam compartilhados por determinados grupos juvenis, o que não impede que outros grupos se apropriem dos mesmos, por se adequarem ao seu quadro referencial. Como diz Laraia (1986, p. 82), “A participação do indivíduo (ou de um determinado grupo) em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura [...]” — isto lembra a condição de inconclusão a que está sujeito cada indivíduo (FREIRE, 1987). Quanto a isso, acreditamos que além do fato da resistência a algo de que a juventude não participou enquanto sujeito de sua construção, há de se considerar também as precárias condições de acesso, quando se tem, aos bens culturais que alguns grupos juvenis estão submetidos.

Embora incidentes aconteçam quando gerações diferentes se relacionam, colocando-se à prova, valores, modos de comportamento, visão de mundo etc., tal experiência é importante e necessária, tanto para a continuidade existencial da sociedade como dos próprios indivíduos existentes na relação. Desse processo, espera-se da juventude o desempenho de um papel muito significativo, ou seja, o de ser

[...] um *elo* necessário do presente com o passado, porque transita de um tempo para outro e porque assimila um conteúdo atribuído pelo tempo e lugar que na história pode ou não permanecer como transformador. Seu conceito deve ser formulado dentro de uma concepção de que o tempo incorpora e atribui propriedades aos jovens que são, ora mais, ora menos, elementos *mediadores* de um processo civilizatório contraditório e conflitivo (SOUZA, 1999, p. 25).

Porém, não podemos ter a presunção de que “ser um elo” significa garantia de que a história da sociedade terá uma continuidade linear, ainda mais atualmente quando o uso das novas tecnologias da comunicação torna mais intensos os processos interativos, fazendo com que culturas diversas se encontrem e compartilhem seus modos de existência, o que, conseqüentemente pode provocar rupturas e redefinições. De fato, os intercâmbios culturais, alargados pelas mudanças tecnológicas, podem dar um novo rumo às perspectivas históricas e

ideológicas, colocando em questão determinados referenciais que, até então, gozavam de uma legitimidade quase que natural.

E aqui fazemos o reconhecimento da diversidade cultural como uma realidade que, pouco a pouco, vai se fazendo presente na vida da juventude, tornando-a mais humana e mais aberta para o acolhimento do “outro”, com todas as suas potencialidades e contradições. Por isso, assim como Coll (2002, p. 40), afirmamos a diversidade cultural como

[...] expressão real da criatividade humana mais profunda, que procura construir-se e situar-se em determinado ponto do tempo e do espaço e sem a qual *ser pessoa* não faz sentido. A diversidade cultural é a expressão da vontade de ser, a configuração da realização de uma vida plena e em comunhão com toda a realidade.

Entretanto, esta perspectiva não faz sentido em um contexto em que a juventude é impedida de ser (DAYRELL, 2003), no qual prevalece uma relação de favor e de dependência, a não ser que se tenha como horizonte uma “ação cultural para a liberdade” (FREIRE, 1979) e para a humanização das pessoas em relação. Atingir esta meta, da humanização, é uma necessidade que se impõe a qualquer cultura/sociedade que vislumbra na juventude a sua continuidade e regeneração (SOUSA, 1999), o que não acontecerá plenamente enquanto houver “situações limites” em que as juventudes se encontram quase que coisificadas (FREIRE, 1987).

Críticas também não faltam quanto ao uso dos meios de comunicação social por parte dos grupos dominantes, que através desses instrumentos têm exercido o controle e a vigilância sobre as camadas mais pobres. No caso da juventude, que é um dos segmentos mais atingidos por esses meios, percebemos, assim como Freire (1992), que a propaganda ideológica e a “sloganização” política têm contribuído para o desconhecimento, por parte dos setores mais pobres, tanto de como a sociedade funciona como dos mecanismos utilizados para geração e manutenção das desigualdades sociais, das quais são vítimas.

Essas questões remetem ao debate que Cuche (1999, p. 143) faz sobre as “hierarquias sociais e culturais”. Segundo esse autor,

As culturas nascem de relações sociais que são [...] relações desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que

resulta da hierarquia social. Pensar que não há hierarquia entre as culturas seria supor que as culturas existem independentemente umas das outras, sem relação umas com as outras, o que não corresponde à realidade.

De fato, a existência das culturas dominante e dominadas, assim como as relações entre elas, tem sido um tema considerado relevante em vários estudos e pesquisas. No trabalho que realizamos também não é diferente, uma vez que sobre a juventude é exercida uma acentuada pressão cultural, segundo a qual são ditados, sistematicamente, modos de comportamento, valores, ilusões de consumo etc.; o que pode resultar, em muitos casos, em uma conformação à situação de desumanização e, talvez pior, em uma introjeção profunda dos valores e idéias do “outro” — neste caso, o opressor/dominante — como sendo seus (FREIRE, 1987).

Essa situação desafia a todos aqueles que lutam pela emancipação da juventude, exigindo de cada um, um empenho redobrado no sentido de criar condições para que os jovens possam “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”. (FREIRE, 1996, p. 46).

Diante de tudo o que vimos e discutimos neste texto, percebemos que as condições que se tem não favorecem aos jovens, particularmente os integrantes dos setores populares, uma construção identitária condizente com as suas reais aspirações, o que implica uma necessidade de se desenvolver ações que, de fato, possam gerar políticas públicas específicas para este segmento. Implica também numa outra necessidade maior, que é a da construção de um projeto de sociabilidade alternativo, diferenciado da ordem social capitalista, que seja voltado para a transformação da realidade que foi apresentada.

Essa necessidade vem perpassando a história dos lutadores e lutadoras do povo, desafiando-lhes a um compromisso sócio-político com a luta pela “ruptura da ordem dominante” e pela “quebra da hegemonia do poder das elites” (GOHN, 2002, p. 171), condições que são fundamentais para instauração da sociedade que pretendem forjar. Pelo caminho percorrido até aqui é possível afirmar que essa conquista não é fácil e que o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade — e a sua transformação —, especialmente por parte das juventudes, também não; porém, como dissemos anteriormente, processos de luta vêm se desencadeando no meio juvenil, e, conseqüentemente, vêm

ampliando os espaços, materiais e simbólicos, por onde as interações se realizam e por onde é possível “tecer a cidadania e construir uma cultura de paz³.”

1.2 - Igreja na Base: uma opção libertadora na Igreja Católica

A Igreja Católica Apostólica Romana, como qualquer outra instituição, atua na sociedade zelando pelos seus próprios interesses, buscando afirmar-se perante a sociedade, promovendo seus quadros e disputando o poder junto a outras instâncias governamentais (jurídicas/políticas) e não governamentais. É uma instituição histórica, que se adéqua às características de cada época e de cada lugar, ora servindo de aparelho reprodutor da ordem social vigente, como historicamente tem prevalecido, ora tentando transformá-la, de acordo com as condições objetivas disponíveis.

Sua sede funciona no Vaticano, em Roma, a partir de onde se definem “[...] as estratégias de unidade e de coesão para todo o corpo [...]” (BOFF, 1990, p. 38), o que, de fato, não se consegue fazer como se desejaria. Pois, como mostram Calado (1993) e Boff (ibidem), a Igreja Católica é uma instituição pluriclassista e multinacional, nela se fazem presentes diferenciados projetos e figuras dos mais variados matizes político-ideológicos, o que a faz apresentar profundas contradições.

Considerando o percurso histórico realizado pela Igreja⁴, é possível identificar nela a predominância de duas vertentes políticas (BOFF, 1990, p. 39), as quais vão influenciar ou, mesmo, definir os perfis de igreja que vão caracterizar os movimentos, as pastorais e os serviços existentes na Igreja. De acordo com Boff (ibidem), a primeira delas é intitulada “centralização”. Como o nome já indicia, nesta vertente defende-se a idéia de que o poder religioso deve centralizar-se no Vaticano, sob o comando do Papa e da cúria romana, e de lá devem partir as diretrizes doutrinária e litúrgica a serem seguidas por todos os cristãos católicos.

³ Com esta frase fazemos referência ao projeto “Tecendo a cidadania e construindo a cultura da paz”, desenvolvido pelo SEJAP (Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba), no ano de 2005. Neste projeto, várias atividades culturais e de formação foram realizadas nas regiões da Arquidiocese, atingindo diversas juventudes, tanto do meio eclesial (católicos e evangélicos) como de outros meios não relacionados à Igreja.

⁴ O termo “Igreja” corresponde neste trabalho à Igreja Católica.

Para essa vertente pouco importa as diferenças sócio-culturais e as especificidades de cada região, posto que numa das idéias pelas quais se sustenta está a defesa de que para toda a igreja basta “[...] uma única visão doutrinária, uma única expressão litúrgica, uma única codificação moral e um único direito canônico”. (ibidem).

A outra vertente político-religiosa é a da inculturação. Nesta, prevalece a idéia da descentralização, ou seja, prevalece o entendimento da diversidade, no qual a “[...] fé cristã deve ser assimilada pelas culturas, a partir de suas matrizes próprias [...]” (ibidem). Neste sentido, descarta-se a idéia de catolicismo único, uma vez que em cada região a expressão da fé vai apresentar contornos muito diferenciados ao que propõe a Cúria romana.

Nesta visão, valorizam-se as igrejas locais, com toda a sua forma particular de organização e deliberação, como as conferências episcopais, presbiterais e laicais. Para isso, apostam-se nos valores da participação e da comunhão. Assim, “A igreja se constrói como uma rede imensa de comunidades (mesmo dentro da estrutura paroquial que recebe a partir da comunidade uma redefinição de sua estrutura e de sua missão) que, articuladas entre si, compõem o que chamamos povo de Deus” (BOFF, 1990, p. 40).

Quanto à função do Papa e do Vaticano, continua ainda a existir nesta visão, apenas num sentido diferente ao que, historicamente, vem se desenrolando. Quer dizer, de acordo com a vertente da inculturação a função do Papa e do Vaticano deveria ser desempenhada “como instâncias animadoras do evangelho, referências importantes para expressar a *mesma* fé realizada em *diferentes* histórias e instrumentos de construção de unidade *teológica* do projeto romano-católico no mundo das diferentes culturas” (ibidem).

De acordo com Boff (1990, p. 41), este modelo da inculturação foi o modelo que prevaleceu nos textos do Concílio Vaticano II, o qual ficou compreendido como um concílio pastoral. Na verdade, trata-se de um modelo que já vinha se expressando na Igreja desde os anos 50, quando ela “se abre à modernidade, aos valores humanos, ao ecumenismo e se interessa pelas questões da justiça a nível internacional”. É o momento em que a Igreja se volta sensivelmente ao drama humano, com abertura e acolhimento aos valores “do trabalho, da ciência, da técnica e das diferentes culturas”.

Ainda sobre a vertente da inculturação, é importante destacar algumas questões que provocaram um novo ardor na missão evangelizadora da Igreja. Como mostra Boff (ibidem), dessa vertente, originou-se um profícuo diálogo entre fé e vida, evangelho e justiça; por meio

dela a colegialidade episcopal foi fortalecida; ela muito contribuiu com o surgimento de uma pastoral articulada na América Latina, cuja expressão se fez sentir em Medellín (1968) e Puebla (1979); ela propiciou a “reflexão co-natural”, que é a Teologia da Libertação, que tem acompanhado a prática pastoral nos diversos espaços da Igreja; afóra tantas outras questões, não menos importantes, que expressam o vigor do “povo de Deus”.

Embora se constatem na trajetória da Igreja estas proezas originadas da vertente da inculturação — que muito tem marcado a experiência evangelizadora no continente latino-americano —, historicamente tem predominado o modelo da centralização, inclusive, de mãos dadas com os setores dominantes. De fato, desde outras formações sociais, a exemplo do feudalismo, a Igreja tem se comportado como um aparelho ideológico dos interesses dominantes, chegando a ponto de manter-se conivente com regimes autoritários e excludentes.

Porém, apesar disso, não podemos deixar de reconhecer o potencial transformador existente na Igreja, que, em momentos anteriores — como também no momento presente, através de alguns setores progressistas —, tem sido a voz profética em defesa dos oprimidos. Como assinalam Calado (1993) e Pucci (1984), nas décadas de 60 e 70 (período do regime militar), por exemplo, pôde se ver aqui no Brasil uma Igreja combativa, que se converteu (pelo menos parte dela) e foi às ruas em defesa dos direitos das classes populares, exigindo democracia e justiça social para todos e todas. Inclusive, sob o seu teto, abrigaram-se militantes oriundos de diversas correntes políticas, que naquele período o regime militar perseguira.

Há de convir que no primeiro momento do regime ditatorial os militares contaram com o apoio da Igreja, a qual se viu ameaçada ante a possibilidade da tomada do poder pelos comunistas. Mas, em seguida, com o desenrolar do regime — no momento em que percebe que entre os perseguidos e torturados se encontravam parte dos seus (os/as integrantes da chamada Igreja Popular/da Base, a juventude da JOC e da JUC etc.) e que, além disso, estava perdendo cada vez mais o poder de participação nas decisões políticas — passa a assumir também uma postura conflituosa com o regime, comprometendo-se com as lutas populares (PUCCI, 1984, p. 85). Aliás, no momento mais truculento da ditadura militar, é a Igreja a única instituição da sociedade civil contrária ao regime que se mantém ativa, sendo inclusive a porta-voz dos/as oprimidos/as.

É importante que se diga que antes mesmo desse período é possível encontrar na Igreja movimentos que já tinham uma preocupação com a questão social, a exemplo do MEB (Movimento de Educação de Base) e da ACO (Ação Católica Operária), da JOC (Juventude Operária Católica), que nos anos 40 já tinham uma atuação social de transformação, como também a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JEC (Juventude Estudantil Católica), que por volta dos anos 50, depois de passarem por uma reestruturação, em atenção às necessidades locais e regionais, vão intensificar também a sua ação social no país (MATOS, 2003, p.141 e 144).

Nessa história de luta popular, em que setores da Igreja se comprometem com a libertação do povo, não podemos deixar de reconhecer também a importância de alguns acontecimentos eclesiais que marcaram, sobremaneira, a vida da Igreja. Assim, apontamos, inicialmente, o Concílio Vaticano II (1962-1965), que, apesar de não ter feito uma opção pelos pobres, abriu caminhos de diálogo, comunhão e participação no interior da Igreja, assim como foi um espaço importante no qual a Igreja pôde rever-se e, numa postura de diálogo e serviço, aproximar-se da realidade contemporânea.

Apontamos também, dentre outros acontecimentos, as conferências episcopais latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), que diferentemente do Concílio Vaticano II, deixaram bem explícita a opção da Igreja pelos pobres. De acordo com Comblin (1996, p. 33), o que não foi possível fazer no Concílio, realizou-se em Medellín, ou seja, a temática dos pobres foi colocada no centro das discussões, tornando-se uma prioridade na ação evangelizadora da Igreja latino-americana.

Em Medellín a situação de exploração e opressão do povo latino-americano foi denunciada e encarada como um desafio que precisaria ser enfrentado pela Igreja. E como se pôde notar, a partir de Medellín a Igreja intensifica a sua participação no processo de libertação dos oprimidos, contribuindo efetivamente com a organização e a ampliação dos movimentos populares de libertação.

Para Pucci (1984, p. 86), “Medellín foi o resultado da dinâmica da Igreja na América Latina dos anos 60, marcou pontos em termos de maior compromisso para com o continente em transformação, e abriu caminhos favoráveis aos setores mais progressistas da Igreja”. De fato, a Igreja brasileira que o diga, a influência de Medellín será visível na sua ação pastoral nas décadas seguintes, principalmente ao final dos anos 70 e início dos anos 80, quando a

chamada *Igreja na Base* se faz mais presente nas lutas populares. Mais à frente retomaremos este assunto.

Quanto à Conferência Episcopal de Puebla (1979), o panorama já não foi tão favorável aos setores progressistas como fora no período de Medellín. Segundo Pucci (1984, p. 16-18), na preparação de Puebla houve toda uma manipulação arquitetada pelos setores conservadores da Igreja latino-americana, com o apoio da Cúria Romana, para que não se repetisse o que acontecera em Medellín. Porém, estes setores não tiveram força suficiente para impedir que em Puebla se reafirmasse a caminhada da Igreja nos últimos anos. Neste sentido, “foram reafirmadas a opção preferencial pelos pobres, a promoção e a libertação integral, a defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana, a dimensão social e política da fé. Foram valorizadas as CEB’s, a religiosidade popular” (Ibidem, p. 118).

Nesse contexto, vamos ter aqui no Brasil uma intensa participação de militantes católicos, oriundos da *Igreja na Base*, engajados/as em diversas frentes populares, como nas lutas camponesas pela reforma agrária; na criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), do PT (Partido dos Trabalhadores); nas lutas dos movimentos feminista, indigenista, dos negros, de associações de bairros, ecológico, pela escola pública etc. (CALADO, 1993, p. 32).

Como demonstra Calado (ibidem), a participação da *Igreja na Base* nas lutas desse tempo muito contribuiu com o desenvolvimento e a propagação de alguns valores (numa direção anticapitalista) que nortearam o tipo de sociedade que naquela época estava se buscando, quais sejam: de participação e democratização; de justiça social; de cooperação, solidariedade e partilha; de liberdade; de valorização e respeito às diferenças etc.

Embora tais valores não tenham sido exclusividade dos membros da *Igreja na Base* (CALADO, ibidem, p.33), eles expressavam as características que delineavam a prática, a metodologia e o processo político-educativo desenrolados no cotidiano desta vertente na Igreja. Neste sentido, destacamos o importante papel da Teologia da Libertação, que, segundo Calado (ibidem, p. 34), exerceu uma influência positiva na formulação de uma nova eclesiologia. De fato, o surgimento da Teologia da Libertação trouxe para dentro da Igreja uma feição mais popular, um novo jeito de ser igreja e uma nova forma de se vivenciar a fé.

De acordo com Calado (ibidem, p. 35-37), em alguns espaços eclesiais se fez notar alguns sinais dessa nova igreja. Na linguagem que passou a ser utilizada, por exemplo, termos

como “‘comunhão’, ‘participação’, ‘colegialidade’, ‘corresponsabilidade’ e outros” (ibidem, p. 35), fizeram-se ouvir com muita freqüência; foram criados mecanismos que vieram a contribuir com o processo de democratização do poder, a exemplo dos conselhos pastorais; investiu-se com mais intensidade na formação dos leigos/as; fez-se uma nova leitura dos textos fundantes, a exemplo da Bíblia, que neste novo tempo passa a ser interpretada mediante uma contextualização histórica, crítica, tendo em vista os desafios presentes na realidade do povo etc.

Nesse período, nasce uma Igreja de resistência (*Igreja na Base*), que toma consciência dos problemas das classes populares, e a partir daí se coloca a serviço de sua libertação. Trata-se de um período de muita vivacidade na história da Igreja do Brasil (como fora dela), em que se pôde registrar o nascimento das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra); a criação das pastorais: da Mulher Marginalizada, dos Migrantes, Operária, da Criança, da Juventude do Meio Popular etc.; a constituição do CIMI (Conselho Indigenista Missionário; e a criação de alguns serviços com um perfil progressista.

Entretanto, como mostra Calado (ibidem, p. 37-39), a atuação político-educativa desenvolvida pelos membros desta *Igreja na Base* não foi bem aceita pelas forças políticas reacionárias vigentes, tanto nacionais como internacionais. Não é de se estranhar, pois, na base dessa atuação constava um questionamento crítico-transformador da ordem social em vigência, a qual apresentava um quadro lamentável de marginalização e exclusão social. Em consequência dessa atuação (não apenas dela), ampliava-se, pouco a pouco, no imaginário popular a consciência da opressão e o entendimento de que os oprimidos precisariam se organizar para, assim, se libertar.

Para que isso não tomasse proporções maiores, as forças oponentes fizeram toda uma articulação para que essa proposta não fosse adiante. Vale dizer que essa preocupação não se restringia ao território brasileiro, mas também se estendia a outros países em que se fez presente este tipo de Igreja. Assim, elaboraram-se diversos documentos que sugeriam o combate à Teologia da Libertação e o desmonte desta perspectiva de igreja, perseguiram e torturaram vários militantes e fizeram até um investimento na dimensão religiosa, através das seitas que se espalhavam por vários lugares do continente.

Convém sublinhar que nessa investida contra a *Igreja na Base*, o Vaticano, sobretudo a partir de João Paulo II (CALADO, 1993, p. 39), desempenhou um papel extremamente

favorável às forças reacionárias, haja vista que o mesmo sentira na pele também a ameaça revolucionária contida naquela perspectiva eclesial. Para tanto, o Vaticano desenvolveu uma série de estratégias, fragilizando, sobremaneira, a ação pastoral da *Igreja na Base*. Considerando o estudo de Calado (ibidem, p. 40), destacamos as seguintes estratégias:

- Intervenção na CLAR (Conferência dos Religiosos da América-Latina), impondo aos seus dirigentes a adequação aos “novos” ditames de Roma;
- Advertência expressa aos principais bispos da corrente libertadora, como Dom Pedro Casaldáliga;
- Punição aos teólogos da libertação e a Teologia da Libertação, sob a acusação de vinculação ao marxismo;
- Desmonte das pastorais sociais organizadas na Arquidiocese de Recife/Olinda, após a aposentadoria de D. Hélder Câmara (1985/1986);
- Controle aberto sobre os institutos de teologia e as universidades católicas, proibindo-os de manter professores com posição teórico-filosófica não aprovada pela hierarquia;
- Redirecionamento “da política de nomeações e transferências de bispos, arcebispos e cardeais”;
- Divisão autoritária da arquidiocese de São Paulo, sem o consentimento do Cardeal Arns e dos seus auxiliares (“a exceção de um!”);
- Fechamento do ITER (Instituto de Teologia do Recife) e do Seminário Regional do Nordeste;
- Punição, na Arquidiocese de Olinda/Recife, e expulsão de lideranças carismáticas, a exemplo do padre Reginaldo Veloso e outros;

Até que inicialmente houve uma forte resistência a este ataque violento do Vaticano, mas não foi o suficiente para evitar o forte refluxo que sobreveio, pouco tempo depois, à *Igreja na Base*. Ao tempo em que esta foi enfraquecendo, foi surgindo e se fortalecendo na Igreja uma diversidade de movimentos leigos transnacionais, como a Renovação Carismática Católica, o Focolares, o Opus Dei, *Schonstatt* etc., o que veio a agravar ainda mais a situação da *Igreja na Base*.

Sobre esta última questão, basta dizer que além de reforçar o modelo de Igreja defendido pelo Vaticano — que é um modelo autoritário, centralizador, androcêntrico, clerical etc. —, tais movimentos, geralmente, vêm apresentando ainda algumas características que em nada contribuem com as lutas populares, tais como: uma espiritualidade subjetivista, intimista e sentimentalista, desvinculada da realidade do povo; um nível de despolitização muito acentuado; uma visão moralista e reducionista a respeito de alguns aspectos da vida, como a sexualidade; uma prática social baseada no assistencialismo; uma pedagogia tradicional, diretivista e personalista etc. Como dizia Comblin (1996, p. 6), já em 1996,

A Igreja mudou. Há trinta anos falava-se em secularização, história, encarnação na história. Hoje predomina o espiritualismo. Antes o racionalismo, agora o irracionalismo. No entanto, a Igreja está a serviço do mundo. Não pode sair dele. A libertação continua desafiando-a, e, hoje, mais do que nunca. Ainda que com menos popularidade, os teólogos têm a missão de lembrar isso.

De fato, na pauta do dia, a linguagem da libertação permeia apenas a prática pastoral de uma pequena minoria no seio da Igreja. A realidade é muito desafiadora, cada vez mais a estrutura eclesial se fecha para a *Igreja na Base*, o que prova que as conseqüências das estratégias utilizadas pelo Vaticano ainda se fazem sentir no cotidiano das pastorais e dos serviços existentes na Igreja. Além disso, é necessário dizer que na situação de refluxo, encontram-se também os parceiros históricos da *Igreja na Base*, como os movimentos sociais populares, os partidos progressistas (em sua dimensão crítico-transformadora), os sindicatos, a Central Única dos Trabalhadores etc., o que fragiliza ainda mais a possibilidade de construção de uma nova Igreja.

Apesar de disso, notamos que na Igreja ainda há uma insistência, por parte de alguns setores, em se construir um mundo e uma Igreja diferentes do que estão aí. Não se sabe, ao certo, até onde vai dar isso, mas se tem clareza de que é necessário perseverar na luta, considerando-se o fato de que a realidade é histórica, por isso, passível de mudança.

Observando toda essa trajetória da *Igreja na Base* é possível identificar uma prática político-educativa que a diferencia de outros perfis de igreja, posto que na sua agenda tem-se verificado um compromisso social com os legítimos anseios populares. Esse compromisso é visivelmente traduzido no conjunto das práticas que vem se efetivando nestas últimas décadas,

incluindo-se aí a participação de seus agentes/militantes nas diversas frentes de lutas que se levantaram neste período.

É óbvio que para isso houve todo um investimento nos processos formativos, por meio dos quais as lideranças pastorais foram se qualificando e se envolvendo nas iniciativas e nos movimentos que foram se consolidando, oportunizando ao povo uma nova maneira de conceber a realidade.

De fato, como mostra Sherer-Warren (1996), a nova teologia e a nova prática pastoral produzida pela Igreja favoreceram a tomada de consciência por parte do povo, o qual passa a contar com uma nova compreensão acerca da realidade em que vive. Neste sentido, o Deus da vida passa a ser, também, o Deus da história, da história em que os homens e as mulheres se fazem presentes, na condição de sujeitos, ou seja, não mais de meros espectadores do que vai se passando.

Considerando as questões acima levantadas é sensato reconhecer que a história da *Igreja na Base* se confunde com a própria história das lutas e dos movimentos populares que desenvolveram nestas últimas décadas. Quer dizer, seus traços encontram-se presentes em diversos cidadãos e cidadãs espalhados pelos diversos espaços da sociedade, os/as quais mantém viva, ainda, a utopia de uma sociedade em que a dignidade humana seja contemplada em todas as suas dimensões.

1.3 - Educação: campo epistemológico em disputa

A educação, enquanto espaço formal e institucional de ensino tem sido um dos principais instrumentos responsáveis pela reprodução e transformação da vida social e cultural das sociedades. A ela, muitos objetivos lhe foram atribuídos, como os de preparar indivíduos para: o exercício da cidadania; a ocupação dos postos de trabalho; a socialização e a assimilação dos valores, dos costumes, das normas, dos conhecimentos produzidos socialmente; a construção de novos conhecimentos e saberes indispensáveis à vida; dentre outros tantos. A definição de tais objetivos, historicamente, se traduziu em alvo de intensas disputas entre grupos e classes, justificando, assim, a existência de concepções diversas quanto ao modo de se compreender e desenvolver o fenômeno educativo.

Neste sentido, a seguir faremos uma breve reflexão sobre algumas dessas concepções, procurando destacar a proposta educacional que vem norteando o nosso trabalho, ao mesmo tempo em que apontaremos os motivos pelos quais nos levaram a rejeitar o tipo de educação defendido pelos donos do capital.

Antes disso, é importante lembrar que no Brasil, até o início do século passado, apenas os ricos tinham acesso à educação escolar. Depois, com o desenvolvimento da indústria e a, conseqüente, necessidade de mão de obra qualificada para ocupar as funções que esta dispunha, abriu-se aos segmentos mais pobres, entretanto de maneira limitada às necessidades fabris. Embora essa abertura tenha se realizado, de fato, a educação escolar oferecida a tais segmentos sempre foi de qualidade muito inferior ao do tipo desfrutado pelos setores dominantes, restringindo-se, em muitos casos, à apreensão de saberes elementares. Essa é uma constatação que há muito tempo vem ocupando um espaço especial na agenda dos movimentos sociais populares, sobretudo os da educação.

Atentos a essa realidade, refletimos sobre as abordagens educacionais que têm se destacado nas práticas escolares do nosso país, tomando como referência, inicialmente, a análise realizada por Libâneo (2002).

Considerando os condicionantes sóciopolíticos que norteiam os passos de cada abordagem, este autor classificou dois grandes agrupamentos pedagógicos em duas grandes tendências pedagógicas, quais sejam: a *pedagogia liberal*, que é composta pelas abordagens tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e tecnicista; e a *pedagogia*

progressista, composta pelas tendências pedagógicas libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

Para Libâneo (Ibidem), o termo liberal decorre da doutrina liberal, por meio da qual o sistema capitalista tem buscado a sua justificação, quando, “[...] ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes.” Logo, independentemente das variações que cada abordagem dessa tendência (liberal) possa apresentar, podemos afirmar que todas elas têm servido como um instrumento de ideologização e propagação dos interesses do capital.

Portanto, a educação pensada nos moldes dessa tendência (liberal) é aquela em que o educando é levado a desenvolver as suas aptidões individuais, de modo que possa “[...] aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual”. (Ibidem, p. 21 e 22). Nesse processo, apregoa-se a idéia de igualdade de oportunidades, porém escamoteia-se o conflito entre as classes, quando não leva em conta as condições desiguais existentes entre elas.

Entre as tendências pedagógicas denominadas por Libâneo de liberais merece destaque a *liberal tradicional*, pela predominância que exerceu e continua exercendo nas escolas até o presente. Segundo esse autor, nessa abordagem, o processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido com vistas à “preparação intelectual e moral” dos educandos para a ocupação de seu lugar na sociedade, cabendo a cada um a responsabilidade de realizar tal feito. Para isso, aposta-se no desempenho individual. Quanto aos menos capazes, que não conseguem atingir tal meta, devem lançar mão do ensino profissionalizante” (Ibidem, p.23).

Para essa perspectiva, como para abordagem liberal tecnicista, pouco importa a história de vida das/os educandas/os, seus problemas e os desafios que enfrentam diariamente, para estarem em sala de aula. Pouco importam também as aprendizagens construídas anteriormente por elas/es através das interações realizadas em outros espaços, a exemplo da família, do trabalho e da utilização do tempo livre, dando a entender que o/a educando/a não possui cultura própria.

O que vale é a repetição de conteúdos, a transferência automática de informações, cabendo à/ao educanda/o a obrigação de reproduzir o que lhe está sendo prescrito (FREIRE, 1987, p. 59). Quanto ao educador e a educadora, considerados os sujeitos desse processo,

espera-se o desempenho de fazer comunicados, de “[...] ‘encher’ as/os educandas/os dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e sem cuja visão ganhariam significação” (FREIRE, *Ibidem*, p. 57). Este processo se dá por meio de uma relação (professor/a-aluno/a) autoritária, na qual prevalece a autoridade do/a professor/a.

Na abordagem *liberal renovada progressivista* o processo de ensino-aprendizagem é concebido também como um meio de adaptação dos/as educandos/as aos objetivos e às necessidades da vida social na qual está inserida, porém, com algumas diferenças a se destacar.

A experiência, por exemplo, ocupa lugar central nessa perspectiva, pois, acredita-se que por meio dela o processo a apreensão da realidade se realiza com mais intensidade. Sendo assim, “À escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente”. (LIBÂNIO, 2002, p. 25).

Neste sentido, uma atenção especial é dispensada aos “processos mentais” e às “habilidades cognitivas”, ou seja, aos processos internos através dos quais os/as educandos/as organizam e processam os conhecimentos; fazendo com que seja “[...] mais importante o processo de aquisição do saber do que o saber propriamente dito” (*Ibidem*).

Referente à relação professor/a-aluno/a, nessa abordagem “[...] não há privilégio para o professor; antes, seu papel é auxiliar o desenvolvimento livre e espontâneo [...]” dos/as alunos/as, o que implica na “criação” de um ambiente estimulador, propício ao ato de aprender.

Quanto à terceira abordagem da tendência liberal, ou seja, a *liberal renovada não-diretiva*, assinalamos inicialmente a posição ocupada pelo/a aluno/a no desenrolar do processo de ensino-aprendizagem. Segundo essa visão, a educação deve ser “centrada no aluno”, buscando com isso a formação de sua personalidade “[...] através de experiências significativas que lhe permitam desenvolver características inerentes à sua natureza” (*ibidem*, p. 28).

Para isso, espera-se que o/a professor/a, numa postura de “facilitador/a”, possa favorecer um ambiente agradável que garanta um “clima de relacionamento pessoal e autêntico”. Qualquer tipo de intervenção é mal vindo, “‘Ausentar-se’ é a melhor forma de

respeito e aceitação plena do aluno” (ibidem). Neste sentido, a aprendizagem é autodescoberta e autodirigida.

Em relação ao modo de se trabalhar os conteúdos de ensino, nessa abordagem a transmissão é colocada num plano secundário, pois, mais importantes são os “processos de desenvolvimento das relações e da comunicação”. Por isso, valorizam-se as relações interpessoais, acreditando que por meio das interações os/as educandos/as vão organizando e dirigindo a sua experiência educativa. Portanto, o processo educativo fica sob a sua responsabilidade, seja no momento de escolha dos conteúdos, na reflexão sobre os mesmos ou no processo avaliativo.

Referente à abordagem *liberal tecnicista*, o próprio nome já indicia uma de suas principais características, ou seja, o uso das técnicas no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Com esse uso, busca-se assegurar as condições necessárias para que o processo de transmissão/recepção dos conteúdos ocorra com resultados positivos.

Os conteúdos de ensino considerados nessa abordagem “São informações, princípios científicos, leis etc., estabelecidos e ordenados numa seqüência lógica e psicológica por especialistas” (ibidem, p. 29); portanto, não se leva em conta a participação do alunado no processo de construção curricular. Referente aos conteúdos de ordem subjetiva, não são bem vistos nessa perspectiva, posto que é considerado válido apenas aquilo “que é redutível ao conhecimento observável e mensurável”.

No que diz respeito à relação professor/a-aluno/a, ambos são vistos como meros “espectadores frente à verdade objetiva” (ibidem), a qual não pode ser alterada nem questionada. Trata-se de uma relação técnica, em que se busca apenas a transmissão das informações que constam nos manuais. Neste sentido, espera-se do professor/a o desempenho de “administrar as condições de transmissão da matéria”; do/a aluno/a, espera-se a recepção e fixação passivas dos conteúdos que lhes são transmitidos.

O ensino, nessa perspectiva, consiste em desenvolver nos/as alunos/as as habilidades, aptidões, valores etc. que o sistema social global requer. Para isso, realiza-se um processo de modelação, a partir de passos sequenciais de instrução, tendo em vista o ajustamento do comportamento às metas preestabelecidas. O uso do mecanismo de condicionamento é uma forma muito utilizada para se fazer isso. “Trata-se de um enfoque diretivo do ensino, centrado no controle das condições que cercam o organismo que se comporta” (ibidem, p. 31).

Como se percebe, essa abordagem apresenta alguns traços característicos que também podemos observar na liberal tradicional, a exemplo da ênfase que é dada ao produto, ou seja, ao resultado que o processo ensino-aprendizagem pode gerar. Há uma preocupação acentuada quanto às respostas que são fornecidas pelos/as alunos/as, no sentido de verificar se as mesmas correspondem ao que, de fato, foi planejado. E aí destacamos a íntima relação com o mundo produtivo.

Por esta breve exposição, é possível observar que as abordagens integrantes do grupo **liberal** não questionam a realidade social, no sentido de buscar a superação das contradições de classe, de educar para transformar. Pelo contrário, o que se constata é uma busca de adaptação dos indivíduos a uma determinada realidade, numa tentativa (bem sucedida no capitalismo) de torná-los contribuintes com a sua manutenção e perpetuação. Para isso, ora se aposta no diretivismo, com aplicação de técnicas e tecnologias modernas; ora se aposta no espontaneísmo, com um enfoque mais centrado nos/as educandos/as.

Nestes últimos anos, essa perspectiva (liberal) vem sendo representada também na “Pedagogia das Competências”, a qual tem procurado corresponder à reestruturação que vem se realizando no mundo da produção. Pois, nestes tempos neoliberais, as exigências direcionadas à educação têm exigido um perfil de trabalhador mais flexível, criativo e “autônomo”, que saiba gerenciar processos, fazer análise, se relacionar com os outros, trabalhar em equipe e responder com rapidez e eficiência às imprevisibilidades surgidas no mundo do trabalho. (KUENZER, 2002; MANFREDI, 1998; RAMOS, 2001).

À primeira vista, a centralização na noção de competência como ordenadora das práticas pedagógicas parece um avanço na relação entre a educação e o mundo produtivo, porém, como alerta vários autores e autoras, esta perspectiva é apenas uma nova instrumentalização em favor do Capital, uma vez que o novo perfil exigido corresponde a um “[...] simples tarefeiro em ações esvaziadas de conhecimento técnico e de compromisso político com a transformação, formal e realmente subsumido pelo capital” (KUENZER: 2002, p. 81). Trata-se de uma pedagogia tão funcionalista e utilitarista quanto as outras utilizadas anteriormente pelo capital.

Enfim, a tendência liberal, em qualquer uma de suas modalidades, constitui-se numa ferramenta nociva às classes populares, pois a sua utilização implica o desenvolvimento de uma passividade intelectual e política que nada contribui com a sua emancipação, pelo

contrário, cada vez mais as “domestifica” e as aliena (ibidem). Como alerta Freire (1987, p. 58), num tipo de educação distorcido como este “[...] não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”.

Neste sentido, é imprescindível o exercício da crítica à educação capitalista, uma vez que a mesma tem sido a perspectiva hegemônica na história da educação brasileira, por meio da qual as elites dirigentes têm exercido a dominação ideológica e o fortalecimento das situações de mistificação da realidade social, tornando-se, assim, em um instrumento poderoso de manutenção das desigualdades sociais (CURY, 1995).

Na direção contrária, Libâneo (2002, p. 32) discorre sobre a **tendência progressista**, afirmando inicialmente que este termo é utilizado “[...] para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação”.

Trata-se de uma tendência pedagógica questionadora, comprometida com as lutas emancipadoras e, por isso, antagônica aos interesses do capital; logo, uma tendência que “[...] não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais” (ibidem).

De acordo com Libâneo (ibidem), nessa perspectiva se inclui as seguintes abordagens: a **libertadora**, a **libertária** e a **crítico-social dos conteúdos**. Iniciando nossa reflexão por esta última, a abordagem **crítico-social dos conteúdos**, registramos a observação do autor quando diz que essa abordagem se propõe a ser “[...] uma síntese superadora das pedagogias tradicionais e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na prática social concreta” (ibidem).

Uma das maneiras utilizadas para o alcance dessa meta se traduz na ênfase que essa perspectiva confere ao trato dos conteúdos de ensino, “[...] não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais” (ibidem, p. 38 e 39). São conteúdos que foram construídos ao longo da experiência humana e que devem perpassar a prática educativa, de tal forma que possam se ligar à experiência concreta do/a educando/a.

Nessa visão não se estabelece uma “[...] oposição entre cultura erudita e cultura popular, ou espontânea, mas uma relação de continuidade em que, progressivamente, se passa da experiência imediata e desorganizada ao conhecimento sistematizado” (ibidem, p. 39 e 40).

Ou seja, há um processo de superação na forma de se apreender a realidade, no qual o/a próprio/a aluno/a, com a intervenção do professor, participa como sujeito ativo e co-responsável por esse processo.

O método utilizado para que isso aconteça deve ser aquele que busca uma correspondência entre os conteúdos a serem ensinados e a experiência vivida pelo/a aluno/o, numa forma de confrontação. Para isso, parte-se do saber e da prática reais do/a aluno/a, para, em seguida, confrontá-los com a explicação do/a professor/a, o que vai resultar numa síntese, ou seja, numa “unidade entre teoria e prática” (ibidem, p. 41).

Referente à relação professor/a-aluno/a, ambos participam ativamente do processo de ensino-aprendizagem. Como o conhecimento, nessa perspectiva, é construído a partir de trocas, numa experiência interativa “entre o meio (natural, social, cultural) e o sujeito”, cabe, então, ao/a professor/a a função de mediação dessas trocas. O desempenho dessa função implica em orientar o alunado, em criar situações para que o mesmo possa confrontar suas experiências e saberes com os conteúdos e os modelos trazidos de fora. Isso requer da/o aluno/a uma postura ativa, de busca, posto que o conhecimento, segundo essa visão, não é doado, mas construído a partir de sua participação também, de sua capacidade de poder confrontar saberes e daí edificar algo novo, superior ao que já existia anteriormente.

Portanto, aprender, segundo essa visão, consiste em desenvolver a “[...] capacidade de processar informações e lidar com estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência”.

Quanto à abordagem *progressista libertária*, assinalamos, logo de início, três características que também aparecem no ideário da pedagogia libertadora (LIBÂNEO, 2002, p. 32): a primeira se refere à defesa que essa abordagem faz da idéia da autogestão pedagógica, no sentido de que aos/às alunos/as devem ser dispostas as condições necessárias — tais como “[...] o conjunto da vida, as atividades e a organização do trabalho no interior da escola” (ibidem, p. 37) — para que os mesmos possam tomar em suas mãos os rumos de sua aprendizagem. Para isso, muito valem as experiências grupais de trabalho, especialmente quando se tratar da “vivência de mecanismos de participação crítica”.

A segunda questão, que se relaciona muito bem à primeira, diz respeito ao posicionamento contrário que essa abordagem apresenta a qualquer forma de autoritarismo, seja o autoritarismo expresso na relação professor-aluno, seja na forma burocratizada em que o

Estado exerce sua ação dominadora, que “[...] tudo controla (professores, programas, provas etc.), retirando a autonomia” etc. (ibidem, p. 36).

A terceira questão comum às abordagens libertária e libertadora se configura na valorização da experiência vivida pelo educando; ou seja, para essas duas vertentes, muito valem os saberes e as experiências trazidos “de casa” pelas/os educandas/os, pois, é deles que se inicia o processo de ensino-aprendizagem. Assim, diversas outras questões que não aparecem no (antidemocrático) currículo escolar podem ser consideradas significativas para a aprendizagem, o que exigirá do/a professor/a a sensibilidade para saber o que os/as alunos/as já sabem, dizem ou fazem (ibidem, p. 42).

Além das questões acima, convergentes à proposta libertadora, assinalamos, ainda, na pedagogia libertária, a não-diretividade que é assegurada no processo de ensino-aprendizagem, o que garante ao alunado a liberdade ante ao/à professor/a. Portanto, são rechaçados “[...] todos os métodos à base de obrigações e ameaças” (ibidem, p. 37). Como exemplo disso, citamos a escolha dos conteúdos de ensino, que é realizada pelo próprio alunado, segundo seus interesses, podendo até algum membro ausentar-se de uma determinada atividade que não esteja sentindo-se bem integrado ou que não corresponda a seus interesses.

Assim como os/as alunos/as, o/a professor/a pode também lançar mão da liberdade nesse processo, como, por exemplo, “[...] recusar-se a responder uma pergunta, permanecendo em silêncio”, porém, “seu silêncio tem um significado educativo que pode, por exemplo, ser uma ajuda para que o grupo assuma a resposta ou a situação criada” (ibidem, p. 37). E, assim, este profissional vai atuando como “um orientador e um catalisador”, misturando-se “ao grupo para uma reflexão em comum” (ibidem, p. 37).

Referente à abordagem *libertadora*, faremos uma reflexão mais cuidadosa quanto a alguns de seus aspectos constituintes, isto porque este nosso trabalho de pesquisa converge com os interesses e os valores através dos quais esta vertente enxerga e interpreta a realidade. Logo, além da contribuição de Libâneo (ibidem), utilizaremos outras referências mais relacionadas com o pensar, o fazer e o sentir propostos nesta abordagem.

Como o nome já indica, trata-se de uma perspectiva libertadora de educação, que tem como uma de suas principais finalidades a transformação da realidade de opressão. Por isso, encontra-se comprometida com as lutas populares, como um instrumento valioso de

conscientização e politização a ser utilizado contra todo tipo de desumanização. Portanto, é uma perspectiva político-educativa de classe.

Através dela, os indivíduos, particularmente “os oprimidos”, vão tomando consciência das contradições existentes no mundo, na sociedade e em si mesmos e a partir daí vão construindo, coletivamente, estratégias para a sua superação. Trata-se de um processo dialético que busca interpretar a realidade a partir da relação teoria e prática.

Neste processo, os indivíduos são instigados a pensarem sobre a situação existencial concreta, em sua totalidade, procurando entender daí as interações existentes entre as partes que a constituem, o que levará a outro nível de compreensão “que até então não tinham” (FREIRE, 1987, p. 96). Esta passagem de nível corresponde à “emersão” que, progressivamente, os indivíduos fazem sobre a realidade, conseguindo, com isso, enxergar nela os interesses, as finalidades, as relações de poder e a ideologia subjacentes à sua existência.

Porém, o ato de emergir, ou seja,

[...] de desvelar a realidade, indiscutivelmente importante, não significa o engajamento automático na ação transformadora da mesma, o problema que se apresenta é o de encontrar, em cada realidade histórica, os caminhos de ida e volta entre o desvelamento da realidade e a prática dirigida no sentido de sua transformação (FREIRE, 1979, p. 60).

Quer dizer, descobrir-se oprimido, descobrir a razão de ser das coisas, das relações ainda não é garantia de libertação, é apenas uma parte dela. O caminho para a libertação exige também uma “inserção crítica” na realidade, ou seja, o exercício de uma práxis revolucionária — que é ação e reflexão, teoria e prática —, sem a qual mudança alguma se alcançará. Como diz Freire (1987, p. 102), “Desta maneira, a *inserção* é um estado maior que a *emersão* e resulta da conscientização da situação. É a própria consciência histórica”.

Para isso, os defensores da abordagem libertadora contam com o diálogo — *crítico e libertador* — como via metodológica para a apreensão da realidade, partindo da idéia de que o conhecimento é (re)elaborado coletivamente, por meio de uma relação horizontal, de respeito e reciprocidade, o que sugere o reconhecimento do/a educando/a como sujeito também desse processo. Desta forma, “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa,

é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 1987, p. 68).

Neste sentido, pensar a relação educador/a-educando/a, pressupõe a superação dos esquemas autoritários da educação tradicional, nos quais prevalece o poder daqueles a quem foi delegado o papel de educar (Ibidem). Na proposta libertadora os papéis são redefinidos, não se aposta na idéia de que apenas o/a educador/a é quem: educa, sabe, pensa, diz a palavra, opta, escolhe o conteúdo programático, é o sujeito do processo (ibidem, p. 59). Na perspectiva libertadora é diferente, os/as educandos/as também realizam tais ações, por isso, são chamados a participarem dos passos que levam a construção do saber, são chamados a pronunciarem o seu mundo, suas verdades e intenções.

Mas, é importante que à/ao aluna/o estejam disponíveis as condições necessárias para que a/o mesma/o possa “exercer a crítica pessoal da ordem do mundo em que vive”, e, assim, “reconhecer-se no direito e no dever de participar de maneira ativa e responsável em cenários múltiplos e abertos a todo tipo de diálogo criador de ações sociais de teor político destinadas à sua transformação” (BRANDÃO, 2002, p. 68).

Um passo importante nesta direção é fazer com que o processo de ensino-aprendizagem tenha como ponto de partida a própria realidade do/a educando/a, suas experiências e o seu saber, com vistas à sua problematização e à descoberta da teoria presente em sua prática (GADOTTI, 1998, p. 2).

Quanto aos conteúdos, chamados “[...] ‘temas geradores’, são extraídos da problematização da prática de vida dos educandos” (LIBÂNEO, ibidem, p. 33), através de um processo de investigação (temática), do qual educador e educando participam juntos. Com esta investigação há uma aproximação do universo cultural em que está inserido o/a educando/a, o que permite identificar tanto as questões que mais o interessam e que mais se relacionam com a sua condição existencial, como o vocabulário utilizado no cotidiano de suas relações.

Deste modo, educando e educador vão tomando consciência da situação e, “no encadeamento dos temas significativos”, vão descobrindo “a interpenetração dos problemas” a serem enfrentados (FREIRE, 1987, p. 100). Trata-se de um processo de idas e vindas, de prática-reflexão-prática, de construção de uma nova percepção sobre a realidade, de humanização. Portanto, não é um processo mecânico, em que se transfere/deposita conhecimentos. Não é uma invasão cultural (FREIRE, 1979), totalmente desvinculada dos

reais interesses dos/as educandos/as. Mas, sim, um processo de construção coletiva do saber, que exige uma busca criativa e solidária, que exige ética, compromisso e amor.

A pedagogia proposta nos termos desta abordagem é uma pedagogia de **mudança**, pautada numa educação para além do capital (MÉSZÁROS, 2005), ou seja, da transformação sócio-econômico-cultural-política que tanto os movimentos sociais populares e outros sujeitos coletivos têm buscado. É a pedagogia que

[...] é, em si, uma pedagogia utópica. Utópica, não porque se nutra de sonhos impossíveis, porque se filie a uma perspectiva idealista, porque implique um perfil abstrato de ser humano, porque pretenda negar a existência das classes sociais ou, reconhecendo-a, tente ser um chamado às classes dominantes para que, admitindo-se em erro, aceitem engajar-se na construção de um mundo de fraternidade.

Utópica porque, não “domesticando” o tempo, recusa um futuro pré-fabricado que se instalaria automaticamente, independente da ação consciente dos seres humanos.

Utópica e esperançosa porque, pretendendo estar a serviço da libertação das classes oprimidas, se faz e se refaz na prática social, no concreto, e implica na dialetização da denúncia e do anúncio, que têm na práxis revolucionária permanente, o seu momento máximo (FREIRE, 1979, p. 58).

Por ser esta perspectiva possível de acontecer, “em termos sistemáticos”, apenas “pela sociedade que fez a revolução” (FREIRE, 1987, p. 75), isto não impede que os/as educadores/as em sua prática cotidiana, em sala de aula ou não, busquem criar meios para colocá-la em pauta. De tamanha importância, também, seria o seu engajamento nas lutas sociais, uma vez que elas têm se constituído no instrumento através do qual o espaço educativo (e não apenas ele) tem sido disputado pelas classes populares.

Neste sentido, no item seguinte faremos uma consideração quanto à contribuição dos movimentos populares nas lutas sociais, sublinhando a preocupação que os mesmos dispensam ao campo político-educativo.

1.4 - Educação popular e movimentos sociais

Este item, na realidade, é uma continuação do que vimos discutindo nestes últimos parágrafos, pois as questões neles trabalhadas referentes à educação (libertadora) aqui se confirmam, acrescentando apenas a sua manifestação nos processos de organização, formação e mobilização dos movimentos sociais populares. Logo, estamos tratando de uma mesma educação, ou seja, da educação que se encontra vinculada aos interesses e objetivos das classes populares, servindo-lhes como um instrumento político-educativo para a participação e emancipação.

Quanto ao conceito de movimento social, tomamos emprestado a contribuição de Calado (2005, p. 11), quando diz que um Movimento Social corresponde à

[...] ação organizada de um sujeito coletivo integrante da Sociedade Civil, que, a partir de suas diferentes motivações e horizonte, orienta suas atividades conforme seu perfil próprio, visando a alcançar seus objetivos de manter, de reforçar ou de mudar, em parte ou no todo, a ordem estabelecida.

Os movimentos sociais são variados, ou seja, expressam-se de diversas formas e nos diversos espaços, cada qual correspondendo “a um determinado segmento da sociedade civil”, podendo estar vinculado ao campo da produção, ou da política, ou no campo da “defesa de serviços, bens e valores culturais” (ibidem).

Quanto ao perfil classista, Calado (ibidem, p. 12) faz uma distinção entre os Movimentos Sociais Populares, que são aqueles mais identificados e comprometidos com as causas emancipatórias das classes populares, e os Movimentos Sociais vinculados a segmentos da classe dominante.

Como referência de análise para nossa pesquisa, recorreremos aos movimentos sociais populares, por dois motivos importantes: primeiro, por ser a via convergente à práxis desenvolvida pela pastoral que esta pesquisa se direciona; e, segundo, pela relação e identificação que mantemos, em nossa trajetória de militante, com as ações desenvolvidas pelos movimentos integrantes desta linha.

A discussão em torno da Educação Popular e a sua relação com os movimentos sociais populares, que ora fazemos, passa, inicialmente, pela reflexão crítica sobre os limites e as

possibilidades da prática social (VALE, 1992, p. 66) desenvolvida no campo da educação pública estatal, lugar no qual se encontra a maior parte dos educandos, do ensino fundamental, das classes populares. Como este espaço se configura como um espaço de disputa político-ideológica entre classes — cada qual buscando através dele a conquista/manutenção da hegemonia — então o seu funcionamento expressará, majoritariamente, os valores e os interesses das classes dominantes, mesmo que estas se encontrem ausentes do usufruto direto deste espaço. Como diz Gadotti (2001, p. 60), não existe educação neutra, “toda educação, numa sociedade de classes, é uma educação de classe, ou mais precisamente, da classe dominante, da classe economicamente dominante”.

Esta observação nos serve como elemento de análise quanto aos limites levantados por Vale (1992) no seu estudo sobre a prática da educação popular na escola pública. Neste estudo, a autora assinala que os limites encontrados pelos educadores e educadoras em sua prática pedagógica abrangem toda ordem possível (política, econômica, ideológica etc.) e se expressam tanto nas condições concretas de infra-estrutura, como “na própria administração da escola, pelas normas que [...] são impostas para serem executadas, pela burocracia que exigem que cumpramos e façamos cumprir” (VALE, 1992, p. 66 e 67). Além disso, a autora chama a atenção também para os obstáculos que se interpõem “à própria formação do educador, à sua prática educativa, à sua prática política” (ibidem, p. 67), como aspectos a serem considerados.

É correto afirmar que muitos dos limites que obstaculizam uma prática pedagógica popular, libertadora, no espaço escolar se relacionam a problemas locais, internos da própria escola, seja nas relações que nela se efetivam, seja nas opções teórico-metodológicas realizadas pelos educadores e educadoras, seja pelo caráter contrastante entre teoria e prática presente em determinadas práticas etc.

Entretanto, é sensato também afirmar que a educação como é posta nos moldes capitalistas, particularmente a que se efetiva nos países periféricos, se configura como um dos maiores limites (provavelmente o maior) impostos a qualquer educador/a que se arrisca a colocar em prática uma pedagogia popular crítica, humanizadora e democrática.

Neste sentido, muitos setores da sociedade civil não têm se contentado com o tipo de educação que se processa no ensino oficial — apesar de dele não ter desistido —, e por isso vêm insistindo em discutir e efetivar um outro modelo de educação.

Nesta direção, inscrevem-se os movimentos sociais populares, que historicamente têm fomentado programas de ação e de formação sócio-política junto aos segmentos populares, favorecendo-lhes oportunidades diversas para que os mesmos possam desenvolver um saber crítico e transformador. Atuando numa perspectiva de classe, uma parte das lideranças desses movimentos sabe muito bem que por meio da educação oficial é difícil a construção da hegemonia das classes populares, por isso, lançam mão da educação popular como uma estratégia de conscientização e mobilização.

Deste modo, a educação popular tem se constituído numa via importante através da qual as classes populares têm elaborado os seus próprios saberes, ou seja, os saberes necessários à sua prática e à transformação da realidade social, econômica, cultural, ideológica, política. Em vista disso, alguns movimentos, tanto do meio rural como do urbano, têm feito um investimento pesado na educação e formação política de seus militantes e dirigentes, procurando com isso potencializar a sua capacidade de reflexão e intervenção na sociedade; o que vem a confirmar a observação de Calado (1998, p.130), quando diz que “as classes subalternas têm necessidade de dotar-se de instrumentos capazes de ampliar o alcance de sua visão, permitindo captar a realidade para além dos aparelhos ideológicos do Estado”.

Em função disso, criam espaços alternativos de formação, contam com assessorias qualificadas e identificadas com suas lutas, e daí passam a desenvolver, progressivamente, uma visão panorâmica da realidade, ou seja, uma visão que envolve “conhecimento (científico), inteligência, afetividade, subjetividade, desejo” (ibidem, 128).

Para Gohn (2001, p. 17), num tipo de educação como esse, que acontece fora do espaço institucional escolar, há o pressuposto de “uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógicos”; vai além disso, ou seja, transpõe os limites que nos currículos escolares são estabelecidos, posto que em sua agenda são incorporados conteúdos — a exemplo da “organização política” e da “cultura política” — que sinalizam na direção da participação política, da construção da cidadania. Neste sentido, o próprio processo de organização e mobilização efetivado nas lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais populares se configura em um processo de educação popular.

De fato, ao se organizarem através de reuniões e discussões para efetivarem determinadas ações coletivas, os indivíduos integrantes dos movimentos sociais estão

participando de experiências pedagógicas, estão aprendendo e ensinando, por exemplo, a fazer análise da realidade, a construir planejamento estratégico, a avaliar processos e atividades, a propor e reivindicar direitos, a trabalhar em grupo, a se comunicarem. Ou seja, estão se apropriando de um saber que não apenas se limita a entender e explicar a realidade, mas em nela intervir e nela provocar transformações.

Embora estas experiências educativas se processem no interior dos movimentos sociais populares, proporcionando-lhes o desenvolvimento de um pensamento próprio, livre das amarras da ideologia dominante, capitalista-neoliberal, um grande desafio se coloca a sua frente, qual seja: alargar tais experiências ao espaço oficial de ensino, o que implica em mudar a função que atualmente nele se desenrola. Como diz Cury (1995, p. 60)

O capitalismo de hoje não recusa, de fato, o direito de educação à classe subalterna. O que ele recusa é mudar a função social da mesma, isto é, sua função de instrumento de hegemonia. A educação como uma forma de apropriação do saber não o torna um elemento anódino. Envolto por uma direção, o saber responde a interesses cujas raízes residem na necessidade de manter uma estruturação econômico-social que o torne uma força produtiva sem pôr em risco a organização social do trabalho.

No sentido de superação dessa visão reprodutivista de educação, alguns movimentos sociais populares, principalmente os que se encontram mais vinculados ao campo da educação, mantém-se ainda perseverantes em suas lutas por uma educação pública, laica, democrático-popular, gratuita e de boa qualidade para todos os indivíduos.

Nos itens a seguir veremos que a efetivação de uma educação cidadã, bem como dos demais direitos, individuais e coletivos, passa, inevitavelmente, pela conquista da cidadania real, tarefa que tem ocupado um lugar especial na agenda de muitos militantes jovens.

1.5 – Cidadania para todas e todos

No dia a dia as juventudes se deparam com situações que lhes são por demais desafiadoras. Aqui e acolá, suas vozes e seus gestos vão expressando, por todos os lados, as preocupações e os interesses que as/os deixam inquietas/os, procurando entender porque o

mundo é assim e não do jeito que elas/es sonham. Neste sentido, diversas questões vão se evidenciando, de acordo a realidade e as condições disponíveis.

Para alguns, a preocupação maior está direcionada à relação com os pais, que, em muitos casos, é recheada de autoritarismo e de incompreensões; para outras/os o problema primeiro a ser enfrentado diz respeito ao preconceito (seja de raça, de etnia, de sexualidade, de classe etc.), a partir do qual, muitas vezes, a opressão é gerada, negando a importância e a beleza da diversidade; para outras/os, ainda, a questão crucial se refere à limitação econômica que os priva dos bens e serviços necessários à vida. E assim vai, podendo ser as drogas, a violência, a sexualidade e a identidade, o desemprego etc.

Na verdade, muitas e muitos jovens enfrentam diversas dificuldades, por vezes originadas de um contexto do qual eles não foram nem consultados, o que implica em uma necessidade de se refletir criticamente sobre os (des)cuidados a elas/es dirigidos no que tange a questão de seus direitos, apontando para a necessidade de sua participação nos processos de construção da cidadania.

Neste sentido, segue abaixo alguns elementos que marcam o tipo de cidadania que está sendo defendido neste trabalho, bem como a base a partir da qual construímos a reflexão sobre a condição e a realidade juvenis.

Dialogar sobre a cidadania pressupõe, dentre outras questões, o reconhecimento de sua evolução no tempo e no espaço das sociedades, assim como o reconhecimento da diversidade de visões existentes, cada qual correspondente a um determinado modelo de sociedade. Trata-se de percebê-la (a cidadania) como uma noção que não é nova, que já existia há alguns séculos a.C., e que, com o passar do tempo, foi se desenvolvendo (com avanços e retrocessos) até chegar aos dias atuais.

Nesse processo, chamamos a atenção, embora de maneira muito breve, para dois momentos históricos que são fundamentais para a compreensão do percurso da cidadania: o momento em que este conceito foi estabelecido, na Grécia antiga; e o momento em que o mesmo foi estendido a outros segmentos da sociedade, os quais, em tempos anteriores, tinham o acesso negado — período da Revolução Francesa.

De acordo com Deifelt (2001, p. 68), o conceito de cidadania foi constituído na Grécia, no Século V, a.C. Diz esta autora que nessa época “a noção de cidadania estava associada a fazer o bem público, onde o Estado está a serviço da coletividade, mas com limitações

bastante específicas. Dela (da cidadania) participavam apenas os homens livres, proprietários; excluía-se, portanto, “todas as pessoas que eram consideradas inferiores socialmente: estrangeiros, escravos e escravas, mulheres, crianças e jovens”.

Noutro período, o da Revolução Francesa, mais de 20 séculos depois, o conceito de cidadania é retomado com mais intensidade, trazendo como pauta os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. Segundo Deifelt (ibidem, 69), durante esta revolução, os direitos de cidadania foram expandidos a outros “segmentos da população que não eram senhores proprietários”. Entretanto, como lembra Buffa (1988), quem não tinha propriedade teria que se contentar com uma cidadania de segunda categoria, haja vista que a posse de terras era o critério de definição para o gozo da plena cidadania.

Quanto às mulheres, enfatiza Deifelt (2001, p. 69), continuavam ainda excluídas dos benefícios que a cidadania trouxera. Um fato curioso, destacado pela autora, é que os próprios líderes da revolução utilizavam os mesmos argumentos do período grego para justificar a exclusão feminina, ou seja, “as mulheres deveriam se ater ao mundo doméstico por terem uma natureza feminina, que as prepara para a maternidade, o cuidado da casa, o cuidado do marido e dos filhos. A fragilidade física e mental das mulheres não as equiparia ao exercício do poder”.

Assim, a mentalidade dualista prevalecente no período grego continuava vigente: “os homens são providos de razão, cultura, força física e superioridade mental; as mulheres são caracterizadas pela paixão, sensibilidade, fraqueza física e incapacidade mental” (DEIFELT, ibidem). É bom registrar aqui, como mostra a autora, que nessa época já havia uma resistência feminista a este tipo de mentalidade, a partir da qual se propunha um outro tipo de cidadania, mais inclusiva e respeitosa com todos os segmentos da sociedade. Neste sentido, havia uma luta por parte das mulheres para que as mesmas pudessem participar também do poder público.

Pois bem, chegou-se ao século XXI, com mais de dois mil e quinhentos anos depois da experiência de cidadania grega, e o debate e as lutas em torno da questão da cidadania continuam atuais. Do percurso histórico apresentado, herdou-se uma diversidade de direitos⁵ (civis, políticos e sociais) e deveres, a partir dos quais, e não só deles, atualmente, se discute a

⁵ Direitos: à vida; de ir e vir; à igualdade e à diferença; à educação e ao trabalho; à saúde e ao lazer; à segurança e à igualdade jurídica; à moradia; a votar e ser votado; a participar de associação, sindicato, partido; de possuir propriedade; sexuais; a defender idéias e crenças etc.

cidadania, e por onde também as cidadãs e os cidadãos, os grupos e as classes sociais orientam as suas práticas e os seus interesses.

Apesar dos avanços realizados até o momento, percebe-se que a cidadania não tem sido capaz de resolver os históricos problemas da população, continuando no papel, apenas, a idéia da universalização dos direitos, principalmente os sociais. É evidente que isso aconteça, pois o tipo de cidadania vigente no Brasil está assentado nos princípios do capitalismo, o qual funciona sob a lógica da competição e da exploração de uns sobre os outros, da busca, muitas vezes irracional, do lucro, cabendo a cada indivíduo, por meio de seus méritos e condição, conquistar o seu espaço, observando as regras estabelecidas. Neste processo, cada indivíduo que queira se manter “de pé” tem que competir e, se preciso for, derrubando os outros, assim como acontece nos diversos processos seletivos realizados por aí.

Nessa visão está contida a idéia de que todos são iguais, todos têm a liberdade de se desenvolverem, em todos os sentidos, bastando apenas o esforço e o uso criativo da inteligência. Porém, esquece-se, de propósito, das desigualdades herdadas do regime escravocrata e dos processos de acumulação e concentração de capital, realizados por uma minoria que ainda hoje permanece no poder, controlando e manipulando a maioria da população.

Essas questões são prova suficiente para se afirmar que o modelo de sociedade vigente no país (capitalista), sob o ponto de vista das/os trabalhadoras/es, está fracassado; que nele não há espaço para todas/os, uma vez que a sua manutenção e continuidade dependem de uma quantidade enorme de pessoas excluídas, desempregadas e, em sua maioria, com um baixo nível de escolarização — pois, assim, se justifica o desemprego, os péssimos salários e a ocupação precária de postos de trabalhos por parte das camadas mais pobres da população, o que faz gerar lucros absurdos aos grupos dominantes.

Essas questões são prova também de que é urgente a necessidade de se construir um outro tipo de sociedade, no qual seja possível se efetivar uma cidadania real — pautada nos princípios humanos, éticos e solidários — para todas as pessoas. Uma cidadania em que a justiça e o respeito pela/o “Outra/o” ocupem lugar central nas relações, de modo que ninguém seja oprimida/o, explorada/o ou abandonada/o, e que o favor e a dependência não sejam instrumentos de sujeição de uns sobre os outros. Uma cidadania que oportunize às pessoas tanto o desenvolvimento de um *saber crítico* sobre o mundo no qual estão inseridas e as

relações nele estabelecidas como os meios necessários de participação, organização e intervenção, tendo em vista os valores, interesses e objetivos da coletividade. Uma cidadania cuidadosa com o meio ambiente, espaço no qual a vida (com todas as suas formas) se desenvolve e se reproduz. Uma cidadania que seja capaz de materializar os direitos.

Portanto, dialogar sobre cidadania, tendo como foco o segmento juvenil, pressupõe um (re)pensar atento sobre o lugar das juventudes mais pobres no cenário sócio-político atual, visando com isto a sua redefinição e, conseqüentemente, a apropriação, por parte destas juventudes, dos direitos que lhes pertencem. Pressupõe, também, o reconhecimento de que o modelo de sociedade vigente não tem sido capaz de responder aos dilemas sociais, principalmente no que diz respeito à universalização dos direitos de cidadania. Logo, a sua superação é uma necessidade urgente que se impõe a todas/os que sonham com um mundo melhor: “Um outro mundo é possível!”

A possibilidade de existência de um novo mundo é uma utopia perseguida há muito tempo pelos militantes de esquerda, os quais têm apostado na participação política como um instrumento valioso de luta e de afirmação de suas aspirações. Assim, no próximo item enfocaremos a questão da participação política, seus desdobramentos e sua importância na pauta dos movimentos sociais populares.

1.6 – A participação política como uma estratégia de construção da cidadania

*Nosso dia vai chegar
Teremos nossa vez
Não é pedir demais
Quero justiça
(Renato Russo)*

A questão da participação política tem sido uma das preocupações centrais na análise de diversos autores e autoras que vislumbram ainda um outro horizonte para além do capital. Nessas análises há um entendimento comum de que a participação política dos indivíduos, principalmente quando organizados, tem sido, e é, uma condição fundamental para a transformação e democratização do poder e das relações estabelecidos na contextura social.

Para Oliveira (2003, p. 61) “O fenômeno da participação política, tal como se conhece atualmente, seja como expressão de cidadãos, ou de sujeitos sociais coletivos (organizações sociais), é relativamente novo, remonta aos anos 1980”. De acordo com este autor, historicamente no Brasil apenas uma minoria teve o privilégio de comandar, em nome do povo, as decisões referentes às questões sociais, políticas e econômicas, tanto em âmbito local, como regional e nacional.

Embora se registre esta ausência dos cidadãos e das cidadãs nos espaços importantes de decisão política no país, não se pode afirmar que foi por falta de resistência, ou seja, de enfrentamentos contra a cultura de dominação e exclusão que tem se perpetrado durante toda a história do Brasil. Pois, em diversos momentos e em vários espaços, muitas lutas foram levantadas, tendo como protagonistas os povos indígenas, os negros e as negras, os/as trabalhadores/as do campo e da cidade, as mulheres, os/as estudantes e muitos outros segmentos da sociedade.

A título de memória, alguns episódios nos bastam para ilustrar os inúmeros movimentos que esses sujeitos, organizados coletivamente, forjaram por este país. Iniciamos pela resistência dos povos indígenas, que desde as primeiras décadas de Brasil já faziam enfrentamentos contra a invasão européia, mesmo em condições desiguais, em termos de armamento (CALADO, 2005, p. 17). Lembramos também das lutas organizadas pelos negros e negras contra a escravidão e a opressão impostas pelos brancos, e da criação dos quilombos, que “expressavam com veemência a recusa às senzalas e pelourinhos” (GONÇALVES, 2005, p. 33).

Em tempos depois, já no século passado, registrou-se na história dos lutadores e lutadoras do povo, as lutas das ligas camponesas por Reforma Agrária, as lutas estudantis contra o regime militar e as desigualdades sociais, o movimento operário, o movimento pela redemocratização do país e tantos outros.

A memória desses processos muito nos ensina e muito nos ajuda a perceber que o povo organizado é um povo forte, com melhores chances de autonomia e que pode provocar grandes transformações. Muito nos ensina também que o pouco de cidadania que temos não tem sido fruto da bondade dos governantes, mas da luta do povo, de sua organização e mobilização, dos enfrentamentos cotidianos entre grupos e classes (BUFFA, 1988). Como diz

Pereira (2000), é uma luta histórica⁶, que perpassa os séculos, que se desenvolve através dos movimentos sociais populares, dos partidos progressistas, das ONG's (Organizações não Governamentais) cidadãos, de algumas igrejas (pelo menos setores destas), dentre outros.

Como observa Gonçalves (2005, p. 34), o resgate histórico dessas lutas e de seus protagonistas “constitui importante exercício de uma memória que reconstrói a história dos vencidos. Implica na reatualização de um passado, em fazê-lo presente com sua lógica e seus sentidos, permanências e rupturas, enfatizando a afirmação histórica do ‘direito de ter direitos’”. Implica numa releitura da história que foi distorcida ou contada pela metade, seja nas salas de aula ou em outro ambiente qualquer.

E, atentos a esta história, é possível constatar que a ausência das camadas populares nos espaços centrais de decisão política encontra explicação, em parte, na indistinção que ao longo da formação do Estado brasileiro se estabeleceu entre a esfera pública e a privada (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 1998/1999, p. 46). Através dessa indistinção as elites dominantes se apropriaram privadamente da coisa pública, estabelecendo o seu poder de mando sobre o restante da população. Daí, aquelas práticas políticas tão comuns de favor, clientelismo e paternalismo que ainda hoje perpassa as instituições e as relações políticas, reforçando, assim, a situação de subserviência dos setores mais pobres.

Sobre esta questão, Chauí (1986, pp. 54-55) é bem enfática quando diz que a sociedade brasileira

É uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres. No caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante [...] Como consequência, é uma sociedade na qual as leis sempre foram consideradas inúteis, inócuas, feitas para serem violadas, jamais transformadas ou contestadas. E onde a transgressão popular é violentamente reprimida e punida, enquanto a violação pelos grandes e poderosos sempre permanece impune [...] É uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado.

Porém, a partir dos anos 70, com as lutas contra o regime militar, este cenário começa a apresentar sinais de mudanças. Novos personagens entram em cena (SADER, 1988),

⁶ É importante registrar que nessa luta as juventudes sempre estiveram presentes dando a sua contribuição, inclusive, em tantas situações, perdendo a própria vida.

colocando em pauta uma nova forma de organização política, diferentemente dos velhos padrões da política coronelista, oligárquica e populista que sempre tomou conta do país. De acordo com Albuquerque (2004, p. 19) os novos movimentos sociais que surgem

[...] tornam-se espaços de rompimento de subordinações, de dessacralização de hierarquias e autoridades, de reusa de um lugar e de uma cidadania ‘regulados’ e restritos; lugares onde a construção de uma equivalência cidadã é o processo que faz desses movimentos sociais construtores de uma nova esfera pública no Brasil.

Nesse contexto, a busca de autonomia se evidencia como uma estratégia importante de afirmação de identidade desses novos personagens, e como uma forma de recusa aos valores da política tradicional, tanto a que se processava a partir dos aparelhos de Estado, como a que se originava nas iniciativas das “associações de moradores, nos sindicatos e nas relações políticas em geral” (GOHN, 2002, p. 282).

De acordo com o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998/1999, p. 50), esse “autonomismo” foi a mola propulsora para que as organizações populares e sindicais tivessem “o impulso necessário para que rompessem os vínculos privados entre atores sociais e o poder público, para constituírem-se como um ‘outro’ ator, que interpela o Estado e com ele estabelece relações efetivamente públicas”. Desta forma, os novos movimentos sociais defendiam um modelo de democracia mais participativo, de base, por meio da qual fossem criados “espaços de debate, negociação e deliberação”, sem o controle e a manipulação do Estado, de modo que na pauta política pudessem constar os diversos interesses em jogo (Ibidem, p. 51).

Entretanto, como mostra Silva (2003, pp. 36 e 37) essa postura antiestado ou autonomista não pode ser considerada como uma característica estrutural desses movimentos, uma vez que, passado o período ditatorial, “não houve grandes resistências à participação institucional”. Para esta autora, a questão de se voltar ao Estado, exigindo dele “políticas estatais e espaços de participação”, não pode ser entendida como uma contradição.

A propósito, a recriação de espaços públicos se constituiu num elemento importante para instauração de uma “cultura política participativa” (OLIVEIRA, 2003, p. 62) no país, gerando novos valores democráticos e um controle maior, por parte da sociedade, quanto ao trato da coisa pública. Assim como observa Oliveira (ibidem), essa cultura é aqui também

“compreendida como propagação de novos hábitos e comportamentos políticos dos cidadãos que se sentem, cada vez mais, sujeitos de processos políticos decisórios”.

E, assim, nos anos 70 e 80, nota-se o surgimento de uma diversidade de movimentos em vários recantos do país, construindo e disseminando

[...] uma vigorosa cultura participativa e autônoma [...] e constituindo uma vasta teia de organizações populares que se mobilizam em torno da conquista, da garantia e da ampliação de direitos, tanto os relativos ao trabalho como à melhoria de vida no meio urbano e rural, ampliando sua agenda para a luta contra as mais diversas discriminações, como as de gênero e de raça (ALBUQUERQUE, 2004, p. 20).

De acordo com Vale (2002, p. 121), com essas lutas e conquistas, esses movimentos invertem o seu papel, de espectadores a sujeitos, sujeitos históricos que buscam participar dos processos decisórios que lhes dizem respeito, sujeitos que passam a entender “*a democracia como construção e conquista histórica*”, cujo palco social caracteriza-se pelos conflitos e as contradições”.

Para Albuquerque (ibidem, p. 21) as investidas desses sujeitos contribuíram para o reconhecimento — registrado no primeiro artigo da Constituição de 1988 — “de que ‘Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição’”. Como lembra esta autora, nesta Constituição está prevista a “participação direta dos cidadãos através dos chamados institutos de democracia direta ou semidireta como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os conselhos e outros canais institucionais de participação popular” (ibidem).

Portanto, a partir daí contamos com avanços significativos no campo das políticas sociais e nos mecanismos de gestão e controle da coisa pública. Através da pressão popular foram aprovados o SUS (Sistema Único de Saúde), o Estatuto da Cidade, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); foram criados os conselhos setoriais; desenvolveu-se “Orçamento Participativo” em alguns lugares do Brasil, como nas cidades de Porto Alegre (RS) e Vitória (ES), dentre outras tantas iniciativas (ibidem).

⁷ Grifo da autora.

Neste cenário, não podemos perder de vista o papel desempenhado pelas ONG's (Organizações não Governamentais), tanto em tempos anteriores quando exercia um importante serviço de assessoria aos movimentos e camadas populares, como nos anos 80 e 90 quando passaram a se definir mais “como atores com papel específico e independente na construção democrática” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 26).

Sem prolongarmos a discussão sobre as ONG's, trazemos aqui apenas uma das preocupações que têm norteado o debate sobre a sua função nestas últimas décadas. Como mostra (SILVA, 2003, p. 41), esta preocupação se dirige ao fato de que, neste contexto neoliberal, grande parte delas vem desempenhando um papel que ameniza o retraimento do Estado quanto à sua responsabilidade em relação às políticas sociais, “na maioria das vezes, por meio de práticas assistencialistas ou servindo de suporte material para as políticas neoliberais na condição de participantes de um virtual espaço situado entre o privado e o público, ou seja, público não-estatal”.

Para Silva (ibidem), essas organizações, ao assumirem a condição, privilegiada, de “mediação entre o Estado e os sujeitos políticos”, estão na verdade contribuindo com a desmobilização dos movimentos sociais e com o obscurecimento do “processo de privatização dos serviços públicos”. Como justificativa, propaga-se a idéia de que a transferência de responsabilidade que o Estado faz à sociedade civil, através das ONG's, nada mais é do que uma forma de valorizá-la, bem como é “uma alternativa à rigidez burocrática do Estado”, tornando-o “mais próximo do ‘cidadão’”.

Acreditamos que este breve exposto não contempla as diversas nuances que a atuação das ONG's apresenta, apenas traz esta reflexão levantada por Silva (ibidem) quanto à instrumentalização de grande parte dessas organizações pelo Capital.

Seguramente, as variadas formas de participação que se desenvolveram na sociedade civil nestas últimas décadas trouxeram para o cenário sócio-político uma nova cultura política e, através dela, alguns avanços no campo dos direitos humanos. Porém, em termos estruturais, não se pode afirmar que a sociedade avançou, pelo contrário, com a “inserção mais orgânica do Brasil no processo de globalização da economia — a partir dos anos 90” e a sua subordinação aos interesses do grande Capital (GONÇALVES, 2005, p. 40), empobreceu mais ainda.

De fato, apesar de toda movimentação que se efetivou no final dos anos 70 e nos anos 80, contando com a promulgação da Constituição em 1988, o Brasil continuou ainda “a exibir níveis vergonhosos de pobreza e exclusão. Houve melhorias tópicas na distribuição de renda, mas nada se traduziu em termos de qualidade de vida ou melhores indicadores sociais” (NOGUEIRA, 2004, p. 24).

Quer dizer, a dimensão estrutural ainda persiste como um desafio a ser enfrentado pelos movimentos sociais populares de hoje. Pois, ela perpassa todos os recortes (de gênero, de raça, orientação sexual, etnia, etário etc.), traduzindo-se em um desafio comum que os “novos” movimentos sociais precisam se atentar. Neste sentido, faz-se necessário retomar as lutas coletivas em todos os espaços e com todos os sujeitos que vislumbram uma alternativa para além do capital, o que exige comprometimento, criação/retomada das estratégias de luta, por parte desses sujeitos, para que possam assegurar a conquista do objetivo em pauta.

Para que isso aconteça é imprescindível que os movimentos sociais tenham clareza quanto à realidade social sobre a qual pretendem intervir, o que será possível mediante um discernimento criterioso sobre a via teórico-metodológica a ser utilizada. Neste sentido, segue como sugestão o caminho metodológico que foi percorrido neste trabalho.

1.7 – Metodologia utilizada

Em diversos estudos sobre *juventude* temos percebido uma preocupação insistente, por parte de alguns autores — como SOUZA, 1999; CARRANO, 2000; FRAGA E LUIANELLI, 2003, dentre outros —, com determinadas análises referentes a este segmento. Essa preocupação dirige-se à apreensão simplista e superficial da realidade juvenil, o que tem gerado uma série de preconceitos e de visões distorcidas, nas quais a juventude é, geralmente, associada à ameaça social, à violência e ao desvio, portanto, como um problema social (CARRANO, 2000).

Essa situação desperta em nós certa desconfiança quanto ao uso científico, metodológico e político dos estudos ora criticados, levando-nos a questionar o processo de construção desses estudos, particularmente no que diz respeito aos pressupostos teórico-metodológicos e aos compromissos político-sociais subjacentes às análises em pauta. Neste sentido, não podemos perder de vista que por trás de cada uma dessas análises está presente

toda uma visão de mundo, de sociedade, de homem/mulher que vai norteando as práticas de pesquisa sobre a juventude.

Ao fazermos essas observações estamos trazendo à reflexão a manipulação de pesquisas que freqüentemente tem sido feita pelos grupos dominantes (BOTERF, 1999), em momentos diversos, contribuindo, assim, com a criação e o fortalecimento das situações de mistificação da realidade social, em favor de seus projetos políticos.

É óbvio que não podemos generalizar, apenas estamos concordando com Oliveira & Oliveira (1985, p. 18) quando dizem que vários estudos realizados sobre determinados grupos ou populações são financiados e patrocinados por instituições que têm por objetivo “conhecer as condições de vida, pautas de comportamento, motivações e aspirações de grupos sociais ditos marginalizados ou então considerados, pelos donos do poder, como propensos a comportamentos rebeldes e contestatários”. De acordo com esses autores, através desses estudos, os grupos investigados são “identificados, analisados, quantificados e programados de fora pelos opressores ou por aqueles que os representam”.

Nesse contexto, os “donos” do saber e do poder são os responsáveis pelo o que deve ser investigado, como e quando deve ser realizada a pesquisa, bem como o destino dos dados e dos resultados obtidos. São eles, também, os responsáveis pela decisão sobre o que é ou não é científico (BORDA, 1985).

Aos grupos e populações investigados, cabe o mero papel de objeto de estudo, já que a eles nenhum poder lhes compete na pesquisa. Quanto aos resultados obtidos, são utilizados pelos pesquisadores e/ou pelos financiadores para fins puramente acadêmicos ou “para melhor controlar os grupos que ameaçam a coesão social” (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1985, p. 19). A esse respeito, Brandão (2003, p. 35), ao falar de sua trajetória acadêmica, diz ter notado que alguns resultados de trabalhos científicos foram usados para fabricar “argumentos e conhecimentos de uma Terra e de nações e sociedades regidas pela expropriação (da natureza e entre pessoas), pela apropriação, pela posse e uso desiguais dos bens do planeta e dos serviços e sentidos de vida”.

De acordo com Oliveira e Oliveira (1985) e Freire (1987), essa perspectiva de ciência tem defendido uma postura de neutralidade no processo de pesquisa e de uma independência entre sujeito e objeto na construção da realidade. Mas, na realidade, essa ciência “acabou sendo utilizada como uma ferramenta de engenharia social”, como um poderoso instrumento

de controle social, sob a direção dos grupos dominantes (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 1985, p. 22). Como diz Minayo (2000, p. 21), “toda ciência é comprometida [...] veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigente”. Ou seja, toda ciência é produzida numa determinada sociedade e está sujeita aos seus condicionantes, o que nos leva a descartar a visão mistificadora da ciência isenta de contaminação valorativa.

Assim, entendendo que toda pesquisa decorre de uma escolha que tem implicações teórico-metodológicas e políticas e considerando nosso “objeto” e os objetivos do nosso projeto de pesquisa, como poderíamos, então, realizar uma prática de pesquisa, sobre a juventude pobre das periferias, de forma que a produção do conhecimento seja realizada coletivamente, “[...] rompendo com o monopólio do saber e da informação?” (GAJARDO, 1986, p. 47). Como diminuir a distância entre o pesquisador e a população que vai ser pesquisada, numa atitude de interação, sem com isso abrir mão do compromisso com o rigor científico? (Ibidem). Como o processo de pesquisa poderia contribuir com a luta da juventude empobrecida, no sentido de sua emancipação e da transformação da realidade na qual ela está inserida?

Tais questões estão bem relacionadas ao enfoque teórico-metodológico a ser escolhido na pesquisa a se realizar, cabendo ao pesquisador a definição das teorias e dos métodos mais convenientes ao que se deseja investigar. Ressaltamos que, geralmente, a escolha é feita de acordo com a natureza do “objeto”, bem como com o comprometimento político-social do pesquisador.

Seja qual for a temática a ser investigada há de se considerar como base, dentre outras, as seguintes questões: a *quem* e *como* servirão os conhecimentos produzidos; que interesses serão considerados na construção desses conhecimentos e; “Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos?” (BORDA, 1985, p. 47). Neste sentido, em sintonia com os objetivos de nosso projeto e com a sua pretensão de contribuir para a transformação das estruturas sociais vigentes, estamos certos de que a abordagem qualitativa é a que melhor corresponde às nossas intenções. Inclusive, concordamos com Minayo (1993, p. 15) quando fala que “[...] o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”, acrescentando, porém, a possibilidade de uma certa acomodação da vertente “quantitativa”⁸.

⁸ Sobre essa questão, confira Austin (apud ALVES-MAZZOTTI, 1996, p. 22).

Esta convicção, referente à opção pela abordagem qualitativa, baseia-se nos pressupostos epistemológicos apontados por Alves (1991, p. 55), em seu artigo, intitulado “Planejamento de pesquisa qualitativa em educação”, e nas intensas discussões realizadas pelos defensores da pesquisa participante. Neste artigo, Alves (ibidem) identifica algumas características da abordagem qualitativa, referentes à natureza da realidade e ao processo de conhecimento, que respaldam os pressupostos que vêm sendo defendidos até momento. Segundo ela, para os adeptos da vertente qualitativa

[...] a realidade é uma construção social da qual o investigador participa e, portanto, os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva holística, que leve em consideração os componentes de uma dada situação em suas interações e influências recíprocas, o que exclui a possibilidade de se identificar relações lineares de causa e efeito e de se fazer generalizações de tipo estatístico.

Advogamos também em defesa desses posicionamentos já que em nosso projeto o que está em foco é a realidade juvenil, e esta, como toda realidade humana, é complexa, composta por uma multiciplidade de experiências e dimensões (CARRANO, 2000), que qualquer investigação a seu respeito deve levar em conta essa totalidade. Totalidade entendida aqui na sua dialeticidade, em permanente transformação, se recriando e se desenvolvendo continuamente (GOHN, 1987).

Nessas condições, torna-se insustentável o uso do princípio de causalidade no estudo em pauta, haja vista que não estamos lidando com uma realidade estática, a-histórica (MINAYO, 1993), composta por um universo homogêneo, sujeito a matematização. Muito pelo contrário, estamos lidando com a realidade humana, que é uma realidade dotada de significados, recheada de valores e crenças, que é histórica e possui leis próprias (NOGUEIRA, 1979), sendo, portanto, inadequado o emprego dos métodos e das técnicas conforme utilizadas nas ciências naturais (MINAYO, 2000).

Outras duas questões identificadas por Alves (1991, p. 55), que muito aparecem nas pesquisas qualitativas, foram a interação permanente entre “conhecedor e conhecido” e a influência dos valores como algo inerente ao processo de investigação. Neste sentido, chamamos a atenção para o fato de que a mudança do termo “objeto” sugerida pelos defensores da vertente qualitativa, no que tange à pesquisa na área das ciências

humanas/sociais, despertou uma nova visão sobre a relação entre o pesquisador e a pessoa/grupo/população envolvidos no processo de investigação.

De fato, o reconhecimento da pesquisa como uma relação entre sujeitos, não mais sujeito/objeto altera consideravelmente a relação de poder nesse processo, ou seja, ressignifica o papel daqueles a quem se direciona a pesquisa. No dizer de Freire (1985, p.35), “Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento”. Nessa condição, eles passam a ser co-responsáveis e co-participantes desse processo, não mais “meras incidências” de determinada pesquisa.

Quanto à questão da influência dos valores, já discutimos anteriormente neste trabalho, mas, Brito & Leonardos (2001, p.8) trazem uma contribuição que achamos necessário registrar aqui. De acordo com essas autoras

Nem mesmo a distância assegurada por um método científico poderia controlar a influência da subjetividade própria ao ser humano, que se fazia presente durante todo o processo de pesquisa, desde a escolha dos objetos, passando pelo estabelecimento das hipóteses, seleção e recorte do campo de estudo até as análises e interpretações.

Thiollent (1999, p.86), tributário também dessa visão, diz que no emprego de “uma determinada linha metodológica, sempre há algum pressuposto filosófico, valorativo, moral ou político”. Ou seja, consciente ou não disso, pesquisador algum escapa dessa realidade, até porque certos aspectos teóricos, políticos e ideológicos o acompanham antes mesmo de se iniciar o processo de pesquisa.

Acreditamos que as questões acima discutidas são suficientes como justificativas para a escolha metodológica que fizemos, ou seja, pela perspectiva qualitativa. E diante da “enorme variedade de denominações que compõe essa vertente” (ALVES, 1991, p. 54) acreditamos que a *Pesquisa Participante* é aquela que melhor responde à nossa problemática, uma vez que a mesma nos fornece instrumentos importantes para uma apreensão mais aproximada da realidade em foco.

Sem a preocupação de maiores aprofundamentos, citaremos a seguir algumas características dessa perspectiva que achamos de fundamental importância para a nossa pesquisa e que servem também a outros estudos que, de algum modo, estejam voltados para os

interesses e objetivos dos setores populares. Trata-se de algumas características que conseguimos identificar em alguns trabalhos sobre a pesquisa participante, veja:

- Crítica ao modelo dogmático, rígido, de se fazer ciência, utilizado tanto por intelectuais de direita, quanto de esquerda (BORDA, 1985), no qual a ciência é concebida como uma verdade única e definitiva;
- Relação dialógica (FREIRE, 1985) e interativa (GAJARDO, 1986) entre pesquisador e pesquisado;
- Associação do conhecimento da realidade com a ação, buscando desocultar o real acobertado pela ideologia dominante (BORDA, 1985);
- Inserção do pesquisador na realidade investigada, como uma necessidade para captá-la em sua própria produção (GAJARDO, 1986);
- Compromisso político-social com os setores populares e com os processos de transformação política (GAJARDO, 1986);
- Respeito pelo saber popular (BRANDÃO, 2003);
- Concepção de pesquisa entre sujeito-sujeito (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1985);
- Retorno da pesquisa, com discussão dos resultados com a/o comunidade/grupo envolvida/o, através de uma linguagem acessível, adaptada à capacidade de compreensão da comunidade;
- Crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista (GAJARDO, 1986; BORDA, 1985);
- Recusa do “mito da objetividade” no processo de pesquisa (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 1985);
- A “promoção da análise coletiva na ordenação da informação e no uso que dela se possa fazer” (GAJARDO, 1986);
- Rejeição à idéia de ciência neutra, apolítica e descomprometida (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 1985).

Como se percebe, trata-se de uma perspectiva que levanta uma série de críticas em relação ao modelo tradicional de se fazer ciência, ao mesmo tempo em que evidencia uma clara opção pelos interesses e objetivos dos setores populares, no sentido de sua emancipação. É óbvio que as opções são realizadas em virtude da vontade e do compromisso do/a pesquisador/a; porém, historicamente os trabalhos realizados no terreno da pesquisa

participante têm apontado para um compromisso com as legítimas aspirações dos segmentos populares, no sentido de reconhecê-los enquanto sujeito-coletivo produtor de saberes e protagonistas de suas lutas.

Como a nossa pesquisa teve como meta investigar a atuação de uma entidade que se propõe trabalhar com a juventude mais pobre, numa perspectiva de educação popular, acreditamos que as propostas da pesquisa participante se coadunam com a nossa proposta de trabalho, uma vez que elas contribuem com a construção de um conhecimento que possa fortalecer a luta desse segmento.

Quanto ao processo de análise dos dados, recorreremos à técnica de “Análise de Conteúdo”, cientes de que através desta seria possível interpretar as comunicações presentes no material que estava acessível à nossa investigação. Assim, tomamos como referência principal as orientações de Bardin (1977, p. 42), segundo a qual a análise de conteúdos consiste num

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para esta autora, “qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este [...]”, ainda que em última análise, é passível de ser trabalhada na perspectiva da análise de conteúdo (ibidem, p. 32). Como no material coletado em nossa pesquisa constavam conteúdos de natureza e formato diversos, produzidos em contextos diferenciados, sentimo-nos contemplados nessa afirmação.

Assim, logo de início, fizemos um levantamento do universo temático que a PJMP produziu durante o período que demarcamos na pesquisa (1981 a 2006), considerando neste fazer, principalmente, o contexto de sua produção, as intenções e as conseqüências dessa produção. Como o enfoque da pesquisa estava voltado para a questão da cidadania, então buscamos apreender, no material coletado, as questões que se articulavam às categorias de análise que foram priorizadas no projeto de pesquisa, ou seja, a **juventude**, a **cidadania**, a **Educação Popular**, os **Movimentos Sociais** e a **Igreja**. Porém, isto não significa dizer que o

processo estava fechado apenas a estas questões, não. Sabíamos que num processo de pesquisas é possível que haja necessidade de se fazer redefinições.

No levantamento realizado conseguimos identificar três eixos que se articulavam muito bem à proposta da nossa pesquisa, o que nos fez direcionar a análise de acordo com esses eixos, a saber: a articulação e organização desenvolvidas pela PJMP; seu engajamento nas lutas sociais; e os processos político-educativos por ela desenvolvidos.

É óbvio que outras questões correlacionadas a estes eixos, inevitavelmente, foram também consideradas aqui neste trabalho, como o enfoque teórico-metodológico pelo qual se orienta a atuação da PJMP; a espiritualidade presente em sua caminhada, perpassando a cada eixo; a produção e fruição cultural realizadas pelos artistas e participantes da pastoral; os limites e os desafios enfrentados; a sua relação com a hierarquia da Igreja; as forças políticas com quem vem se relacionando, identificando os interlocutores aliados e parceiros.

Para isso, lançamos mão de uma metodologia participante, efetivada através da participação ativa em várias reuniões, encontros e atividades organizados (ou não) pela PJMP, sempre com o “diário de campo” em mãos, acompanhando e observando os processos vivenciados por seus participantes. Além disso, fizemos uma pesquisa documental, analisando relatórios, atas, músicas, cartazes e *folders*; elaboramos e aplicamos um questionário nos grupos de jovens (cf. apêndice “C”), com intuito de traçarmos o perfil dos mesmos; fizemos entrevistas (cf. o roteiro no apêndice “B”) com seis ex-participantes e um participante, considerando na escolha destes/as o período que a pesquisa abrangeu.

Ainda sobre a escolha dos/as entrevistandos/as, é importante dizer que buscamos identificar aquelas pessoas que tiveram ou ainda têm uma participação muito ativa tanto dentro como fora da pastoral, e que, além disso, tivessem ou estejam ocupado/ocupando a função de coordenação e/ou de assessoria da mesma. Neste sentido, levamos em conta algumas sugestões de nomes feitas por participantes e ex-participantes da PJMP, buscando a confirmação dos mesmos nos documentos da pastoral.

Referente à realização das entrevistas, elaboramos um roteiro, por meio do qual pautamos algumas questões relacionadas ao “objeto” de estudo. As questões colocadas não seguiram a ordem do roteiro, mas, sim, o discurso dos/as entrevistandos/as, o qual sofria intervenções quando necessário. Neste sentido, iniciávamos as entrevistas solicitando ao/à entrevistando/a que começasse a discorrer pela sua entrada na pastoral, expressando as

motivações e o contexto da época. A partir daí, íamos intervindo, de modo que todas as questões pudessem ser contempladas.

Quanto ao questionário, foram aplicados a todos/as os/as participantes dos três grupos da pastoral. Através deste instrumento procuramos identificar o nível sócio-econômico destes participantes, a influência identitária da pastoral e a relação com as outras instâncias (assessoria e coordenação) da PJMP.

CAPÍTULO II

2. PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR E A REALIDADE JUVENIL

A compreensão sobre qualquer fenômeno social requer situá-lo historicamente, ou seja, exige um olhar atento aos condicionantes sociais, econômicos, políticos, culturais que influenciam o seu desenvolvimento. Neste sentido, nesta parte veremos o contexto em que se deu o nascimento da PJMP, bem como as conjunturas pelas quais a sua história vem se desenrolando. Inicialmente, trataremos do contexto internacional; em seguida, discutiremos sobre a realidade brasileira, dando um destaque à questão juvenil; por último, trataremos da história da PJMP.

2.1 – Contextualização sócio-histórica da trajetória da PJMP

Há pouco mais de trinta anos, observa-se o início de um intenso processo de transformações, em âmbito internacional, que vêm se desenvolvendo nas áreas sociais, econômicas, políticas, culturais, educacionais, científicas, tecnológicas etc. Tais transformações correspondem, em grande medida, aos processos globalizantes que vêm se configurando na nova “ordem” mundial, na qual o ideário neoliberal desponta como o receituário a ser seguido.

Neste cenário, sublinhamos a profunda destrutividade que tal ideário tem exercido sobre a humanidade, como também as demais formas de vida existentes no planeta. Como aponta Calado (2003, p.13), os desafios são muitos e se expressam através de processos que não são difíceis de se perceber, como o desemprego estrutural e a precarização do trabalho em larga escala; as diversas modalidades de violência social; a desresponsabilização do Estado quanto às políticas sociais; a manipulação dos meios comunicação; a degradação do meio ambiente, numa dimensão planetária; a concentração de renda, de terras, de tecnologia,

[...] feita à custa do crescente empobrecimento de enormes maiorias, principalmente graças à sofisticação dos atuais mecanismos de pilhagem (imposição de dívidas e políticas transnacionais); hipertrofia do setor

financeiro/especulativo do capitalismo (ainda que articulado aos demais setores) [...] enfim uma interminável sucessão de manifestações de barbárie.

Na verdade, muitos desses problemas não são novos, há muito tempo já se faziam presentes na agenda de luta (histórica) dos trabalhadores e trabalhadoras, porém a intensidade e a velocidade com que vem se processando nestas últimas décadas, bem como os estragos que vêm causando, de ordem global, demonstram que o modelo de sociedade hegemônico (capitalista) está fracassado — sob o ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras —, que ele não tem conseguido atender, e nunca atendeu, as aspirações humanas, por mais fundamentais que sejam. Como sustenta Frigotto (1995, p. 15),

o capitalismo deste final de século enfrenta sua crise estrutural mais profunda e sua perversa recomposição vem se materializando nas inúmeras formas de violência, exclusão e barbárie. É preciso, pois, mostrar, sem concessões, a crise e o colapso do *capitalismo real*⁹.

Neste sentido, trazemos à reflexão o processo de reestruturação produtiva que vem se processando desde o início dos anos 70, o qual foi utilizado como uma estratégia do capital¹⁰ para a superação da crise capitalista, que desde este período vem apresentando um processo de estagflação, refletindo, portanto, “a existência de problemas estruturais no padrão de acumulação e crescimento” (BIANCHETTI, 1996, p.29).

Visando recompor o processo de reprodução do capital, profundamente afetado por essa crise, recorreu-se a outras “formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos” (ANTUNES, 2001, p. 37). Nessa dinâmica, sublinhamos a substituição ou alteração, progressiva, do padrão fordista/taylorista (prevalecente) de produção (Ibidem), o qual já não conseguia mais atender às demandas, insaciáveis, do capital, nem tampouco dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para o mundo do trabalho este cenário trouxe implicações negativas profundas, haja vista que as novas exigências do capital têm gerado uma série de redefinições na forma de

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Como estratégias utilizadas pelo capital incluem-se, ainda, a globalização dos mercados; a reconfiguração e diminuição do Estado, no que diz respeito às políticas públicas — mas o Estado se agiganta, quando se trata de arrecadar fundos para o pagamento de “dívidas” —, dentre outros.

organização e gestão do trabalho (RAMOS, 2001), o que tem resultado na extinção de diversos postos de trabalho.

Acrescentamos a isso o alto investimento realizado nas novas tecnologias, principalmente na base microeletrônica, ocasionando, por um lado, um aumento considerável da produtividade, “tanto na indústria como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações” (SINGER, 2001, p. 17); porém, por outro lado, não houve correspondência no que tange à questão do emprego, muito pelo contrário, o que se verificou foi uma retração significativa dos postos de trabalho, bem como a sua precarização — informalidade, baixos salários, emprego temporário, alta rotatividade, sobrecarga de trabalho, subemprego, flexibilização dos contratos¹¹.

De acordo com a análise de Antunes (2001, p. 39) “Nas últimas décadas, particularmente depois de meados dos anos 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês”. Para explicar esta situação, que corresponde tanto à crise do movimento operário como à crise do trabalho, este autor identifica alguns elementos que podem contribuir para um entendimento mais totalizante do que estamos desenvolvendo aqui.

Como primeiro elemento, o autor aponta para o que já discutimos em parágrafos anteriores, ou seja, a crise do capital, sua intensidade — que chegou a ponto de desenvolver práticas materiais de destruição global — e, conseqüentemente, da reestruturação produtiva, que foi a saída usada para a “recuperação do ciclo de reprodução do capital” (p. 39).

Em seguida, Antunes (ibidem, p. 40) assinala o “explosivo desmoronamento do Leste Europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram uma transição socialista, com a ex-União Soviética à frente)”. Para ele, a queda do bloco socialista vem provocando nos países capitalistas centrais um intenso processo de rebaixamento dos direitos e das “conquistas sociais dos trabalhadores, dada a ‘inexistência’, segundo o capital, do perigo socialista”. As conseqüências provocaram danos também ao campo das organizações dos trabalhadores, como os partidos comunistas tradicionais e os sindicatos a eles filiados, que ao final dos anos 80 amargaram uma acentuada crise.

O terceiro elemento apontado por Antunes (Ibidem) diz respeito ao “desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista”, o que resultou, dentre outras coisas, num “agudo

¹¹Conf. Calado, 1997; Frigotto, 1995; Antunes, 1995; Ramos, 2001; Singer, 2001.

processo *político e ideológico de social-democratização da esquerda*¹²”, tanto sindical como partidária. Esse processo repercutiu negativamente no mundo do trabalho, uma vez que a forte influência social-democrata provocou certo relaxamento nas lutas dos trabalhadores, gerando com isso uma submissão às prescrições do capital. De acordo com o autor, ao enveredar-se pela via social-democrata, o sindicalismo de esquerda “passou a recorrer, cada vez mais freqüentemente, à institucionalidade e à burocratização, que também caracterizam a social-democracia sindical”.

O quarto elemento apontado pelo autor trata da expansão do neoliberalismo e, conseqüentemente, da crise do *welfare state*. Segundo Antunes (ibidem), com o avanço do neoliberalismo, a partir do final dos anos 70, constatou-se um retrocesso referente às conquistas provindas do *welfare state*, destacando nesse processo a aproximação da social-democracia à agenda neoliberal. Neste sentido, nota-se uma prevalência da “ordem” neoliberal sobre o rumo dos países capitalistas, a partir da qual tanto os países centrais como os periféricos passaram a seguir — cada qual com características particulares — as determinações impostas pelos donos do capital, incluindo em pauta os seguintes processos: “reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional”, dentre outras.

Neste contexto, chamamos a atenção para o redirecionamento político-econômico do Estado (BIANCHETTI, 1996) que, progressivamente, vem se eximindo de seus serviços de proteção social e de seu papel interventor sobre a economia. Daí, a idéia de Estado mínimo (quanto à implementação de políticas públicas) e, conseqüentemente, as políticas de privatizações e o desmantelamento dos serviços públicos essenciais (CALADO, 1997 e 2003); daí, também, a transferência para a sociedade (e para o mercado também) atribuições que lhes são próprias.

Outro elemento a ser considerado nessa trama diz respeito à mobilidade que o capital adquiriu nos recentes processos de globalização, o que contribui com o enfraquecimento da resistência sindical em diversos países (SINGER, 2001, p. 28). Para Singer (ibidem), “O grande capital multinacional simplesmente abandonou o campo de batalha e se transferiu para

¹² Grifo do autor.

países em que a debilidade do movimento operário lhe oferecia plena liberdade de reformular as relações de produção de acordo com os seus interesses.”

Nesta mesma direção, Weffort (1991, p. 22) identifica o processo de transnacionalização da economia como “[...] uma das raízes da crise do Estado de Bem-Estar, na Europa e Estados Unidos[...]”, servindo também como um elemento importante para a análise da crise do Estado latino-americano. Pois, com esse processo da transnacionalização, percebe-se que as soberanias nacionais vêm sendo ameaçadas, posto que essa nova dinâmica impõe aos Estados Nacionais um rompimento entre suas fronteiras, fragilizando, assim, a sua autonomia.

Nesta reflexão, merecem igual atenção as questões relacionadas à superestrutura, haja vista que os processos de dominação e controle realizados pelas classes dominantes contam com determinados aparelhos para consensuar os seus interesses. Neste sentido, consideramos pertinente a percepção de Calado (2003, pp. 115-116) quando este denuncia a existência de uma

[...] profunda alteração na grade de valores, hoje hegemônica pela ideologia do pensamento único, inspirada e impulsionada pela idolatria do Mercado, a superestimar valores como o individualismo, a concorrência exarcebada, a obsessão hierarquizante, o imediatismo, a insensibilidade à sorte do Planeta, a intolerância ao diferente, entre outros.

Feita essa análise, constatamos que a resistência aos apelos dessa onda neoliberal que vem ocorrendo, tem se tornado um dos principais desafios aos países subdesenvolvidos — não desconsiderando os efeitos negativos causados também aos países centrais —, uma vez que o seu surgimento e desenvolvimento têm gerado um prejuízo incalculável às classes trabalhadoras.

Esta constatação nada mais é do que o reconhecimento de que a sociabilidade capitalista não atende (e nunca atendeu) aos anseios das classes trabalhadoras, por isso, a sua superação deveria ser um ponto urgente na agenda dos trabalhadores e das trabalhadoras. Sabemos que tal tarefa não é fácil, que a realidade vigente apresenta um quadro de enfraquecimento das organizações coletivas dos/as trabalhadores/as, tais como os sindicatos, as associações, os partidos; e que, em muitos casos, as suas lutas têm se limitado à manutenção dos postos de trabalho ora existentes, chegando-se a ponto de ter que se sujeitar às condições desumanas de trabalho.

Entretanto, experiências de resistência estão se articulando por aí, demonstrando que a luta de classes ainda permanece viva, e que se faz necessário estar atentos e atentas ao recado de Marx e Engels (1998, p. 46): “**PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!**”¹³. Considerando que os objetivos e interesses das classes trabalhadoras só poderão “ser alcançados pela transformação violenta de toda a ordem social existente”, então, viva a luta! Que se construa as estratégias necessárias e que se converta as condições sociais e políticas vigentes em instrumentos para o alcance dessa transformação.

É importante dizer que os acontecimentos internacionais, acima apontados, afetaram sobremaneira os países subdesenvolvidos, agravando ainda mais a situação de pobreza e violência, que durante estes últimos anos chegou a índices jamais vistos. No caso do **Brasil**, a realidade social tem se tornado tão degradante que a população parece ter se conformado aos processos excludentes perpetrados sobre determinadas parcelas de sua população, as quais são consideradas descartáveis para o mundo produtivo. Neste sentido, tornou-se comum se ver tantas crianças vivendo na rua, sem amparo da família e do Estado; já não causa mais espanto saber que parcelas enormes da população estão se alimentando diariamente com o lixo encontrado nas calçadas ou nos lixões; ou em assistir, indiferentemente, aos milhares de assassinatos cometidos contra os jovens pobres das periferias.

É óbvio que os males que sobrevêm ao país têm sua origem já no início de sua formação, quando o povo branco, europeu, invade as suas terras, mata, escraviza e impõe à população existente sua cultura, estabelecendo, a partir daí, uma relação de dominação e exploração que se reproduz até os dias atuais. Entretanto, neste trabalho daremos uma atenção especial a alguns acontecimentos que vêm acontecendo a partir do período da ditadura militar, uma vez que é nesse contexto em que a PJMP começa a se organizar e a inscrever-se como uma nova força juvenil transformadora, contribuinte com as lutas sociais que naquele tempo se travava no país.

Caracterizado como um dos períodos mais sombrios já vividos na história brasileira (COTRIM, 1999), a ditadura militar se impõe com um golpe de governo, em abril de 1964, quando os militares, apoiados por setores dominantes nacionais e internacionais, depõem o presidente da república, João Goulart, e se mantêm no poder por duas décadas.

¹³ Grifo dos autores.

Sob alegação de garantir a segurança e promover o desenvolvimento do país (ALVES, 1984), milhares de pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos, foram presas, espancadas, torturadas, perseguidas, cassadas, trucidadas etc. Segundo Nogueira (2004, p. 17), “A ditadura foi antidemocrática e anticomunista [...] disseminou ódio e pavor, abusou do arbítrio e da repressão. Seus porões foram indignos e repulsivos”.

De acordo com Cotrim (ibidem), assim que o primeiro “presidente”, o marechal Castelo Branco, assumiu o “seu” posto, foi prontamente reconhecido pelos Estados Unidos. Já era de se esperar tal apoio, pois, na agenda do novo governo constava o combate às idéias socialistas ou comunistas, bem como “a rearticulação ajustada e direcionada do projeto de desenvolvimento do capitalismo monopolístico brasileiro” (PUCCI, 1984, p. 48) e a internacionalização do setor industrial.

Porém, como esse projeto de desenvolvimento contrariava os interesses das classes subalternas, e não se tinham as condições necessárias para efetivá-lo dentro de um prazo imediato, os militares tiveram que lançar mão de um regime autoritário e ditatorial, de maneira que pudessem neutralizar as forças oponentes aos seus objetivos (PUCCI, 1984). Como afirma Moisés (1990, p. 22), “Por uma parte, cancelaram-se quaisquer condições para a participação popular; e, por outra, impôs-se a anulação da própria existência de uma ‘comunidade cívica’: doravante já ninguém podia participar do espaço público, pela simples razão de que ele não existia mais”.

Para justificar a sua atuação, que era baseada no controle e na dominação (ALVES, 1984), os generais se serviram da ideologia da Segurança Nacional, valendo-se da idéia de que a ordem estava sob a ameaça comunista, e por isso o Estado teria que atuar com firmeza, se assim quisesse manter a harmonia social e o desenvolvimento que estava por vir. Neste sentido, qualquer manifestação que contrariasse o regime era o bastante para se utilizar a força repressiva. Nada poderia atrapalhar o projeto de desenvolvimento que estava sendo implementado. E assim, foram se processando “as reformas administrativas, tributárias, bancárias e financeira” além das outras, consideradas fundamentais ao bom andamento do sistema: “a redução da competência dos órgãos legislativos e judiciários e a subordinação dos mesmos ao poder executivo” (Ibidem).

Entretanto, mesmo com uma atuação autoritária, o regime encontrou pela frente uma oposição combativa, constituída por operários, intelectuais, estudantes, artistas, funcionários

públicos, políticos, militares, setores da Igreja Católica etc., que resistiam “ao avanço das forças capitalistas no país” (GOHN, 1995, p. 100). Porém, como relata Bicudo (1984, p. 16), nos anos iniciais do regime esses segmentos oposicionistas foram reduzidos “a um quase nada”, posto que para seu controle agia o aparato repressivo do governo, tornando cada vez mais frágil o Estado de direito.

Neste momento, destacamos a participação da juventude estudantil que, diante de uma situação em que a “maior parte das lideranças políticas e sindicais” se encontrava cassada, presa ou exilada, tomam em suas mãos “a bandeira oposicionista” (FERREIRA, 1997, p. 172). De acordo com Ferreira (ibidem, p. 173), mesmo com suas entidades (UNE e UEEs¹⁴) fechadas pelo regime, os estudantes conseguiam encher, com muita frequência, as ruas das principais cidades brasileiras com passeatas de protesto. Em alguns casos, as manifestações resultavam em terríveis enfrentamentos, como foi o caso do assassinato do estudante Edson Luís, realizado pelos policiais, em março de 1968.

Neste período é justo destacar o envolvimento de *setores* da Igreja Católica com as lutas estudantis, que reconhecendo o papel desempenhado por este segmento, saem em sua defesa, comprometendo-se também com a sua atuação. De fato, o apoio logístico da Igreja (progressista) foi fundamental para o encaminhamento das atividades realizadas pelos estudantes, seja nos seus encontros e congressos, seja nas mobilizações. De acordo com Pucci (1984, p. 76), neste momento, “Os estudantes vão encontrar em setores da Igreja os únicos aliados, entre as organizações da sociedade civil e política, que paulatinamente se dispõem a defendê-los, defendendo os direitos humanos”.

E, assim, “Os estudantes — em suas lutas democráticas — vão ‘convertendo’ seminaristas, religiosos, padres e bispos” (PUCCI, 1984, p.76), de tal maneira que os mesmos vão se tornando co-participantes daqueles processos desencadeados pela luta estudantil. Por causa desse envolvimento, muitos membros da Igreja sofreram fortes perseguições, foram presas, torturadas e, em alguns casos, até expulsas do país.

Para Ferreira (1997, p. 173), o campo artístico, em geral, também se comprometeu com as lutas políticas deste período. Como mostra este autor “Canções de protesto, filmes e peças teatrais cuja temática era essencialmente política passaram a ocupar um espaço de contestação não institucional, uma vez que os canais normais de oposição ao regime eram controlados

¹⁴ União Nacional dos Estudantes (UNE); Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs).

pelos militares”. Assim como outros segmentos, considerados perigosos para o sistema, o meio artístico também passou pela truculência do regime.

Para isso, o governo contava com os atos institucionais, a partir dos quais se ampliava, progressivamente, o seu poder de ação. Com esse instrumento em mãos, os militares abusaram do poder. Como mostra Pucci (ibidem), através do Ato Institucional nº 5 (AI-5), por exemplo, o Congresso Nacional foi fechado durante 10 meses, centenas de políticos tiveram seus mandados cassados, impuseram-se restrições ao Judiciário, a imprensa e setores do segmento artístico-cultural foram amordaçados, afora outras tantas arbitrariedades cometidas pelo regime. De acordo com Pucci (1984, p. 89), a repressão foi violentíssima, e atingiu não apenas os “militantes revolucionários”, mas todos aqueles e aquelas que apoiavam a sua atuação.

Segundo Nogueira (2004, p. 17), apesar de toda repressão efetivada pela ditadura, não se pode afirmar que ela “chegou a ser propriamente reacionária, no sentido específico de que nunca freou nem bloqueou o desenvolvimento capitalista do país e a modernização da sociedade”. Pelo contrário, de acordo com o seu olhar, no período em que a ditadura se fez presente, constata-se que houve um avanço das forças produtivas capitalistas, que o país “internacionalizou sua economia, dinamizou sua agricultura e se industrializou. Movimentou-se freneticamente para todos os lados /.../ tornou-se outro: mais capitalista, mais moderno”.

Toda essa movimentação teve o seu auge nos anos 1968-1973 (NOGUEIRA, 2004), período em que se verifica um aumento significativo da produção industrial e das exportações dos produtos brasileiros. Para Ferreira (1997, p. 183), nesse tempo as indústrias contaram com uma política fiscal de isenção de impostos, bem como com uma “ampliação do crédito para os consumidores”, o que resultou numa expansão de lucros em favor do campo empresarial; a classe média também foi beneficiada, pois o avanço econômico lhe rendeu “mais possibilidade de emprego e maiores salários”. Vivia-se nesse período um clima de grande euforia, pois todos os setores da economia foram beneficiados com as medidas tomadas pelo governo. Foi o tempo que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”.

Porém, esse “milagre” não foi muito longe. Como mostra Cotrim (ibidem, p. 197), a expansão econômica do Brasil não se desenvolveu de forma auto-sustentada, pois se baseava “numa situação internacional favorável e na tomada de empréstimos internacionais. Ao desaparecer essa situação favorável, com o aumento do preço do petróleo no mercado internacional, a economia brasileira sofreu grande impacto”. A partir de então, o país passa a

enfrentar o problema do aumento inflacionário, que chegou a índices altíssimos, bem como o problema do endividamento (externo e interno), o qual se tornou um empecilho ao desenvolvimento que vinha se processando no Brasil (FERREIRA, 1997; COTRIM, 1999).

E, assim, o país mergulha numa crise econômica que vai colocar em xeque o regime, haja vista que um de seus pilares, o desenvolvimento, estava em processo de desmoronamento (COTRIM, *ibidem*). Como não tinha jeito de reverter a situação, e o bloco de sustentação do governo não conseguia se manter coeso, chegando a ponto de se fracionar, além do descontentamento generalizado das camadas médias e do operariado, o regime se viu obrigado a iniciar um processo de abertura (NOGUEIRA, *ibidem*).

De acordo com Carvalho (2001), a abertura se inicia no mandato do governo Geisel, em 1974, quando este diminui “as restrições à propaganda eleitoral”, e, mais à frente, em 1978, quando revoga o AI-5, pondo fim à censura prévia e permitindo o retorno “dos primeiros exilados políticos”. Esta abertura inicial custou caro ao regime, pois, como mostra Ferreira (1997), as forças de oposição se fortaleceram e conseguiram importantes vitórias nas eleições de 1974, 1976 e 1978.

Apesar de iniciarem o processo de abertura, os militares insistiam ainda em continuar no poder, e assim, em 1979, o presidente Geisel elege o seu sucessor, o general João Batista de Figueiredo¹⁵, o qual assume o governo num momento em que o regime já não gozava mais da legitimidade diante de alguns setores da sociedade que anteriormente o apoiavam. Diante disso, Figueiredo não fez outra opção, buscou em seu mandato dar continuidade à abertura política iniciada no governo anterior e assumiu (não de boa vontade) o compromisso de reinstalar a democracia no Brasil (COTRIM, 1999, p. 200).

De fato, durante o seu governo em nenhum momento o Congresso foi fechado, como acontecera em tempos passados; os meios de comunicação foram poupados das ameaças que vinham sofrendo; foi aprovada, no Congresso, uma lei que anistiava os presos e exilados políticos; e contou com a volta do pluripartidarismo e das eleições diretas para governadores de estados (CARVALHO, 2001). Para Ferreira (1997, p. 211), a volta do pluripartidarismo foi a estratégia usada pelos militares para evitar “o crescimento eleitoral do partido da oposição, o MDB”, que em eleições anteriores já tinham causado derrotas eleitorais significativas ao regime. Com essa estratégia, pretendia-se desunir a oposição.

¹⁵ O governo de Figueiredo corresponde ao período de 1979-1985.

A partir daí a configuração partidária passou a funcionar da seguinte forma:

A Arena transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), o MDB no Partido do Movimento Democrático Trabalhista (PMDB), os antigos trabalhistas do PTB dividiram-se em dois partidos, PTB e Partido Democrático Trabalhista (PDT) [...] Os moderados do MDB reuniram-se em torno do Partido Popular (PP), que logo depois voltou a fundir-se com o PMDB. A grande novidade no campo partidário, no entanto, foi a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980 (CARVALHO, *ibidem*, p. 176).

Sob a ótica de Carvalho (*ibidem*), nessa nova configuração a novidade maior foi a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), que, diferentemente dos demais, nasceu a partir de um processo participativo e democrático — ou seja, livre das amarras da elite social e econômica —, tendo a sua frente militantes comprometidos com as lutas populares. Para Alves (1984, 277), o PT se constituiu num instrumento político-popular por meio do qual passavam “as reivindicações dos que se viam até então privados de direitos políticos”. Com a criação desse partido, pretendia-se “aumentar as oportunidades de participação, para permitir o engajamento ativo de camadas que nunca haviam participado da política em nível formal”.

Neste contexto, de abertura e rearticulação político-partidária, verifica-se também a retomada dos movimentos de oposição e a criação de novos canais de expressão na sociedade civil, os quais vão transformar o país num palco de intensas lutas que vão contribuir com o retorno da democracia (GOHN, 1995; ABREU, 1995; OLIVEIRA, 2003).

Segundo a análise feita por Gohn (1995, p. 111), o período correspondente ao processo de lutas pela redemocratização (1975-1982) foi “um dos mais ricos da história do país no que diz respeito a lutas, movimentos e, sobretudo, projetos para o país”. Para esta autora, foi o momento em que se acreditou na força do povo (organizado) como sujeito capaz de realizar “mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado” (*ibidem*). De fato, a participação política do povo e a sua vontade de transformar a situação econômico-político-social já vinha se expressando desde as eleições de 1974 e 1978, quando se verifica um comparecimento sem precedentes na história eleitoral do Brasil (MOISÉS, 1990).

Das lutas e canais de participação forjados nesse período em que Gohn (1995) realiza sua análise, assinalamos as lutas pela redemocratização do país; o ressurgimento do

movimento estudantil; a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT); a rearticulação do movimento sindical; as grandes greves realizadas no país, iniciadas com as lutas dos operários do ABC paulista; as lutas feministas; as lutas dos moradores das favelas e criação da Pastoral das Favelas; a criação do Movimento dos Sem-Terra (MST); lutas pelo fim do regime bipartidário; criação da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS); articulação dos trabalhadores para a criação de centrais sindicais (Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT; Central Única dos Trabalhadores – CUT); criação do Partido dos Trabalhadores; criação da Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT etc.

É importante dizer também que é neste momento histórico em que se registra o nascimento da PJMP, quando jovens pobres das periferias e do meio rural resolvem se (re)organizar e, a partir de sua fé e do compromisso com as classes populares, participar ativamente dos processos de lutas que no país se desenrolara.

Toda essa movimentação que tomava conta do país correspondia ao fracasso e à inoperância do regime, que já não conseguira mais se sustentar no poder. Neste sentido, chamamos a atenção para a organização da “Campanha das Diretas”, que, segundo Moisés (1990, p. 31), em poucos meses conseguiu empolgar o país e levar às ruas milhões de pessoas. Para este autor, na pauta dessa campanha estava “não só o desejo de parte substancial da população de votar para presidente da República, mas outra vez a sua aspiração de conquistar de maneira plena a sua cidadania”.

E, assim, depois de tantas lutas, chegou-se ao fim do regime militar. Para isso, articularam-se forças políticas diversas, através da Aliança Democrática, e, em janeiro de 1985, chegam ao poder. Apesar de não contarem com uma maioria que pudesse aprovar, no Congresso, a proposta de eleição direta, os parlamentares conseguiram eleger Tancredo Neves para presidência do país, pondo fim, assim, a duas décadas de autoritarismo (FERREIRA, 1997). Para Nogueira (2004, p. 23), “A chegada ao poder da Aliança Democrática, em 1985, simbolizou o fim de uma época e redefiniu as condições concretas do fazer político, dando passagem a uma nova dialética entre o Estado e a sociedade”.

Fazendo um balanço sobre o legado do regime militar, Nogueira (2004, p. 18) diz que os antigos problemas se não aumentaram, permaneceram inalterados. A miséria e o subdesenvolvimento não foram combatidos; a mortalidade infantil e o analfabetismo continuaram com índices altíssimos; os salários foram reduzidos. Ou seja, o projeto de

desenvolvimento colocado em prática pelos militares não resolveu o problema da desigualdade social. O país se modernizou, mas a apropriação de sua produção ficou concentrada em poucas mãos. Para este autor, “A desigualdade social e a injustiça na distribuição da renda cresceram na mesma proporção em que a economia capitalista se fortaleceu”.

Continuando, então, o quadro histórico, retomamos com o acontecimento da morte de Tancredo Neves, que pouco tempo antes da posse foi atingido por uma enfermidade, vindo a falecer em abril de 1985. Em seu lugar, assume o vice, José Sarney, para grande decepção das forças políticas de oposição, posto que, há alguns anos atrás, o novo presidente empossado fazia parte grupo de apoio à ditadura militar. De acordo com Cotrim (1999, p. 208), era ele o “presidente nacional do PDS, e foi na liderança desse partido que ajudou a derrubar a emenda constitucional que restabeleceria as eleições diretas para presidente”.

Segundo Ferreira (1997, p. 214), o governo de Sarney foi desastroso, com uma economia fora de controle, apresentando índices inflacionários elevadíssimos (atingindo 1.850.000% nos cinco anos de governo), e com diversas denúncias de corrupção. Inclusive, na Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi instalada para investigar as acusações que pesavam sobre o seu governo, foi indiciado em nove crimes. Porém, o relatório final não foi aprovado pelos congressistas, valendo-se, neste momento, da política do “é dando que se recebe”. No período do governo Sarney o país vivenciou uma situação de ingovernabilidade, com alto grau de descontentamento popular e com greves espalhadas por todo o território brasileiro (VALE, 2002, p. 124). Não é por menos, haja vista que neste período a questão social deteriorou-se ainda mais, apresentando índices muito negativos em relação aos problemas sociais, como a fome, o analfabetismo, a moradia, a violência dentre outros.

Mas, nesse período se registra também a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a qual contou com uma ampla movimentação popular em todo país, com elaboração de emendas populares e coleta de subscrições (ALBUQUERQUE, 2004, p. 21). Para Albuquerque (ibidem) toda essa movimentação denota uma nova fase dos movimentos sociais, ou seja,

É o momento em que as experiências da ‘fase’ anterior, predominantemente reivindicativa, são sistematizadas e traduzidas em propostas políticas mais

elaboradas e levadas a novos canais institucionais conquistados, como a própria iniciativa popular de lei que permitiu as emendas constituintes. ‘Na luta fazemos a lei’ era o slogan de muitos candidatos do campo democrático-popular ao Congresso Constituinte, revelando seu caráter de espaço de afirmação das mobilizações sociais no plano dos direitos instituídos.

Apesar de não ferir a ordem burguesa, pode-se considerar que a nova Constituição trouxe um avanço profundo para o campo social (PAULO NETTO, 1999, p. 77). Segundo Paulo Netto (ibidem), “[...] ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam ‘dívida social’.” Para este autor, pela primeira vez na história brasileira, apontou-se para a construção de um Estado de bem-estar social, uma vez que no texto Constitucional, explicitamente, consagravam-se os direitos sociais.

Entretanto, como observa Paulo Netto (ibidem), esta conquista social seguia na direção contrária ao que estava se passando no panorama internacional, como por exemplo, “a reestruturação do capitalismo mundial e a crise do chamado *socialismo* real”, que, somados a outros fatores, colocavam em risco a viabilidade do Estado de bem-estar social. Portanto, “ao mesmo tempo em que, no Brasil, criavam-se mecanismos político-democráticos de regulação da dinâmica capitalista, no espaço mundial tais mecanismos perdiam vigência e tendiam a ser substituídos, com a legitimação oferecida pela ideologia neoliberal”, através da desregulamentação, da flexibilização e da privatização.

Com essa conjuntura internacional desfavorável e com “uma enorme resistência entre a burguesia e seus associados”, que viam na Constituição de 1988 uma ameaça a seus interesses, diminuía-se a possibilidade de levar à prática as questões mais essenciais contidas no texto da Constituição (ibidem).

Em função disso, um amplo debate desenrolou-se nesse período. Conforme assinala Paulo Netto (ibidem), para a massa dos trabalhadores a efetivação da Constituição equivalia a “[...] alternativa para reverter as conseqüências econômico-sociais mais dramáticas da herança da ditadura; para os setores mais ligados ao grande capital tratava-se precisamente de inviabilizar esta alternativa.”

Esta disputa estendeu-se ao processo eleitoral de 1989, quando Luiz Inácio Lula da Silva, representante dos setores populares, enfrenta nas urnas o candidato dos setores dominantes, Fernando Collor de Melo. De acordo com Coutinho (2002, p. 28-29), nesse confronto estavam em jogo dois modelos de sociedade distintos, ou seja, de um lado, um modelo que tinha como horizonte a ampliação do espaço público, a efetiva distribuição de renda, o aprofundamento e a ampliação da democracia, que era o projeto defendido por Lula; de outro lado, um programa que se dizia “modernizador”, que trazia como pauta a defesa do mercado, das privatizações e a manutenção dos interesses do Capital.

Nesse confronto, com pouca diferença de votos, vence o projeto do Capital. Porém, tal projeto só vem a ser implementado, efetivamente, há alguns anos depois, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, posto que o novo presidente não fora capaz de levar adiante as contra-reformas contidas no seu programa de governo (ibidem, p. 30). Pois, além de encontrar pela frente uma forte resistência popular ao seu projeto “modernizante”, o governo Collor se viu envolvido em fortes escândalos de corrupção, os quais o levaram ao *impeachment*.

Em seu lugar assume o vice, Itamar Franco, que imediatamente buscou construir um governo com uma ampla participação partidária. Neste sentido, “convidou para compor seu ministério figuras das mais variadas tendências ideológicas”, vindas, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL) (CONTRIM, 1999, p. 214).

Desse governo, destacamos o Plano Real — anunciado pelo, então, ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso —, que foi um plano arquitetado para “acabar com a inflação e estabilizar a economia” (ibidem). Apesar de ter sido recebido com desconfianças pelas oposições políticas, tal plano foi ganhando, progressivamente, o apoio popular. Inclusive, foi ele um dos principais elementos que levaram o candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC) a ocupar a cadeira presidencial no mandato seguinte.

Na verdade, Fernando Henrique governou o país por dois mandatos consecutivos, ou seja, de 1995 a 2002. Neste período, constata-se uma regressão muito forte quanto às conquistas e aos direitos adquiridos pelas classes trabalhadoras, bem como o desmonte de grande parte dos bens e serviços público-estatais, dos quais se servia o povo brasileiro. Como

sublinha Arruda (1996, p. 19), “[...] o desmonte se dá em vários planos: empresarial/econômico, financeiro, fiscal e moral [...]”

De acordo com Paulo Netto (1999, p. 79), assim que eleito, o governo Fernando Henrique Cardoso, apoiado pelas forças políticas reacionárias, deu início à efetivação do projeto do grande capital, inviabilizando, assim, o “*projeto social contido na Constituição de 1988*”. Como alegação, FHC, assim como Collor, usava como retórica a necessidade que o país apresentava para se “modernizar” e inserir-se no “Primeiro Mundo”. E, assim, empurra o país pela via neoliberal, de forma submissa (e desenfreada) ao sistema econômico internacional. Para isso, realizou-se, inicialmente, toda uma estratégia ideológica de sensibilização para incutir no imaginário popular a imagem de um país “arcaico e atrasado”, e que, por isso, deveria ser reformado, a exemplo dos países desenvolvidos como o Reino Unido, a Nova Zelândia e Austrália (OLIVEIRA, 2003, p. 45).

De acordo com os estudos realizados por Silva (2003, p. 68), no programa das mudanças que se pretendiam fazer, estavam em foco as “orientações” do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, BID e outros organismos, quais sejam: “uma rigorosa disciplina fiscal, privatização, redução dos gastos públicos, reformas (tributária, previdência etc.), liberalização comercial, desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras”.

Neste sentido, assinalamos, inicialmente, a abertura escancarada e sem critérios da economia nacional ao capital estrangeiro, o qual encontrou no governo FHC as condições necessárias para movimentar-se e reproduzir-se de acordo com os seus interesses. Em consequência disso, várias empresas nacionais fecharam as suas portas, “nosso parque industrial se reduziu e se desnacionalizou. O desemprego se espalhou com epidemia” (LESBAUPIN, 1999, p. 9).

Acrescente-se a isso, as privatizações das empresas estatais, que segundo os neoliberais da época, seria uma forma de enfrentar o problema do Estado. Como justificativa, alegava-se que o Estado estava “ineficiente, pesado, rígido e burocrático” (OLIVEIRA, 2003, p. 45). Assim, seguindo a orientação do capital, foram privatizadas tanto aquelas empresas que apresentavam um quadro deficitário, quanto as que davam lucro e as que eram estratégicas (LESBAUPIN, 1999, p. 9), a exemplo da siderúrgica Vale do Rio Doce e do Sistema Telebrás.

Quanto às políticas sociais, o que se viu no governo FHC foi um ataque frontal às conquistas dos trabalhadores, claramente percebido na redução dos recursos, cada vez mais parcos, direcionados a essa área, como na desresponsabilização, progressiva, do Estado, quanto à sua função provedora de políticas sociais (PAULO NETTO, 1999, p. 87). Sobre este último aspecto, destacamos a transferência de parte desse papel do Estado para o mercado e para organizações da sociedade civil, o que veio a fragilizar os serviços sociais prestados às camadas mais pobres da população.

Como se percebe, estas poucas questões que foram abordadas, sobre o governo FHC, retratam um pouco do redirecionamento político-econômico que foi efetivado no Estado, o qual, progressivamente, foi diminuindo os seus serviços de proteção e intervenção social, privatizando e desmantelando suas instituições, entregando por um preço vil as riquezas e o patrimônio construídos pelo povo brasileiro; reforçando, assim, um modelo de Estado que não cumpre (e nunca cumpriu) com as funções sociais que lhes são próprias.

Quanto ao governo Lula (2003 a 2006), é possível assinalar, por um lado, que o país continuou a apresentar índices altíssimos de exclusão social, mantendo ainda a estrutura sócio-econômica que se delineou nos governos anteriores. Entretanto, é sensato reconhecer, por outro lado, alguns avanços no campo da proteção social, beneficiando grande parte das populações excluídas. Quer dizer, trata-se de um governo contraditório, difícil de ser analisado, uma vez que “Esperanças e frustrações estão mutuamente imbricadas.” (ANDRIOLI e SCHMALZ, 2006, p. 1).

Apesar de sua origem nas classes populares e sua história política nos movimentos sociais e sindicais, ao assumir o poder, apoiado numa coalizão com partidos de diversos matizes político-ideológicos, Lula vem priorizando em sua agenda governamental uma política econômica que beneficia os donos do capital, trazendo como consequência um fraco desempenho no campo das políticas sociais. Nesse contexto, percebe-se, por um lado, a persistência da lógica mercantil nos serviços de proteção social, a manutenção dos baixos salários e do desemprego, o crescimento da violência social, a deteriorização dos serviços públicos, dentre muitos outros.

Por outro lado, nota-se o fortalecimento dos programas sociais compensatórios e assistenciais voltados para as parcelas mais pobres da sociedade, como o “Bolsa Família”, o qual tem sido vinculado a uma série de programas e iniciativas como o fortalecimento da

Agricultura Familiar; a ampliação do programa Bolsa Escola; o acesso facilitado às Políticas de Microcrédito etc. No campo da política externa, sublinhamos o posicionamento favorável de Andrioli e Schmalz (2006) ao governo Lula, quando este, numa aliança com a Argentina e a Venezuela, impede, por exemplo, o avanço das negociações da ALCA como estava sendo posto pelos Estados Unidos.

Como se percebe, é um governo bastante disputado, composto por diversas frentes, o que dificulta a efetivação dos anseios históricos das classes trabalhadoras. Neste sentido, é coerente afirmar que do ponto de vista político e da resistência e organização da sociedade civil contra o Capital, esse governo não tem correspondido às reais expectativas dos movimentos sociais populares, embora a relação estabelecida entre os mesmos tem sido diferenciada, positivamente, dos demais governos. Fazendo uma comparação com o governo anterior, por exemplo, não se percebe a prática da criminalização dos referidos movimentos como se fazia no governo de FHC.

Se, por um lado, esta relação com os movimentos sociais populares é positiva, inclusive com a inserção de quadros da esquerda em determinados postos importantes do Estado, por outro lado é preocupante, pois esta relação tem contribuído para o processo de desmobilização desses movimentos, os quais se encontram fragilizados em suas iniciativas, sem uma pauta comum de luta. Diante disso, é correto dizer que a realidade presente é desafiadora para os movimentos em questão, uma vez que seus objetivos não têm sido pautados satisfatoriamente nesse governo, e agora se vêem diante de uma possível reeleição. Os debates têm se intensificado nessa direção, porém não se constata nos movimentos uma definição com relação a qual projeto deverá ser defendido no próximo pleito.

Considerando todos os elementos acima discutidos, evidenciaremos, a seguir, a repercussão dessa conjuntura na vida dos jovens, destacando algumas questões que apareceram com mais recorrência nos atuais grupos de jovens da PJMP, bem como nos encontros e reuniões diocesanas realizados durante o período da pesquisa.

2.2 - Juventude e educação escolar

No atual momento em que passa a educação, enquanto espaço formal de ensino-aprendizagem, faz-se necessário rever criticamente os (des)cuidados a ela dirigidos, visando

assim um redirecionamento tanto das práticas exercidas pelos seus profissionais, como das políticas educacionais atualmente estabelecidas.

A necessidade desse redirecionamento parte do que, há muito tempo, vêm nos alertando os indicadores sociais. Como observa Kuenzer (2002, p.92), na educação escolar, nos seus diversos níveis e modalidades, vem se processando a “inclusão excludente”, que é o termo utilizado por essa autora para dizer que, nestes tempos neoliberais, desenvolveram-se estratégias de inclusão, porém sem correspondência aos “[...] necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo.”

De fato, nestas últimas décadas percebe-se que houve uma reconfiguração do espaço escolar, o que tem permitido mais facilmente o acesso à educação de todas as camadas sociais, mas é verdade também que a escola voltada para os mais pobres¹⁶ continua ainda desinteressante, longe da realidade dos/as alunos/as, mal equipada, com profissionais mal remunerados, sem uma política de formação continuada, trabalhando em condições precárias.

Neste contexto, a inclusão é cada vez mais difícil, há um impedimento de se afirmar o espaço escolar como um espaço de promoção da cidadania. Essa situação faz parte do ideário neoliberal, o qual tem contribuído para o desmantelamento da escola pública, ao mesmo tempo em que tem fomentado uma política educacional privatista, principalmente nos níveis mais elevados (FÁVERO; HORTA; FRIGOTTO, 1992).

Além desses pontos, há de se considerar como agravantes, também, as escolhas teórico-metodológicas adotadas em certas práticas educativas, segundo as quais a história é distorcida ou contada pela metade, prevalecendo as idéias e os valores dos grupos dominantes. Esse tipo de educação, tantas vezes rechaçada por Freire (1987 e 1979) e por outros educadores populares, tem se constituído em um aparelho por meio do qual (não apenas dele) tais grupos têm buscado o consenso e a submissão da população.

Isto não significa dizer que não exista um reconhecimento da existência de experiências de educação crítica e libertadora nas escolas, principalmente nas públicas. O acompanhamento que fazemos junto à juventude organizada da Arquidiocese da Paraíba, bem como o contato com vários educadores, atuantes nos movimentos sociais populares,

¹⁶ É importante dizer que repudiamos a existência de escolas diferenciadas; para nós, a educação deveria ser pública, gratuita, democrática e de boa qualidade para todos e todas que dela quisessem desfrutar.

principalmente os mais ligados ao universo juvenil, têm nos mostrado que em determinadas escolas existem educadoras e educadores comprometidos com as lutas populares, e que realizam uma prática voltada para a elevação do nível de consciência político-social dos quais estão em contato. No entanto, não se pode deixar de reconhecer também que são práticas isoladas, exercidas por um número pequeno de profissionais que não conseguem atingir muita gente.

Isso é muito preocupante, pois como pudemos constatar, numa oficina¹⁷ que coordenamos sobre a questão da “Cidadania e Educação”, muitos jovens, estudantes do ensino médio, ainda não aprenderam a fazer uma leitura crítica sobre sua história e seus dilemas, sobre as razões pelas quais a maioria da população vive numa situação desumana. Neste encontro, vimos que questões tão importantes, como “a concentração de renda e de terra”, “o endividamento interno e externo”, “a utilização da mídia como instrumento de manipulação e alienação”, dentre outras, pareciam novidades para, aproximadamente, a metade dos participantes daquela oficina.

Isto é lastimável, pois, demonstra que a escola não está correspondendo satisfatoriamente às necessidades da juventude mais pobre, ou seja, é necessário reconstruí-la e dar-lhe um novo caráter. As classes populares não podem abrir mão disso, posto que a escola é um espaço político privilegiado que pode oportunizar aos indivíduos, desde cedo, uma educação cidadã.

Apesar das imposições e do retraimento do Estado, acreditamos que a educação escolar pode ser ainda ser um fator de redução das desigualdades sociais, mas isto exige um conjunto de ações e decisões — tais como um controle democrático mais intensivo do Estado, uma ampliação das políticas educacionais, uma reorientação da prática social educativa etc. — para que, de fato, venha a ser efetivada.

Enfim, o prazer de estar na escola tem que ser re/descoberto, como tem que ser descoberta também uma forma eficaz e eficiente de existenciar uma educação decente — leia-se: humana, crítica, justa, solidária, democrática, gratuita — para todas e todos.

¹⁷ Esta oficina foi uma parte do programa do “Dia Nacional da Juventude”, promovido pelo Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba, em abril de 2004, no Bairro das Indústrias. Participaram jovens dos bairros de periferia de João Pessoa e de algumas cidades do interior.

2.3 - Juventude e trabalho

Quanto à questão do trabalho, percebe-se que atualmente é considerada, ao lado da educação e da violência, um dos maiores desafios enfrentados pelas juventudes, haja vista as conseqüências das transformações — sociais, culturais, econômicas, políticas, tecnológicas, científicas — ocorridas nestas últimas décadas.

Considerando-se as juventudes dos setores mais pobres, os desafios apontados se multiplicam, uma vez que a necessidade de complementar a renda familiar se configura em um fator que as empurra para o mercado de trabalho mais cedo, não importando se formal ou não. Trata-se de um momento muito difícil porque estas/es jovens geralmente não têm experiência e nem qualificação profissional e se esbarram precocemente em um mercado profundamente reestruturado pelas novas tecnologias, altamente competitivo e seletivo, aberto a um número restrito de trabalhadores/as.

Logo, as oportunidades de trabalho são escassas, fazendo com que muitas/os das/os que conseguem alcançar um emprego tenham que se submeter às imposições que a nova conquista requer. Um exemplo disso é o abandono da escola realizado por tantos estudantes que, por falta de tempo e/ou por conta do cansaço, não conseguem conciliar as duas atividades (trabalho e estudo).

É importante registrar que devido ao fato de não se conseguirem emprego ou de não aceitarem as condições de trabalho impostas pelos patrões, muitos jovens inventam estratégias alternativas para o seu sustento e de sua família — ultimamente, até a venda clandestina de vale transporte e de passe estudantil está se efetivando em alguns lugares. Em muitos casos, a prostituição e a violência (como o tráfico de drogas e os assaltos) se constituem em meios utilizados para a solução das necessidades sentidas.

Atualmente, algumas iniciativas de geração de emprego e/ou renda vêm sendo desenvolvidas pelo poder público, principalmente em nível federal, como respostas à situação acima levantada, a exemplo do “Primeiro Emprego”, do “Programa Agente Jovem” e do “Consórcio da Juventude”, o que pode ser considerado um avanço; entretanto, diante da multidão juvenil que se encontra nas periferias e no meio rural, em condições de desigualdade, faz-se necessária a ampliação, com melhor qualidade, dos programas e projetos voltados para este segmento.

Sendo mais realista, uma reflexão um pouco mais aprofundada sobre as questões acima levantadas comprova que a organização do mundo do trabalho como está posta hoje não é favorável ao desenvolvimento humano (em sua totalidade). Percebe-se que a cada dia o desemprego cresce assustadoramente, gerando uma miséria que parece não ter fim. Trata-se de um processo global, no qual a geração do desemprego tem se transformado em um instrumento poderoso de acumulação e concentração de riqueza e renda por parte dos grupos dominantes.

Diante disso, é evidente a necessidade de se reacender as lutas das/os trabalhadoras/es, de se fortalecer as suas organizações frente às novidades que no mundo do trabalho se processam, ainda mais agora quando se discute a possibilidade das reformas trabalhista e sindical — nas quais estarão em jogo os direitos e as conquistas históricas das/os trabalhadoras/es. Nestes processos é importante que as juventudes estejam atentas, pois as ameaças que se prenunciam tornam o seu futuro mais incerto.

Neste sentido, é imprescindível que as juventudes (do meio eclesial, dos movimentos e partidos populares etc.) se encontrem e se organizem, não só por conta das questões relacionadas ao mundo do trabalho, mas também por conta de outras questões mais amplas que sistematicamente vêm tornando a vida deste segmento mais difícil. Quem sabe, do diálogo das juventudes muita coisa pode começar a se questionar e redefinir, a exemplo do seu papel frente aos processos sócio-políticos que vem se desenvolvendo, tanto em seu município como nos outros níveis.

2.4 - Juventude: cultura e lazer

Referente à cultura e ao lazer, a situação não é diferente do que vimos discutindo até aqui, talvez mais dramática. O diagnóstico que realizamos ao participarmos de diversos debates, encontros, assembléias e conferências sobre juventude tem confirmado as palavras da pesquisadora Abramo (2001), quando diz que são temas desprestigiados na pauta das políticas governamentais, apesar de representarem dimensões importantes e que mais interessam às juventudes. Assim como essa autora, percebemos que estes temas são fundamentais ao processo de constituição das identidades individuais e coletivas, bem como significam espaços

ricos de sociabilidade, nos quais as/os jovens compartilham experiências, sonhos, ampliando sua visão de mulher/homem, de mundo e de sociedade.

Mas, o que constatamos é uma carência enorme de equipamentos culturais e de lazer — tais como os cinemas, bibliotecas populares, teatros, pistas de *skates*, espaços de produção e apresentação musical — direcionados às/aos jovens pobres das periferias e do meio rural. As bibliotecas, geralmente localizadas nas escolas, são insuficientes e com um acervo ultrapassado; os teatros e cinemas são distantes das condições da juventude; os espaços desportivos (quando há), em sua maioria se resumem a campos de futebol ou a quadras, quase sempre sem manutenção, atendendo prioritariamente aos jovens do sexo masculino. Existem ainda outros espaços freqüentados pelas/os jovens, tais como os barzinhos, os lugares de danças, os *shoopings* e *shows*, mas a restrição financeira não permite o acesso da grande maioria, pois funciona sob uma lógica mercantilista.

Neste sentido, Brenner, Dayrell e Carrano (2005), a partir de uma pesquisa sobre juventude, de âmbito nacional, chegaram ao entendimento de que os jovens dos setores populares são os que apresentam uma maior dificuldade de participar das atividades e dos equipamentos culturais disponíveis. Para esses autores deveria haver um investimento mais intenso para que tais iniciativas fossem mais democratizadas, uma vez que este segmento é um dos segmentos mais vulneráveis e, por isso, deveria ser privilegiado na agenda das políticas públicas.

Nessa pesquisa consta que 88% dos jovens consultados nunca participaram de projeto cultural algum, seja ofertado pelo poder público ou por alguma ONG. Essa realidade se confirma em uma outra pesquisa, realizada pelo IBGE, quando buscou investigar, nos 5.560 municípios brasileiros, a infra-estrutura referente a 17 equipamentos culturais (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005, p. 178). Como exemplos da realidade constatada nessa pesquisa, trazemos alguns itens observados por esses autores, veja: dos municípios investigados, apenas em 43%, existe livrarias; os teatros e os cinemas estão presentes em 19% e 8%, respectivamente; e a televisão a cabo em 7%.

Tal quadro indica um descaso desmedido por parte do poder público que não se interessa em mobilizar ações efetivas que atendam, satisfatoriamente, às necessidades sócio-culturais da população.

As críticas aqui levantadas não se restringem apenas à carência dos espaços de cultura e lazer ou ao mau funcionamento e acesso aos equipamentos culturais ora existentes. Além disso, as críticas se dirigem também ao tipo de cultura que, hegemonicamente, é difundida à juventude, seja através dos meios de comunicação de massa, da educação que é realizada no meio escolar, ou de outras instituições etc. Utilizada como um instrumento de dominação e alienação (MARTINS E GULLAR, 1983), este tipo de cultura (inautêntica) contribui para a reprodução da ordem social vigente, submetendo a juventude empobrecida às prescrições dos grupos dominantes.

Trata-se de um processo de manipulação e controle, a partir do qual muitos jovens vão se identificando, ilusoriamente, com os valores e as idéias dos que os estão oprimindo (FREIRE, 1987). Nesse processo, ocultam-se as contradições e os mecanismos de dominação e opressão que por trás estão se processando. Ocultam-se também a idéia consumista de mercado, sobre a qual prevalece a lógica do lucro, em detrimento de uma concepção popular de cultura, acessível a todas as gentes e preocupada com a constituição da identidade popular e o bem estar sócio-cultural das pessoas que dela participam.

Daí, a existência de uma quantidade enorme de programações (seja de rádio, de televisão ou de outro veículo) voltadas para a imbecilização da população, assim como para a justificação das incoerências oriundas da sociedade capitalista. Neste sentido, não temos dúvidas de que hoje, por exemplo, parece ser mais interessante para as pessoas saber sobre a “última” do Ronaldinho (o “gaúcho” ou o “fenômeno”) do que se investigar as calúnias e difamações que diversos meios de comunicação “detonam” diariamente contra o Movimento Social dos Sem-Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT); possivelmente, também, seja mais fácil concordar com as formas sensacionalista, criminosa e ridícula com que certas emissoras (de televisão e de rádio), nacionais e locais, expõem as/os jovens pobres que cometem delitos, do que se compreender os processos que os levaram a tal situação, buscando alternativas de mudança.

Não faltam críticas também quanto à maneira deformadora e mercadológica como são transmitidos os conteúdos relacionados às sexualidades, o que tem levado muitos/as jovens a desenvolverem uma visão reducionista e preconceituosa sobre esta dimensão (sexualidade). Diante disso, propomos que se aprofunde o debate em torno desta questão, para que assim se desnudem os interesses e a manipulação subjacentes a todas as programações veiculadas sobre

este conteúdo, e, conseqüentemente, possa fortalecer as juventudes nas suas escolhas e na maneira de se relacionar com os/as outros/as.

Todas estas questões sinalizam para a necessidade de se pensar seriamente sobre o acesso, os meios e a qualidade de cultura que está se desenrolando no meio das juventudes, visando, a partir daí, o desenvolvimento de uma política cultural que permita às/aos jovens: a) uma vivência mais autêntica, mais democrática, ética e humana dos valores culturais que a sociedade vem construindo em sua história; b) as condições necessárias para que os mesmos possam, ao seu modo, produzir um tipo de cultura de boa qualidade, de modo que venha a contribuir com a construção de sua identidade c) o acesso democrático à correta informação, dentre outros.

2.5 - Juventude e a violência

A violência é outra questão a se destacar, tendo em vista a crescente onda de violência criminosa nestes últimos tempos e o envolvimento de um número significativo de jovens pobres das periferias. Como explicam Almeida, Abreu e Barreira (2003), esta violência é variada e multiforme e atrai a cada dia, cada vez mais, muitos jovens, que inconformados com a situação de miséria e exclusão social lançam mão da violência (tráfico de drogas, assaltos) como um meio “legítimo” de solução de suas demandas.

Cabe aqui atentar para o fato, como mostram estes autores/a, de que esta violência é resultante, em parte, da “violência histórica da sociedade brasileira oriunda das bases excludentes do regime escravocrata (ibidem, p. 171)”, agravadas a partir das transformações ocorridas em função dos processos da globalização. Portanto, considerar tais questões é tarefa importante para se compreender a violência dos/as jovens mais pobres e a sua relação com o aparato jurídico-policial, que historicamente tem se posicionado contra as classes populares.

Serve também para se perceber que a ausência da paz, principalmente nos lugares mais pobres, é uma questão bem mais complexa do que parece ser à primeira vista, que mais do que um problema de polícia e de segurança pública é uma questão diretamente relacionada à ausência de justiça social.

Essa contextualização nos permite entender as ações e as reivindicações das juventudes nas diferentes realidades históricas. Neste sentido, no momento seguinte trazemos à discussão um pouco da história da PJMP.

2.6 – PJMP: uma história de luta no meio popular

Somos filhos de trabalhadores
 A nossa classe é a classe popular
 Mas temos sonhos e também muitos amores
 Também queremos trabalhar, participar
 É a juventude do Meio Popular.
 (Hino da PJMP)

A história da Pastoral da Juventude do Meio Popular se inscreve como um marco referencial na caminhada da juventude católica do Brasil, em toda a sua existência. A sua importância se expressa, há mais de duas décadas, na vida de milhares de jovens e adultos que por meio dela vivenciaram (e vivenciam) uma rica experiência de fé e de luta no meio popular.

O seu nascimento, na diocese de Olinda e Recife, em 1978, se dá em um contexto marcado por diversas manifestações sociais, a partir das quais a sociedade civil volta a se organizar e a exigir, dentre outras demandas, a redemocratização do país e a efetivação da cidadania com base civil. Pois, desde 1964 o país vivia sob o domínio de um regime militar ditatorial, por meio do qual foram fechados quase todos os canais de participação da sociedade civil.

Neste momento histórico, convém ressaltar o papel desempenhado por alguns setores da Igreja Católica, integrantes da chamada *Igreja na Base*¹⁸, que através de sua prática pastoral, inspirada nos princípios da Teologia da Libertação, contribuíram decisivamente com as lutas populares e com a construção dos novos projetos sociais que naquele período foram surgindo.

Portanto, foi neste contexto e no seio desta *Igreja na Base* que surgiu a PJMP, trazendo para dentro da igreja uma proposta pastoral de juventude que buscava “suscitar entre os jovens do meio popular, uma vivência da fé a partir da sua condição social e de classe” (Oliveira e Paiva, 2003, p. 30). Neste processo, estava estampada a idéia de que a PJMP seria um espaço no qual os/as jovens do meio popular pudessem tomar “consciência da sua realidade” e nela intervir para transformá-la (Ibidem). Quer dizer, a PJMP desde o início de sua caminhada tem muito definido o compromisso e a opção pelas juventudes pobres das periferias e do meio rural, aliás, ela nasce e se desenvolve no meio popular.

¹⁸ Cf. Calado (1993).

Nos estudos da CNBB (1998), nº 76, a PJMP aparece como uma pastoral que busca articular os “[...] jovens da classe trabalhadora (operários, comerciários, motoristas, biscateiros, empregadas etc.) [...]”, com vistas a um engajamento nas lutas pelos direitos de suas categorias.

A sua existência se inicia a partir de um encontro diocesano, realizado na cidade de Recife, no dia 09 de julho, do ano 1978, no qual estavam presentes vários jovens do meio popular, oriundos da Juventude Operária Católica (JOC)¹⁹ e alguns jovens integrantes da Pastoral de Juventude Genérica²⁰ — os quais já mantinham um compromisso com o meio popular (PJMP, 1993, p. 16). A proposta inicial consistia em construir um movimento juvenil que tivesse um rosto popular e uma atuação pastoral que pudesse subsidiar a juventude das classes subalternas na luta pela sua libertação, tendo como sujeito desse processo essa própria juventude. E, assim, nasceu o Movimento de Jovens do Meio Popular – MJMP²¹ (PJMP, 1993, p. 16).

Embora o primeiro encontro do MJMP tenha sido realizado em nível diocesano, em muitos lugares do Brasil já se efetivava um trabalho eclesial especificamente com jovens do meio popular. Prova disso, “[...] em 1979, acontecia em Olinda (PE) o encontro inter-regional de articulação de animadores de jovens e adultos do meio popular [...]”, contando com a participação de representantes de vários estados (PJMP, 1993, p. 18).

Naquele tempo, havia um entendimento de que seria mais estratégico adotar a categoria “movimento”, pois se acreditava que ela expressaria uma idéia de “articulação dos vários trabalhos da pastoral da juventude popular”, além de garantir uma autonomia frente à estrutura/hierarquia da Igreja, uma vez que o atrelamento à Igreja poderia colocar em risco a liberdade de atuação da entidade que acabara de nascer.

Entretanto, não havia consenso quanto a esta escolha, outra proposta se articulava em favor de “um caráter PASTORAL à organização dos jovens do meio popular” (PJMP, 1993, p. 18). Os defensores desta opção afirmavam que por meio de uma “pastoral”, assim como num “movimento”, era possível “[...] garantir a consciência de classe dos jovens do meio popular e

¹⁹ De acordo com o subsídio da PJMP, intitulado “25 anos de ternura e resistência”, a Juventude Operária Católica foi extinta pela ditadura militar de 1964.

²⁰ A Pastoral de Juventude Genérica era uma pastoral mais heterogênea, composta por jovens da classe média, jovens pobres e operários.

²¹ A PJMP nasce com esta sigla.

o seu engajamento nas lutas populares [...]” (Oliveira e Paiva, 2003, p. 32), além de se contar com o apoio da Igreja, tanto no sentido pastoral como na garantia de uma infra-estrutura necessária para o funcionamento da entidade.

O debate em torno desta questão perdurou por alguns anos até chegar ao 3º Encontro Nacional da PJMP, realizado em 1982, na cidade de Juazeiro/BA, quando se decidiu pela sigla PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular). Neste encontro, refletiu-se com mais atenção sobre alguns elementos que pudessem nortear a caminhada desta entidade que acabara de nascer, como: “Quem somos? O que fazemos? O que queremos?”

Em pauta constava um conteúdo que buscava articular as dimensões da fé e da política, numa tentativa de clarear o momento que estava sendo vivido por aqueles/las jovens, veja: “[...] ‘Classe social’, ‘consciência de classe’, ‘vivência da fé’” (PJMP, 1993, p. 19). Como resultados deste encontro, destacamos: a preocupação com “o engajamento nas lutas populares e partidos políticos; a preocupação com os valores humanos; a ligação fé-vida”; a busca de “uma metodologia libertadora” (Oliveira e Paiva, 2003, p. 33).

É importante sublinhar que a opção feita em favor da categoria “pastoral”, mesmo em âmbito nacional, não convenceu os participantes da Arquidiocese Recife-Olinda. Para eles, o caráter “pastoral” não era capaz de responder à luta que se fazia “por mais autonomia de ação e autonomia financeira” (PJMP, 1993, p. 20).

Já em relação à questão teológica, não se percebe na história (diocesana) da PJMP nenhum movimento contrário à opção feita pela Teologia da Libertação. Nos registros dos diversos processos organizativos e formativos da pastoral, assim como nas entrevistas que fizemos com representantes da mesma, seja em que período for de sua história, percebemos a afirmação desta teologia como a teologia orientadora de sua ação pastoral²². Neste sentido, vamos encontrar, explicitamente, em seus encontros, nos subsídios, nas expressões artístico-culturais e na mística, dentre outros, os traços característicos desta teologia, como a exigência de se relacionar a fé à vida e à política; a leitura crítica/contextualizada da Bíblia e de outros textos fundantes da Igreja; o diálogo; o protagonismo dos pobres no processo de sua

²² Apesar de fazermos esta afirmação, percebemos uma certa dificuldade, por parte dos grupos de jovens da PJMP de João Pessoa, de traduzir para o contexto de suas reuniões os elementos essenciais desta teologia. Mais adiante, veremos esta questão com mais atenção.

libertação. Na fala do/a entrevistando/a 07, a escolha pela Teologia da Libertação é bem visível:

A opção da gente é a história da Teologia da Libertação, é uma espiritualidade encarnada na vida das pessoas, “né?”, e é uma espiritualidade que vem junto... Ela é uma espiritualidade do conflito, “né?”, do conflito, do diálogo e que vem a partir da vida de cada jovem, “né?”. O que você viveu, então celebra a vida, celebra os problemas, dialoga, reflete, discute, valoriza as coisas pequenas da vida. Então, essa é a nossa opção, “né?”, é opção que, viver a espiritualidade a partir da vida de cada pessoa. Ver em cada um, em cada uma, que é o Cristo, que é o Deus que está representado naquelas pessoas, essa é a nossa opção teológica.

No próprio objetivo da pastoral, vamos perceber que a sua elaboração foi calcada nos princípios da Teologia da Libertação, veja: “EVANGELIZAR²³ os jovens da classe popular no meio em que eles vivem e atuam, anunciando a pessoa e o projeto de Jesus Cristo Libertador com vista a uma prática libertadora na Igreja, na sociedade, na família e em todos os momentos de sua vida” (PJMP, 1988, p. 9).

Quanto à organização, constatamos que a PJMP, durante os seus 28 anos de existência, vem se fazendo presente em diversos recantos do Brasil, através de grupos de jovens, encontros, assembleias, coordenações e comissões. Neste percurso, é importante ressaltar que nos primeiros anos de PJMP, os jovens do meio urbano e do meio rural participavam de uma mesma organização, entretanto, “a partir de 1983” os jovens rurais passam a reivindicar “um espaço próprio para refletir seus problemas específicos” (PJMP, 1993, p. 23), e, assim, criam a PJMP-R (rural).

Mas, este tipo de organização não valeu para todas as dioceses, posto que cada uma delas buscou o seu modo próprio de organização. Entretanto, em se tratando dos encontros ou assembleias nacionais, todas as experiências de PJMP (rural e urbana) se fizeram presentes, compartilhando do mesmo espaço e decidindo juntos o rumo da pastoral. E por falar em encontro ou assembleia nacional²⁴, a PJMP já vem realizando 13 eventos desta natureza, sem contar com os cursos e os seminários nacionais de assessores e militantes, que desde 1988, entre uma assembleia e outra, vêm se realizando (Oliveira e Paiva, 2003).

²³ Grifo do subsídio.

²⁴ Até o oitavo Encontro Nacional da PJMP, em 1992, a pastoral adotava o nome de “encontro” para este tipo de atividade, mas a partir daí passou a ser chamada de “assembleia”.

Em nível regional (Regional NE II²⁵), também se verifica a existência de uma diversidade de encontros e assembléias, sendo, o primeiro deles, realizado na cidade de João Pessoa/PB, no ano de 1980, o qual contou com a participação de 8 dioceses das 20 que compõem este regional, veja:

Paraíba: João Pessoa, Cajazeiras, Campina Grande e Patos.
Rio Grande do Norte: Natal e Mossoró.
Alagoas: Penedo e São Miguel dos Campos.
Pernambuco: Arquidiocese de Olinda e Recife (Ibidem, p. 18).

Até o momento atual, estes encontros regionais vêm se realizando, de fato, com uma frequência média de dois em dois anos, além de outros encontros e reuniões de formação, articulação e organização da pastoral neste regional. É importante dizer que durante todos estes anos em que a PJMP se organiza enquanto Regional Nordeste II, a diocese de João Pessoa vem garantindo a sua presença, chegando até a ocupar funções de secretaria e assessoria do mesmo²⁶.

Com uma frequência bem menor, constatamos também que a PJMP, em alguns momentos de sua história, tem se organizado em nível estadual e em nível de região Nordeste.

Aqui, na diocese de João Pessoa, a PJMP nasce em 1981, a partir das motivações do I Encontro Regional da PJMP, realizado em João Pessoa, em janeiro de 1980. Embora se registre esta data como o início da PJMP no âmbito diocesano, em meado dos anos 70 já existia um trabalho com grupos de jovens do meio popular aqui na diocese, os quais já desenvolviam uma participação ativa nos processos de luta em alguns espaços da diocese. Inclusive, há divergências quanto ao ano que marca o início da PJMP nesta diocese. Por exemplo, para o/a entrevistando/a 01, a PJMP surge na diocese por volta dos anos 74/75, tendo a frente pessoas liberadas (com trabalho remunerado) para o exercício do serviço pastoral.

Já num relatório de uma reunião da Equipe Diocesana da PJMP, em janeiro de 1987, consta que em 79 a PJMP já se fazia presente na agenda pastoral da diocese, o que confirma o relato do/a entrevistando/a 04, quando diz que seu ingresso na PJMP, propriamente dita,

²⁵ O Regional Nordeste II é composto pelos seguintes estados: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

²⁶ Na história da organização nacional da PJMP, verificamos que em alguns momentos a diocese de João Pessoa contou com a participação de jovens e assessores compondo o quadro da coordenação e da assessoria nacionais.

aconteceu por volta deste ano. Para o/a entrevistando/a 03, o ano de 79 foi um ano muito importante para o surgimento da PJMP, uma vez que nesse período se decidiu, na diocese, que o trabalho com as juventudes seria realizado de acordo com a condição de classe. Ou seja, viu-se que as diferenças entre os grupos eram gritantes e que não tinha como conciliar os interesses e as opções que se fazia naquele tempo. Assim, a juventude do meio popular passa a se organizar na diocese a partir de sua realidade, com uma metodologia e uma espiritualidade/mística adequadas a seus objetivos.

Mas, apesar disso, diz o/a entrevistando/a 03 que não se pode afirmar que o ano de 79 foi o ano em que nasceu a sigla PJMP, nem tampouco antes dele. De fato, nem na ata das reuniões diocesanas da equipe que coordenava os grupos do meio popular, do ano 82, por exemplo, consta a sigla PJMP.

Embora haja essas divergências, historicamente o aniversário da PJMP foi comemorado e celebrado tendo como referência o ano de 1981.

Nesse período, a diocese estava sob o pastoreio do bispo Dom José Maria Pires, o que era bom para a pastoral, pois o mesmo comungava dos valores que a pastoral defendia. Dom José fazia parte da ala progressista da Igreja, assim como Dom Hélder e Dom Pedro Casaldáliga, e apoiava as pastorais e serviços que estavam voltados para o trabalho com os pobres. É tanto que durante o percurso da PJMP diocesana vamos ver em vários momentos uma relação pastoral cordial entre a Cúria Diocesana e a pastoral, inclusive com liberação, por parte da diocese, de pessoas integrantes da PJMP para o serviço junto à juventude do meio popular; sem falar dos vários projetos financiados, assinados por Dom José, e da infraestrutura colocada à disposição da PJMP para a sua ação pastoral.

Porém, a relação entre a Cúria Diocesana e a PJMP não foi sempre assim, amigável, mesmo no período de Dom José. Conforme a avaliação de Timóteo²⁷, um holandês que estagiou na PJMP no início dos anos 90²⁸, a PJMP, pelo seu jeito contestador, vai encontrar nas estruturas hierárquicas da diocese obstáculos que vão gerar conflitos; conflitos que nascem “[...] dessa necessidade e vivência na prática democrática de sua liberdade.” Para o/a entrevistando/a 05, as dificuldades e os problemas que se tinha com D. José, geralmente

²⁷ Conf. Relatório da reunião conjunta: Equipes Diocesana de Coordenação e Assessoria da PJMP (07-09/05/93).

²⁸ Período em que Dom José ainda era bispo desta diocese.

originavam-se das pressões realizadas por uma parte do clero, que não tinha apreço pela pastoral.

Em muitos relatórios de atividades da PJMP, assim como nas entrevistas realizadas, passando por todas as suas gerações, notamos, em vários momentos, uma resistência de uma parte considerável do clero diocesano à atuação pastoral da PJMP. Esta resistência corresponde, na verdade, ao modelo de igreja defendido pela pastoral, o qual recusa a prática autoritária, centralizadora, machista, excludente e desrespeitosa que tem sido assumida, historicamente, por alguns setores da igreja diocesana de João Pessoa. Ou seja, para muitos pastores tornou-se um incômodo ter em “sua” paróquia ou na diocese uma pastoral que os questiona, que não aceita os abusos de poder e a falta de transparência na administração da paróquia, e, além do mais, defende o protagonismo dos leigos e das leigas no funcionamento da mesma.

Apesar disso, a PJMP, com o seu jeito meio que atrevido de ser e de atuar foi reclamando espaços (entrevistando/a 04) e se firmando nas comunidades populares como uma força juvenil transformadora.

Com a saída de Dom José da diocese e a chegada de Dom Marcelo Pinto Carvalheira, na segunda metade da década de 90, vamos notar que a situação da PJMP começa a ficar mais difícil. Na verdade, antes mesmo desse período, a PJMP já vinha passando por uma série de dificuldades, como: as conseqüências do processo de desmonte imposto à *Igreja na Base*, como vimos no item “Educação na Base: uma opção libertadora na Igreja Católica”; o crescimento dos movimentos espiritualistas internacionais, a exemplo da Renovação Carismática Católica e dos Focolares, que durante os anos 90 se propagaram com grande intensidade, atingindo negativamente a atuação dos grupos integrantes da PJMP — no sentido da migração de vários jovens para desses movimentos, assim como na influência de tais movimentos na formação identitária dos grupos da pastoral; e a falta de recursos para sua manutenção, dentre outras questões. Quanto a esta última questão, destacamos o redirecionamento da política financeira dos organismos internacionais, que após a queda do chamado “Socialismo Real”, diminuiu o investimento de recursos nas entidades latino-americanas, passando, assim, a priorizar os vizinhos do leste europeu.

Destacamos, ainda, como uma dificuldade enfrentada pela PJMP, o surgimento do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (SEJAP), o qual fora percebido pelos/as

integrantes da pastoral, inicialmente, como um entrave à própria existência da pastoral. Até esse momento, a PJMP era a expressão juvenil mais forte em termos de uma proposta pastoral para este segmento, o que veio a mudar significativamente com a chegada do SEJAP.

Criado com o objetivo de articular, organizar e contribuir com a formação das juventudes²⁹ presentes na arquidiocese, este setor passa a ser uma prioridade na agenda pastoral arquidiocesana, provocando nas lideranças e assessoria da PJMP um forte receio quanto ao seu espaço nesta nova conjuntura. Para o/a entrevistando/a 06, participante da coordenação da PJMP naquele período, com a criação do SEJAP

[...] rolou uma coisa de ciúme, de perda de espaço, até porque havia muita falta de informação. A gente não foi preparado para aprender isso da forma correta, pra aceitar isso, tanto no nível geral, da necessidade da Igreja de ter um espaço, assim, como no nível da unificação, mesmo [...] medo de perda de espaço, identidade. Hoje eu percebo que foi pura ignorância, no sentido de desconhecimento; hoje eu percebo isso como um ganho, muito positivo.

De fato, como aparece no final desta fala, com o passar do tempo a relação entre a PJMP e o SEJAP foi se tornando positiva, inclusive com integrantes da pastoral compondo as instâncias de coordenação e assessoria do SEJAP.

Dando continuidade ao que vínhamos discutindo nos parágrafos anteriores, constatamos que a chegada de Dom Marcelo à diocese de João Pessoa não provocou mudanças significativas no rumo que a diocese vinha tomando; porém, quanto à questão das pastorais percebe-se que o bispo anterior, Dom José, era um bispo mais comprometido com as suas causas e, por isso, estava mais presente, apoiando e valorizando suas iniciativas. Apesar disso, com Dom Marcelo ainda era possível se dialogar, questioná-lo e manter uma certa relação de co-responsabilidade pastoral. Como diz o/a entrevistando/a 07, “Ele apoiava algumas ações, aparecia algumas vezes [...] a gente tinha alguns financiamentos, a gente conseguia dialogar. Eu acho que é, de fato, isso: dialogar e ser escutado”.

O mesmo não se pode dizer sobre o bispo atual, Dom Aldo Pagotto. Integrante dos setores mais conservadores da Igreja do Brasil, este bispo não mantém uma boa relação com

²⁹ As juventudes organizadas compreendem: a própria PJMP, a Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), a Pastoral de Juventude (PJ), Pastoral Universitária (PU), Pastoral da Crisma, os grupos paroquiais de base, os movimentos eclesiais de juventude — Juventude Franciscana (JUFRA), Renovação Carismática Católica (RCC), Focolare, Encontro de Jovens com Cristo (EJC), a Juventude Vicentina, Legião de Maria Jovem, dentre outros.

as pastorais, serviços e setores, do campo progressista que atua nesta diocese. Com uma postura autoritária e centralizadora, este bispo vem asfixiando tudo o que há de progressista nessa Igreja, o que tem sido um problema de difícil solução para a PJMP. Aliás, no primeiro momento em que este bispo se reúne com representantes do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (SEJAP), inclusive com membros da PJMP, ele deixa bem nítido a sua aversão pela PJMP.

De acordo com o/a entrevistando 07, com Dom Aldo não é possível qualquer tipo de diálogo:

A PJMP nem consegue e também não quer (dialogar), a gente já tem essa. A gente não quer porque a gente sabe que não vai ser aceito, a gente sabe porque é uma postura de uma pessoa que não vai contribuir, não vai contribuir muito. E a gente tem algumas posturas fechadas, que a gente não vai abrir pra dialogar.

Embora tudo isto venha acontecendo, a PJMP ainda continua resistindo. Para ela, a questão da resistência não é novidade na sua história, pois, em vários outros momentos, ela teve que lidar com outros desafios que pareciam intransponíveis.

E, assim, ela vem se fazendo presente na diocese. Em João Pessoa, para onde se dirige o foco da nossa pesquisa, ela já passou por vários bairros, como o/a: Varjão, Mandacaru, Ilha do Bispo, Grotão, São José, Castelo Branco, Rangel, Torre, Roger, Mangabeira, Valentina, Jardim Planalto, Oitizeiro, Padre Zé, José Américo, Bairro das Indústrias, Rua do Rio, Cruz das Armas, Alto do Mateus, Varadouro, Cristo Redentor, dentre outros.

Atualmente a PJMP passa por sérias dificuldades e, por isso, conta com apenas três grupos em João Pessoa, sendo um no Bairro das Indústrias, outro no Rangel (na comunidade do Albergue) e outro no Geisel (circunvizinhança do Geisel). Mais adiante, no capítulo 3, retomaremos essa questão.

Essa situação de crise não é novidade em sua história, pois, em alguns momentos notamos, por exemplo, um clima de apatia e de descrença quanto à própria existência da pastoral. Pelos relatos nas entrevistas e pelo o que aparece em alguns documentos, houve períodos em que não se tinha ninguém para dar continuidade à caminhada da pastoral, a situação era mesmo de desânimo, e, por vezes, de tensão. Inclusive, em um desses momentos chegaram até a fazer um convite para o “velório” da PJMP.

Em função disso e do próprio desenvolvimento da pastoral, vez ou outra, percebemos em sua trajetória uma preocupação das lideranças e da assessoria da PJMP quanto à metodologia, à espiritualidade/mística, à formação e organização, no sentido de se saber se o que estava sendo proposto correspondia, de fato, às aspirações dos/as jovens presentes nos grupos. E, assim, diversas temáticas, dos mais variados matizes, foram abordadas durante toda a sua caminhada, na forma de cursos, seminários, rodas de diálogo, encontros: “Militância na PJMP”, “Como se faz análise de conjuntura”, “Espiritualidade e mística da PJMP”, “Realidade brasileira”, “situação dos jovens na sociedade”, “Consciência de classe”, “Orientação sexual”, “Protagonismo juvenil”, “Resgatando, fortalecendo e vivenciando a cultura popular paraibana”, “O papel do assessor”, “Fundamentação bíblica da nossa caminhada”, “Gênero e sexualidade: na construção do novo homem e nova mulher”, “Ecologia e meio ambiente”, “Identidade da PJMP”, “Diálogo inter-religioso”, “Metodologia popular”.

Para isso, a pastoral fez parcerias e contou com apoio de diversas entidades e pessoas que acreditavam e acreditam em sua proposta: AMA, ASTEIAS, APN’s, CAIS, CAMP, CEB’s, CPT, CEBI, CENAP, CFP, CFM, CDDH, CEDOP, CESE, CIMI, CFM, Casa Pequeno Davi, Consulta Popular, CUT, EQUIP, Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, Grupo Solidarieta Nordeste Brasile, Instituto Marista Social, Irmãs da Assunção da Santa Virgem, Misereor, PO, PJE, PT, PU, PV, Pastoral do Crisma, Rede Juventude do Nordeste, SEJAP, UFPB³⁰, dentre muitos outros/as.

Como metodologia, o pessoal da pastoral tem optado por uma metodologia libertadora e participante, na qual prevaleceram os elementos “ver, julgar, agir, avaliar, celebrar e festejar”.

Como se percebe, a história da PJMP tem um significado muito forte no contexto da organização e das lutas populares que se forjaram por este território, o que a torna uma

³⁰ CPT – Comissão Pastoral da Terra; CEB’s – Comunidades Eclesiais de Base, CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos, CEBI - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos; CEDOP – Centro de Documentação e Publicações Populares; CENAP – Centro Nordestino de Animação Popular; CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço; CIMI – Conselho Indigenista Missionário; CFM – Centro de Formação Missionária; MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; SEJAP – Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba; PU – Pastoral Universitária; CFP – Centro de Formação Pastoral; PT – Partido dos Trabalhadores; EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares; PJE - Pastoral da Juventude Estudantil; PV – Pastoral Vocacional; UFPB - Universidade Federal da Paraíba; PO – Pastoral Operária; Cunhã – Coletivo Feminista; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CAIS – Centro de Cidadania, Ação e Integração Solidária.

referência no campo da construção da cidadania juvenil. Neste sentido, reconhecemos que este trabalho dissertativo traz apenas uma parte do que, de fato, a pastoral vem construindo durante a sua existência.

No capítulo que segue, ampliaremos esta discussão, trazendo outros elementos que na pesquisa conseguimos apreender.

CAPÍTULO III

3. A CONTRIBUIÇÃO DA PJMP NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Neste capítulo discutimos a contribuição que a PJMP tem efetivado no campo da cidadania, buscando responder, principalmente, as indagações iniciais que na pesquisa se evidenciaram, ou seja, “Quais são as práticas político-educativas desenvolvidas pela PJMP que contribuem com o processo de construção da cidadania juvenil no meio popular? Qual tem sido o alcance político das ações efetivadas por esta pastoral? As práticas desenvolvidas pela PJMP vêm correspondendo às aspirações dos jovens participantes dos grupos sob a sua coordenação?”.

Consideradas tais questões, orientamos nossos objetivos de pesquisa e definimos os procedimentos metodológicos que melhor se adequassem aos questionamentos propostos, de modo que o nosso olhar pudesse abarcar o que estávamos buscando. E, assim, a partir dos eixos identificados — a articulação e organização desenvolvidas pela PJMP; seu engajamento nas lutas sociais; e os processos político-educativos por ela desenvolvidos — no processo de leitura dos dados³¹ construímos o processo de análise.

Feitas estas considerações preliminares, partamos, então, para a análise, iniciando este momento pelo eixo que trata da organização³² da PJMP.

3.1 - Organização da PJMP

Durante os seus 28 anos de existência, a Pastoral da Juventude do Meio Popular vem se fazendo presente em diversos recantos do Brasil, através de grupos de jovens, encontros, assembléias, coordenações e comissões. Durante este percurso, a sua organização sofreu algumas alterações, mas, em geral, ela tem se estruturado da seguinte forma: nas paróquias e

³¹ Sobre esta questão, veja o subitem que trata dos procedimentos metodológicos.

³² Apesar de nossa pesquisa estar voltada para o âmbito da cidade de João Pessoa, nesta questão da organização (assim como fizemos em relação à história da PJMP), tivemos que, em alguns momentos, recorrer a outros níveis.

nos bairros³³ ela tem se expressado através dos grupos de jovens; destes grupos se escolhe a coordenação diocesana de juventude; das coordenações diocesanas se escolhe a Comissão Regional da PJMP (CRPJMP); e destas se forma a Coordenação Nacional da PJMP (CNPJMP).

Na PJMP existe também a função da assessoria, organizada de forma semelhante ao que ocorre em várias dioceses. Ou seja, ela dispõe de uma equipe de assessoria ou alguém responsável por este serviço; dessas equipes diocesanas de assessoria ou das pessoas responsáveis por este serviço se forma a Comissão Regional de Assessores da PJMP (CRAPJMP); e dessas comissões se forma a Comissão Nacional de Assessores da PJMP (CNAPJMP).

É importante dizer que o trabalho de assessoria no meio das pastorais de juventude católicas tem sido entendido como um serviço de acompanhamento, feito por pessoas com mais experiência, que procuram ajudar nas reflexões, na formação e nos demais processos realizados no meio juvenil. Para isso, espera-se que tais pessoas tenham uma visão crítica e ampliada sobre as juventudes, bem como sobre a sociedade e a Igreja; saibam respeitar a caminhada das juventudes, considerando-as como protagonistas, ou seja, como sujeito nas decisões a serem tomadas; saibam distinguir os papéis e as funções; tenham disponibilidade; que sejam aceitas pelas juventudes, dentre outros.

Na diocese de João Pessoa, a organização da PJMP tem passado por algumas variações durante a sua história. De acordo com o/a entrevistando/a 04, nos anos 80, por exemplo, esta pastoral contava com os grupos de jovens nas paróquias, os quais se organizavam em áreas³⁴; dessas áreas se formavam as coordenações dos zonais³⁵ e destes se escolhiam uma coordenação diocesana de juventude da PJMP, que era acompanhada por um coordenador/animador³⁶ adulto. Dos anos 90 pra cá, a organização não muda muito, apenas percebemos, em nível diocesano, a criação de uma Equipe de Assessoria (entrevistando/a 05)

³³ Nem todos os grupos da PJMP estiveram vinculados às paróquias.

³⁴ Essas áreas eram formadas pelos grupos de comunidades/bairros circunvizinhos.

³⁵ Até o ano de 1995, a diocese de João Pessoa era dividida em zonais, sendo dois articulados na Grande João Pessoa, que era o Zonal Urbano e o Zonal Suburbano (periferia da cidade e outras áreas circunvizinhas de João Pessoa), e outros nas cidades do interior: Zonal Várzea, Zonal Brejo e Zonal Agreste. Atualmente conta com uma divisão semelhante, mas a denominação deixou de ser “zonal” para ser “região pastoral”.

³⁶ Dependendo do período, a denominação utilizada para a função de acompanhamento da juventude poderia ser animador ou coordenador/a adulto. Atualmente esta função é exercida por uma equipe de assessoria.

e de uma Equipe de Coordenação Ampliada. A Equipe de Assessoria é uma equipe formada por pessoas mais experientes, que já passaram por um processo formativo e que tem uma capacidade de fazer um acompanhamento junto à juventude, e, além disso, é aceito por ela.

Atualmente esta equipe é composta por pessoas indicadas, seja pelos grupos de jovens, ou pela Coordenação de Diocesana da PJMP, ou pela própria Equipe Diocesana de Assessoria da PJMP, obedecendo aos seguintes critérios: ter experiência de trabalho com a juventude, numa perspectiva popular; conhecer e compartilhar dos objetivos da pastoral; ter experiência nos campos da “Teologia da Libertação” e da “Educação Popular”.

A Equipe Ampliada, de acordo com o/a entrevistado/a 06, no momento em que foi criada, tinha um caráter mais consultivo, “[...] pra fazer a ponte, o diálogo das coisas que, que acontecia nos grupos, ‘né?’ com aquilo que tava sendo executado pela coordenação [...]”. Atualmente, esta equipe tem se constituído num espaço formativo, de intercâmbio entre os grupos e de encaminhamento das decisões tomadas nas assembléias ou/e nos encontros de avaliação e planejamento. Ela é formada por representantes dos grupos e se reúne uma vez por mês, durante todo o dia.

A PJMP diocesana, historicamente, tem realizado seus grandes encontros ou assembléias, normalmente, a cada dois anos, servindo-se destes momentos para avaliar a sua atuação e fazer as deliberações quanto às diretrizes para a caminhada dos anos seguintes. É neste momento que se tomam as grandes decisões e se elegem a Equipe de Coordenação. Em vários períodos, nota-se que entre um encontro ou assembléia e outro/a, a pastoral, em nível diocesano, tem se encontrado para fazer uma avaliação parcial de sua caminhada.

Para facilitar esta organização a PJMP sempre contou com uma sala³⁷, como um espaço de trabalho pastoral de suas equipes e das pessoas encarregadas do serviço de coordenação, secretaria e assessoria.

Durante vários anos da década de 1980 e 90, a PJMP de João Pessoa tinha uma organização bem estruturada no Zonal Suburbano, chegando a contar com mais de 20 (vinte) grupos, articulados em várias áreas na periferia da cidade. Neste zonal existia uma coordenação de juventude da PJMP, que era acompanhada por uma assessoria. Ela organizava

³⁷ Inicialmente esta sala funcionava no Palácio do Bispo (Cúria Diocesana), depois quando o Centro Pastoral foi transferido para o Mosteiro São Bento, os trabalhos da pastoral passaram a funcionar neste outro espaço, também em uma sala. A partir do ano de 97, a PJMP passa a dividir esta sala com o Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba.

mini-assembléias, promovia grandes encontros de formação, avaliação e planejamento, realizava mobilizações, como o Dia Nacional da Juventude, empreendia lutas pela criação de associações de moradores de bairro, além de participar de algumas mobilizações.

Esta coordenação incentivou os jovens a participarem da construção do Partido dos Trabalhadores e nele se filiarem; estimulou os jovens a se engajarem em sindicatos, e, até mesmo, participar de determinadas direções sindicais. Proporcionou também um intercâmbio cultural com algumas iniciativas culturais fora do espaço eclesial, como o “Jaguaribe Carne³⁸”, participavam de festivais de artes etc. Ou seja, a PJMP tinha uma grande visibilidade tanto dentro como fora da Igreja. Como se percebe, nesse contexto houve uma ação dinâmica da PJMP.

No contexto atual, pudemos observar que a realidade é desafiadora. Atualmente, a PJMP vive um momento de refluxo, não existe mais toda aquela movimentação dos tempos anteriores, revelando uma situação de crise. Semelhantemente aos Movimentos Sociais Populares, aos sindicatos e partidos de esquerda do chamado campo democrático-popular, às outras pastorais, a PJMP passa por uma grande dificuldade de articulação. Até mesmo em relação aos 3 (três) grupos a ela articulados, em João Pessoa, não se consegue fazer um acompanhamento suficiente ao que, de fato, os grupos necessitam.

Assim, percebemos uma desarmonia acentuada entre algumas questões vivenciadas nos grupos e o que vem se passando no meio em que se encontram a Equipe Ampliada, a Equipe de Coordenação e a Equipe de Assessoria da pastoral, ou seja, está faltando nos grupos uma clareza quanto à identidade da PJMP, o que vai influenciar, negativamente, no tipo de política a ser defendido pelos participantes desses grupos, na mística utilizada em suas reuniões e na vivência diária de seus participantes, na metodologia a ser empregada em suas atividades, nos processos formativos e de ação, dentre outros.

É notório o fato de que esta desarmonia corresponde, em certa medida, às limitações que as outras instâncias (assessoria e coordenação) vêm passando. A Equipe de Coordenação Diocesana, por exemplo, encontra-se fragilizada, com dificuldades para exercer a sua função. Na verdade, esse problema vem desde a sua constituição, na última assembléia da pastoral, em agosto de 2004, quando não se tinha uma quantidade de jovens preparada o suficiente para

³⁸ De acordo com o/a entrevistando/a 04, o “Jaguaribe Carne” foi um movimento cultural, dos anos 80, criado na cidade de João Pessoa/PB.

compor essa equipe e, assim, dar continuidade ao serviço de coordenação. Como resposta a essa situação, optaram pelo relaxamento de critérios para que a mesma fosse instituída.

Com o passar do tempo, viu-se que a equipe não estava conseguindo ir adiante com as demandas correspondentes ao seu papel, seja pela imaturidade por parte de alguns membros, seja pela desistência que pouco a pouco foi diminuindo o tamanho da equipe, seja pelas condições estruturais de funcionamento da pastoral. É tanto que no Encontro (diocesano) de Monitoramento da PJMP, realizado nos dias 15 e 16/06/06, decidiu-se formar uma Equipe de Colegiado (composta pela assessoria, coordenação e representantes da Equipe Ampliada) para, assim, poder dar continuidade aos trabalhos da pastoral.

Mas, apesar de tudo isso, os grupos estão aí, fazendo a sua caminhada. Durante o período em que os visitamos, de agosto de 2005 a novembro de 2006, pudemos notar algumas questões que demonstram como a PJMP se encontra na base. De fato, encontramos alguns limites, mas também muitas coisas boas. Pois, são grupos que têm uma grande potencialidade para se desenvolverem, constituídos por jovens que contam com uma amizade consolidada entre si e que apresentam uma identificação com os processos que se desenvolvem no grupo. Além disso, apresentam uma sede e uma curiosidade muito grande de aprendizagem, de conhecimento do mundo, da sociedade e da Igreja.

Localizados na periferia da cidade, esses/as jovens estão por aí enfrentando os desafios que foram postos no momento da contextualização, ou seja, contam com um mínimo de infraestrutura que não chega a atender nem sequer as necessidades mais básicas. E, assim, estudam em escolas precárias, enfrentam grandes filas na porta dos hospitais, convivem com a ausência de equipamentos culturais adequados, enfrentam a violência cotidianamente. Portanto, o grupo de jovens é uma das poucas opções que se tem para se encontrarem, fazer amizades e compartilhar experiências, significados e conhecimentos.

Neste sentido, o grupo se configura como um espaço importante de constituição de identidades, de formação humana e de organização juvenil, por onde transitam vários/as jovens, com estilos, ritmos e cores diversas.

Em cada grupo por quais “passamos” pudemos notar a existência de algumas características bem peculiares, bem como algumas questões que parecem ser comum a todos. O grupo do Geisel, o JUAM (Jovens Unidos por um Amanhã Melhor), nascido em março de 2005, é o menor dentre os três, conta com apenas seis participantes, todas do sexo feminino. Já

houve a participação de rapazes, mas esta participação não durou muito tempo. Não se sabe, ao certo, a causa deste afastamento ou do fato de não se conseguir a aproximação de outros participantes do sexo masculino. De acordo com a coordenação do grupo, não houve uma avaliação séria quanto a essa situação, apenas desconfiam de que esta questão esteja relacionada à “pelada” de futebol, que coincide com o horário da reunião do grupo.

Acreditamos que esta desconfiança não contempla as nuances que o problema apresenta, pois seria importante fazer uma avaliação mais criteriosa sobre o mesmo. Possivelmente, a explicação poderia estar na metodologia utilizada nas reuniões do grupo, a qual vem sendo criticada, sistematicamente, pela maioria das participantes. Para elas, falta mais dinamicidade e o grupo deveria sair ao encontro de outros grupos, fazer passeios. O tráfico de drogas é outra questão que também possa estar influenciando negativamente no que estamos discutindo, haja vista que ele é uma atividade que agrupa uma quantidade considerável de jovens e adolescentes da localidade onde o grupo se encontra.

E, falando em tráfico de drogas, a violência gerada por esta atividade é uma das questões evidenciadas nesta comunidade onde o grupo se reúne. De acordo com alguns moradores, existem determinadas áreas em que não se pode trafegar com tranquilidade, os assaltos acontecem à luz do dia, sem contar com os assassinatos que se tornaram uma prática comum naquela localidade. De acordo com um/a dos/as ex-participantes, os jovens que desejam sair à noite para participarem de alguma atividade cultural, por exemplo, são obrigados a saírem em grupo e a voltarem antes das 22h:00, sob risco da violência que toma conta do lugar.

Assim, este tema, como outros relacionados à vida da juventude local, é discutido no grupo, mas sem muita perspectiva de solução. Atualmente, o grupo passa por dificuldades, as participantes reclamam da monotonia, da falta de lazer e de integração com os outros grupos. Apesar do apoio que recebe das irmãs do Imaculado Coração de Maria³⁹, que é um apoio muito importante, falta-lhes experiência para lidar com os conteúdos e os problemas que emergem no grupo. Mas, as participantes avaliam positivamente o grupo, acreditam que ele é um espaço de aprendizagem, que discute temas importantes para suas vidas, gera prazer e ajuda a enfrentar as dificuldades que lhes sobrevém.

³⁹ Foram as irmãs dessa congregação que fundaram este grupo e o acompanham até hoje.

Quanto à PJMP, o conhecimento que se tem da sua história e de seus objetivos, por exemplo, é muito pouco, entretanto, a concebe como um espaço que integra, auxilia e forma a juventude, que valoriza o jovem como sujeito. Por isso, estão presentes nos seus encontros e tem representação na Equipe Ampliada desta pastoral.

Quanto ao grupo do Rangel (comunidade do Albergue), o DSJ (Deixe-me Ser Jovem), é um grupo bem maior e conta com a participação de pessoas com mais idade do que o grupo anterior. Atualmente reúne um número aproximado de 30 participantes, sendo 40% do sexo feminino e 60% do sexo masculino. É um grupo muito animado e criativo, que discute abertamente temas polêmicos, a exemplo da questão da “homossexualidade”. Para isso, conta com uma equipe de coordenação mais madura, que se debruça sobre as questões a serem tratadas no grupo. Neste sentido, segue um plano que é feito para ser utilizado durante todo o ano. Neste plano, constam atividades de formação, de cultura e lazer e de celebrações.

Para os participantes deste grupo, a avaliação quanto ao mesmo é também muito positiva, ou seja, o grupo é um espaço de interação e de fazer amizades, de formação e partilha, que “tira os jovens da violência e traz para o caminho do bem”, que dá apoio nas horas difíceis⁴⁰, que discute temas importantes para a vida da juventude, que dá força e estímulo etc. Em relação à PJMP, o desconhecimento é semelhante ao que vimos no grupo anterior, na percepção dos participantes ela aparece como: um meio de estar mais próximo da Igreja; uma forma de ajudar os jovens; de tirá-los da rua; um grupo que luta junto à população para mostrar que o jovem tem responsabilidade e força para enfrentar desafios no mundo etc. Ou seja, é uma percepção, de certa forma, distorcida do que, de fato, é a PJMP.

A espiritualidade/mística vivenciada no grupo, por exemplo, é um dos elementos que demonstram um pouco a falta de sintonia que o grupo DSJ apresenta em relação a outras instâncias da PJMP. Diferentemente do grupo anterior, neste grupo há uma influência muito forte da Renovação Carismática Católica⁴¹ em suas reuniões, principalmente nos momentos de oração e de animação. Apesar de terem representação na Equipe Ampliada de coordenação e de participarem das atividades organizadas pela PJMP, falta aos membros deste grupo uma

⁴⁰ Por exemplo, uma das reuniões do grupo foi cancelada em virtude da morte do pai de um dos participantes, o que levou a muitos deles a participarem com o companheiro no momento do velório de seu pai.

⁴¹ A Renovação Carismática Católica é um movimento católico transnacional que apresenta uma dificuldade muito grande em relacionar as questões da fé com determinadas questões do dia-a-dia, como a política, a cidadania e a cultura.

maturidade que lhe dê condições de fazer uma relação mais crítica entre a fé e as outras dimensões da vida.

O grupo do Bairro das Indústrias, intitulado JUFF (Juventude Força e Firmeza), é também um grupo que conta com um número maior de participantes, totalizando uma quantidade de 25 membros. Assim como o anterior, este grupo é bastante animado, dele participam jovens de diversas idades, inclusive alguns adultos. Em suas reuniões, realizam a mesma dinâmica que acontece nos outros dois grupos, ou seja, fazem orações, organizam momentos celebrativos e de lazer, discutem temas variados, principalmente os mais relacionados à vida da juventude, como a sexualidade, o namoro, a educação e o trabalho, assim como outros temas mais amplos.

É um grupo que tem uma trajetória mais longa e, talvez por isso, apresenta um entrosamento maior com a coordenação e a assessoria da PJMP diocesana. Neste sentido, notamos que a sua representação na organização diocesana tem uma influência muito forte, principalmente nos momentos organizativos e deliberativos.

Assim como os demais grupos, este grupo também se configura como um instrumento muito importante de crescimento e de apoio de seus participantes. De acordo com a sua avaliação, conseguimos percebê-lo como um espaço privilegiado de se fazer amizades, no qual se “mostra a realidade”, relacionando o “conhecimento do mundo” com o “conhecimento espiritual”; para alguns é a segunda família, é um lugar de “fortalecimento da fé e da caminhada”.

Em relação à impressão que têm sobre a PJMP, os integrantes do JUFF superam o que fora apresentado nos grupos anteriores, isto é, para eles a PJMP é uma pastoral que “se preocupa com a juventude, que trabalha a formação e o desenvolvimento”; é uma forma de mostrar a diversidade da juventude; é uma “pastoral que dá abertura para os jovens lutarem pelos seus direitos e se expressarem”; “é a inclusão do jovem numa sociedade tão desigual”; é uma pastoral “que cuida dos direitos da juventude”. Possivelmente, o tempo maior de existência do grupo, somado a faixa etária, que também supera os grupos anteriores, possa ser o elemento diferencial quanto a esta questão.

Mas, é um grupo que também apresenta algumas dissonâncias em relação ao que vem trabalhando a PJMP em nível diocesano. Acreditamos que a divergência maior diz respeito à questão da espiritualidade/mística, que, por vezes, aproxima-se mais dos movimentos

espiritualistas, como a Renovação Carismática Católica e o Encontro de Jovens com Cristo, do que com a espiritualidade da Igreja na Base, da qual comunga a PJMP.

Acreditamos que os limites existentes nos grupos se devem, em parte, à falta de um acompanhamento mais sistemático por parte da coordenação e da assessoria diocesana, uma vez que os participantes dessas equipes contam com uma experiência mais aprofundada, além do papel que lhes cabe na caminhada da PJMP.

Por um lado, percebemos que a fragilidade em relação ao acompanhamento está relacionada à falta de estrutura que não permite que se faça este tipo de serviço como se desejaria. Acreditamos que esta carência de recursos corresponde, até certo ponto, à dissonância entre o modelo de Igreja vivido pela pastoral e o modelo pelo qual se orienta a Cúria Diocesana. Neste sentido, notamos que não há um mínimo de interesse por parte do bispo pelos problemas ou mesmo pela existência desta pastoral. Na realidade, na agenda da Igreja oficial o espaço reservado às pastorais populares é muito pequeno, e, assim, cada um tem que se virar como pode. Para se ter idéia, até para se cancelar projetos a serem enviados para o exterior — que é uma coisa muito simples de se fazer e de se monitorar —, como se fazia em outras gestões⁴², está se tornando uma raridade, o que demonstra o descaso desta atual administração diocesana para com os setores progressistas da Igreja.

Os entraves discutidos no item sobre a Igreja ainda estão muito vivas, e os setores conservadores ainda mantêm a sua hegemonia na Igreja, fazendo imposições, perseguindo aqueles e aquelas que lhes contrapõem e fomentando um tipo de Igreja que se afasta cada vez mais do povo e das iniciativas de transformação social. Como a PJMP não aceita se submeter a este tipo de relação e nem comunga dos valores defendido por este tipo de igreja, então, ela fica à margem das benesses da Igreja.

Por outro lado, notamos que a maioria do pessoal da coordenação e da assessoria PJMP não tem muito tempo para estar se dedicando aos trabalhos da pastoral. A prioridade é outra. Vários membros da PJMP estão se profissionalizando, preocupando-se mais com os estudos e com a questão do trabalho e, assim, não sobra muito tempo para a pastoral. Inclusive, fundaram recentemente uma ONG, por nome de ASTEIAS (Associação de

⁴² É certo que neste sentido há queixas também quanto às gestões anteriores, mas o que vem se dando no momento atual está tornando, cada vez mais, insuportável a relação entre a Cúria Diocesana e as pastorais.

Trabalho em Educação, Intervenção e Ação Social⁴³), para a qual dispensam grande parte de seu tempo.

É óbvio que diante deste quadro não podemos isentar as investidas do Capital, que, sob a capa do neoliberalismo, tem conseguido atingir de cheio as organizações de esquerda, a tal ponto que hoje se tem até dificuldades de se juntarem e organizarem uma pauta comum de luta. Como vimos na parte que trata da contextualização, a questão do trabalho, por exemplo, foi duramente atingida pela onda neoliberal e, conseqüentemente, as organizações sindicais não contaram mais com aquela força de outrora, vendo-se obrigadas a recuarem e a se limitarem à luta pela manutenção dos postos de trabalho já existentes.

Neste processo, há de se considerar também a prática da cooptação que até mesmo nos atuais governos (municipal ou federal), chamados por muitos militantes da esquerda de “governos do campo democrático-popular”, têm se constituído num elemento complicador das lutas populares. Sem contar a falta de investimentos adequados nas políticas sociais, o que leva uma quantidade enorme de pessoas a buscarem formas alternativas de luta, de captação de recursos e do próprio sustento. Infelizmente, em muitos casos, são formas precarizadas, sem estabilidade e sem autonomia, tendo que estar disputando com muitos outros, recursos para levar adiante seus projetos.

No caso da ASTEIAS, é cedo para se fazer um tipo de avaliação desta natureza, até mesmo porque ela não faz parte dos objetivos de nosso estudo, mas pelo perfil de seus participantes podemos deduzir que ela esteja inscrita no contexto das ONG's cidadãs⁴⁴, ou seja, mantendo um compromisso de luta com as classes populares.

3.2 - A participação da PJMP nas lutas sociais

Como vimos na história da PJMP, o seu nascimento acontece num período de grande efervescência política, no qual vários segmentos voltam a se organizar e a lutar pela

⁴³ Segundo o/a entrevistando/a 07, participante da Equipe Diocesana de Assessores, a ASTEIAS é uma ONG parceira da PJMP, que atua também fora do espaço eclesial, tendo como perspectivas centrais: “[...] trabalhar a educação, o protagonismo juvenil, discutir as políticas públicas, fazer monitoramento.” Nesta entidade, participa toda a equipe de assessoria da pastoral mais algumas pessoas amigas, inclusive alguns/mas ex-militantes da PJMP .

⁴⁴ Sobre as ONG's cidadãs, confira Gohn (2005).

construção de uma nova sociabilidade. Neste contexto, a PJMP se inscreve como uma opção juvenil a contribuir com esta construção. Neste período, final dos anos 70, realizava-se na Arquidiocese da Paraíba o debate em torno da necessidade de se organizar a juventude de acordo com a condição de classe. Pois, os conflitos entre as juventudes do meio eclesial eram freqüentes e não se vislumbrava uma metodologia de trabalho que pudesse conciliar perspectivas tão distintas, e, assim, iniciou-se a experiência da PJMP nesta diocese (entrevistando/a 03).

Diferentemente dos outros grupos de jovens existentes nas paróquias, os grupos da PJMP desta época não se contentavam com o espaço eclesial, pois acreditavam que o trabalho pastoral junto à juventude teria que alcançar também as ruas, se envolver nas lutas populares dos bairros e participar dos organismos intermediários da sociedade, como os sindicatos, o partido⁴⁵, a associação de moradores. E, assim, este posicionamento foi passando de geração em geração. Como vimos nas entrevistas e nos arquivos da pastoral, a PJMP, durante a sua história, manteve um diálogo profícuo com os Movimentos Sociais Populares e com outros organismos do chamado “campo democrático-popular”; com alguns, chegou até a firmar parcerias, elaborar projetos e participar de diversas frentes de luta nos bairros e na cidade.

Sobre esta questão da participação, o/a entrevistando/a 04 avalia que os anos 80 foram os anos mais férteis da história de luta da PJMP. Embora não tenhamos elementos suficientes para concordar com tal afirmação, conseguimos enxergar na trajetória da PJMP, neste período, algumas ações que demonstram, de fato, um acentuado empenho desta pastoral nas lutas populares⁴⁶.

O “Fala Bairros”, por exemplo, foi um movimento desse tempo em que o pessoal da PJMP esteve presente, dando a sua contribuição. Nesse movimento, buscava-se

[...] articular, exatamente, determinadas demandas de comunidades periféricas de João Pessoa com uma intervenção cultural. Ou seja, havia assembleias por bairro, pra discutir problemas locais, mas havia no interior dessas assembleias, desses movimentos, também, intervenções culturais. Foi no “Fala Jaguaribe”, por exemplo, que surgiu um outro movimento

⁴⁵ Na época, início dos anos 80, o Partido dos Trabalhadores foi opção partidária que conseguiu arrebanhar a juventude da PJMP, inclusive muitos deles participaram da sua construção inicial.

⁴⁶ O contexto político contribuiu para que isso acontecesse, uma vez que o país estava passando por um processo de reabertura política, o que levou muitos segmentos a se empenharem na luta, pois acreditavam que por meio deste empenho iriam transformar o país.

cultural que foi o “Jaguaribe Carne”, que era um grupo formado por gente como Chico César, como, é, é, Pedro Osmar, Paulo Ró, entre outros (entrevistando/a 04).

E, assim, sublinhamos, também, outras experiências que marcam o envolvimento da PJMP ou de participantes dela nos processos políticos-sociais dos anos 80, seja no âmbito local, seja em outros níveis mais amplos.

De acordo com o/a entrevistando/a 02, no momento inicial da PJMP era muito forte a participação desta pastoral nas lutas pela melhoria de infra-estrutura dos bairros. Foi um período em que se constata um crescimento desordenado da cidade e, conseqüentemente, o aparecimento de uma série de problemas nas periferias da mesma. Faltava água e luz, transporte adequado, serviço de telefonia, dentre outros. Na verdade, faltava um planejamento para que a cidade crescesse com igualdade. Diante disso, desenvolveu-se um forte movimento de bairro, no qual a PJMP deu uma grande contribuição.

Outra questão também a se destacar diz respeito à presença dos integrantes da PJMP na formação e desenvolvimento do PT (Partido dos Trabalhadores), seja na constituição de seus núcleos, seja na construção e participação de suas tendências e diretórios ou no apoio a determinadas candidaturas. Nos anos 80 (e 90 também), a relação deste partido com a PJMP foi uma relação muito intensa, de cumplicidade mesmo. É tanto que em alguns subsídios, produzidos pela coordenação nacional e regional desta pastoral, mas trabalhados nos grupos locais, vamos perceber em várias páginas a figura do petista Luiz Inácio Lula da Silva ou, mesmo, da estrela que simboliza o partido. Inclusive, aqui na diocese de João Pessoa, precisamente no município de Bayeux/PB, chegaram até a eleger uma vereadora⁴⁷.

Esta vinculação de membros da pastoral com o Partido dos Trabalhadores (PT) trouxe para PJMP grandes complicações, pois as forças reacionárias da Igreja não aceitavam este tipo de relação, diziam que isso afastava os jovens da Igreja e que não era uma postura cristã (entrevistados/as 01 e 02). Em função disso, como também pela filiação da PJMP à Teologia da Libertação e pela sua aderência ao marxismo, a PJMP passou a sofrer perseguições dentro da Igreja, tendo que conviver, cotidianamente, com algumas forças contrárias.

⁴⁷ De acordo com o entrevistando/a 04, esta eleição foi a primeira conquista pelo PT para o cargo de vereança na Grande João Pessoa.

Neste aspecto, merecem destaque alguns setores do clero diocesano, que em todas as entrevistas aparecem como um entrave à atuação da PJMP. A relação também com alguns movimentos espiritualistas, principalmente com a Renovação Carismática, não foi também muito agradável, não. Em vários momentos ela aparece como um problema para a PJMP, principalmente quando se refere ao âmbito paroquial, que é o espaço no qual os grupos de jovens se desenvolvem, configurando-se, portanto, em um espaço de disputa. Disputa de idéias, de valores e de objetivos.

Igualmente importante foi o envolvimento da PJMP na luta pelas eleições diretas, no processo constituinte, que resultou na promulgação da Constituição de 1988, e no movimento estudantil, o qual contou com vários militantes da pastoral na formação de sua direção. Sobre este último, diz o/a entrevistando/a 04 que “[...] quase sempre, todo mundo que saía da PJMP ou que estava na PJMP, ao ingressar na universidade, ia acabar dentro do movimento estudantil”, posto que era um dos movimentos da época que tinha fortes convergências com a proposta da pastoral.

A relação da PJMP com este movimento, assim como com o Partido dos Trabalhadores, os sindicatos, as associações de bairro, dentre outros, continua a se realizar nos anos 90. Aliás, a PJMP, dos anos 90, reafirma o seu envolvimento nas lutas populares, buscando intervir, junto a outros atores, nos canais de participação política existentes.

Assim, participa do processo de construção do “Plano Diretor” da cidade; se envolve nas discussões sobre a questão da “Pena de Morte”; se articula com outras entidades, principalmente o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, na discussão sobre a violência policial no estado; participa das manifestações em favor do afastamento do presidente Collor de Melo.

Sobre esta questão da participação, diz o/a entrevistando/a 05 que nos anos 90 era “quase que inconcebível participar da PJMP, sobretudo, das equipes que coordenava, e não participar das mobilizações em nível de João Pessoa, fosse ela partidária — aí, no caso, o PT —, sindical ou dos movimentos sociais. Então era inconcebível, tinha que ‘tá’ presente”.

Em relação ao movimento estudantil, por exemplo, diz este/a entrevistando/a que em várias escolas públicas de João Pessoa foi a juventude da PJMP que coordenou o processo, fazendo, assim, o movimento funcionar naqueles ambientes. Quanto ao Partido dos Trabalhadores (PT), este/a entrevistando/a afirma que no processo de nucleação organizado

nos bairros, este partido contou com a participação efetiva dos integrantes da pastoral, inclusive assumindo o trabalho de frente, como fora nos bairros de Mandacaru, Rangel e no Cristo. Neste sentido, a própria experiência de nucleação da PJMP serviu de colaboração nas nucleações do PT. E, assim, também, se fez em relação às associações de moradores. Em várias delas, os/as jovens da PJMP “tomaram a direção da associação, conseguiram fomentar outro tipo de associação de bairro”, mais democrático e mais atento às necessidades da população (entrevistando/a 05).

A participação na luta dos/as professores/as, principalmente nos movimentos grevistas, é outra questão destacada pelo/a entrevistando/a 05. Devido ao fato de a PJMP contar com vários educadores em seu quadro, isto levou muitos integrantes desta pastoral a compor a direção de alguns sindicatos.

Em termos de mobilizações organizadas pela própria pastoral, o/a entrevistando/a 05 destaca a luta pela melhoria e ampliação das escolas públicas, que não correspondiam às necessidades da juventude das periferias, e as manifestações do Dia Nacional da Juventude, que desde os anos 80 estava sob a coordenação da PJMP. Este momento tinha um caráter celebrativo, mas era também um momento em que a juventude do meio popular aproveitava para realizar o seu protesto.

Já nestes anos recentes, pós anos 90, a PJMP se mantém ainda resistente e comprometida com as lutas sociais, participando: do plebiscito contra a suposta “Dívida Externa”; apoiando candidaturas de esquerda nos processos eleitorais; das iniciativas organizadas pelo Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba, como o “Dia Nacional da Juventude⁴⁸”, a “Semana da Cidadania”, a “Missão Jovem”⁴⁹; da coordenação da “Romaria da Terra” e do “Grito dos Excluídos⁵⁰”; dos debates, mobilizações e sessões especiais na Assembléia Legislativa em virtude do processo de construção do “Conselho Estadual de Juventude”; da coordenação da “Conferência Estadual das Juventudes”; da “Conferência

⁴⁸ A partir de 1997, o Dia Nacional da Juventude passa a ser organizado pelo SEJAP (Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba), mas com a participação de várias organizações juvenis da diocese, inclusive a PJMP.

⁴⁹ Estas iniciativas são propostas realizadas pela Pastoral de Juventude do Brasil. Elas vem se desenvolvendo na diocese de João Pessoa desde o final dos anos 90, sob a coordenação do setor juvenil desta diocese, contando sempre com a participação da PJMP.

⁵⁰ A “Romaria da Terra” é uma atividade de massa, organizada pela diocese de João Pessoa, que tem o foco voltado para a questão da terra. Quanto ao “Grito dos Excluídos”, é também um evento de massa, organizado em diversas cidades do Brasil, tendo como foco a questão da exclusão social. Nestes dois eventos, a PJMP já vem participando desde os anos 90.

Nacional de Juventude”; das conferências estadual e municipal de “Políticas Públicas para Mulher”; das conferências estadual e municipal de “Assistência Social”; da “Conferência Municipal da Criança e Adolescente”; da “Conferência Estadual da Segurança Alimentar” etc.

Sobre essas participações queremos destacar o processo de construção da I Conferência Estadual das Juventudes. Na realidade foi uma conferência que surgiu de uma “implosão” de uma outra conferência que fora organizada pela Câmara Federal, através de um parlamentar do PMDB. Nesta conferência alguns equívocos se evidenciaram, fazendo com que várias entidades, inclusive a PJMP, se retirassem do processo e construísse um outro, alternativo, com a legitimidade das juventudes.

Dentre os equívocos cometidos nesta conferência destacamos: o autoritarismo e a centralização como foram conduzidos os trabalhos; a falta de respeito pela diversidade juvenil existente no Estado, uma vez que muitas entidades não foram convidadas; a organização de última hora, possivelmente para esvaziar e despolitizar o processo; a metodologia inadequada e a ausência de uma porção de temáticas importantes para a vida das juventudes, dentre outras questões. Diante disso, várias organizações se retiraram e construíram uma outra conferência, contando com a participação de mais de 64 organizações, totalizando uma quantidade de 177 participantes.

Sobre o momento atual, percebemos algumas questões que merecem uma reflexão mais aprofundada por parte dos integrantes da PJMP, incluindo-se aí até mesmo os integrantes dos grupos de jovens.

Diferentemente dos primeiros grupos organizados pela PJMP, na cidade de João Pessoa, os atuais grupos estão voltados quase que exclusivamente para a experiência paroquial, participando com mais atenção da agenda litúrgica da Igreja, seja nas missas, nas atividades sacramentais. Em compensação, não percebemos uma participação também efetiva nos organismos intermediários, como o partido político, o sindicato e os movimentos sociais populares, bem como não se tem uma atuação no bairro, nem em outra instância maior, o que era uma prática mais comum dos grupos da PJMP dos anos 80.

Em relação à questão da política e da cultura, por exemplo, falta aos participantes dos grupos atuais uma formação mais condizente com os princípios defendidos pela pastoral, pois, dentre as questões por nós percebidas, vimos alguns desencontros que merecem uma reflexão

mais atenta. No campo da política, uma observação basta como ilustração do que estamos falando: de acordo com algumas lideranças e uma ex-liderança desses grupos, no último pleito eleitoral, a maioria dos participantes (mais de 60%) dos três grupos, acompanhados em nossa pesquisa, estavam trabalhando ou apoiando candidaturas que não apresentam um compromisso com os interesses das classes populares, no sentido de sua emancipação. E mais, não tivemos notícias sobre o posicionamento político dos demais participantes no sentido de apoio a candidaturas dos setores progressistas.

Sobre esta questão, não arriscamos fazer uma análise sobre o que, de fato, tem acontecido, porém, acreditamos que qualquer tentativa nesta direção deverá levar em conta algumas considerações importantes. Neste sentido, citamos a situação de vulnerabilidade social em que se encontram as juventudes das periferias; os tantos casos de corrupção, de clientelismo, de fisiologismo que tem surgido na história da política brasileira, os quais têm sido responsáveis pelo afastamento de muitos jovens do campo da política, com exceção dos momentos eleitorais; o tipo de educação que é efetivado nas escolas, no qual não há interesse de uma formação cidadã; a cultura política brasileira da não-participação, dentre outros.

No momento atual, observamos que a pastoral tem se isentado deste debate. Neste ano eleitoral de 2006, por exemplo, não houve uma atividade sequer que tratasse dessa temática, o que em outros anos tem sido uma prática tão corriqueira.

Quanto à política partidária, percebemos que a maioria dos membros que compõem a gestão atual da pastoral não apresenta um interesse no sentido de participar da militância de algum partido. Alguns ainda se mantêm filiados ao PT (Partido dos Trabalhadores), mas, pouco a pouco, a relação da PJMP com este partido vai se deteriorando. Não é por menos, pois o realinhamento político que foi tomado por este partido, nestes últimos anos, aliando-se com setores da direita, gerou uma insatisfação muito forte, principalmente naqueles e naquelas que o acompanham há mais tempo. Portanto, o partido que, nas décadas anteriores, se configurava como um dos maiores aliados da pastoral, hoje está ficando cada vez mais distante de sua agenda.

Apesar disso, percebemos uma sinalização por parte de alguns participantes no sentido de que o debate deva ser retomado, até mesmo para se refazer as coisas, para pensar criticamente no que está acontecendo e se ver qual é o papel da pastoral neste cenário. Talvez,

o debruçar sobre a própria história da pastoral, no sentido de se refletir sobre seus objetivos, valores e militância, possa contribuir com o que esteja acontecendo no momento presente.

Quanto à questão da cultura, constatamos que, em todos os períodos da história da PJMP, tem sido também um instrumento muito utilizado de participação política e de construção de cidadania. Por meio dela, esta pastoral tem realizado um trabalho muito importante de conscientização política e de resgate da cultura popular, o que tem levado muitos jovens a redirecionarem suas opções artístico-culturais e políticas para um rumo mais crítico e mais participativo.

Neste sentido, observamos que a pastoral conseguiu produzir muitos artistas e realizar uma porção de atividades que marcaram a vida de muita gente. Abrindo uma exceção neste trabalho, citamos alguns nomes que passaram pela PJMP e que, atualmente, estão por aí fomentando cultura e cidadania, seja no teatro, na poesia, na pintura, na música, na dança, veja: Nicinha, Vera Lima, Rogério, Cecília, Rai, Neidja, Chico e Mola (que são integrantes, respectivamente, das bandas de forró pé-de-serra “Os Cabra de Mateus” e os “Três do Norte”), Débora, Socorro Lira, Héinton, Naldinho, Carlinho, dentre outros/as⁵¹.

Dentre as atividades realizadas pela pastoral, destacamos os festivais de música e poesia dos anos 80 (entrevistando 01); as produções culturais nos bairros, nos idos dos anos 90 (entrevistando 05); e nestes últimos seis anos, os ENCONTRART's, os Seminários de Cultura Popular e o festival de Cultura.

É importante salientar que em muitas outras iniciativas culturais, externas à pastoral, como o FENART (Festival Nacional de Artes), os festivais do SESC e do SESI, identificamos variados artistas que passaram ou que, na época, estavam participando pela/da PJMP. O mesmo, dizemos em relação a algumas manifestações de massa, como o “Grito dos Excluídos”, o “Dia dos Trabalhadores”, a “Romaria da Terra” etc.

Apesar de todo o mapeamento que foi realizado em relação à participação política da PJMP nas lutas sociais, a avaliação que alguns/mas entrevistando/as fazem em relação às ações e mobilizações organizadas pela própria pastoral é a de que ela não tem feito muita coisa nesta direção, embora reconheçam que a pastoral tem formado excelentes quadros, e que hoje

⁵¹ Um nome que, certamente, poderia abrilhantar este quadro, mais especificamente no campo da poesia, seria o de Jairo Humberto, da cidade de Itabaiana, mas, lamentavelmente, este já faleceu, deixando muitas saudades.

estão por aí, engajados em vários Movimentos Sociais Populares e em outras entidades, prestando seus serviços.

De fato, constatamos que, durante a sua trajetória, a preocupação maior da PJMP esteve voltada para a questão político-educativa, ou formativa, como eles denominam. Mas, o resultado desse investimento ajudou a qualificar, sobremaneira, o poder de intervenção dos Movimentos Sociais Populares e de várias entidades afins, haja vista que muitos participantes e ex-participantes da PJMP vieram a ocupar esses espaços de luta, levando consigo uma bagagem sócio-político-cultural muito importante.

Assim, vamos notar o alcance político da PJMP, diretamente, na vida dos jovens e adultos participantes de seus grupos ou das atividades organizadas por esta pastoral; e, indiretamente, vamos constatar sinais da PJMP em várias outras entidades e movimentos sociais, através de seus participantes e ex-participantes, ou seja, vamos encontrar gente da pastoral na coordenação do Coletivo Feminista (Cunhã); na direção do SINTRECON (Sindicato da Construção Civil); na direção do Sindicato dos Comerciários; no CAIS (Centro de Cidadania, Ação e Integração); na ASTEIAS; no SEJAP (Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba); em algumas universidades, não apenas na Paraíba, exercendo ou não a atividade docente; nos partidos políticos do PSB e PT, inclusive participando de diretórios; nos grupos musicais, acima citados; em alguns programas ou projetos, como o “Zé Peão”, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o Conexão de Saberes; nas secretarias municipais, inclusive assumindo cargo de gestão; dentre outros.

3.3 - As experiências político-educativas desenvolvidas na PJMP

Como dissemos acima, a questão educativa na PJMP foi a dimensão que recebeu maior atenção em toda a sua caminhada. Em muitos documentos, nas entrevistas que fizemos e nos questionários aplicados, a formação aparece como um instrumento importante de conscientização e de produção de saberes. De acordo com o mapeamento que fizemos sobre as atividades educativas promovidas pela pastoral, pudemos ver que um leque variado de conteúdos, abrangendo diversas dimensões da vida humana, foi abordado durante a história desta pastoral, o que nos leva a deduzir que houve e que há uma preocupação no sentido de se fazer um processo educativo integral, voltado, principalmente, para as demandas juvenis.

Para isso, lançaram mão de uma educação popular, baseada, sobretudo, na contribuição de Paulo Freire. Aqui e acolá, nas entrevistas e nos documentos da pastoral, aparecem nitidamente traços da pedagogia defendida por esse autor, evidenciando-se, assim, uma preocupação desta pastoral com a libertação dos oprimidos.

Esta opção pela Educação Popular não tem sido uma opção realizada de qualquer jeito, não. Temos visto que, em vários momentos, o pessoal da PJMP se debruçou, mesmo, nos estudos sobre esta proposta, inclusive com leituras e debates sobre obras importantes oriundas de alguns autores populares. Como ilustração, citamos a obra “Pedagogia do Oprimido”, a qual foi estudada tanto pelos integrantes da primeira geração da PJMP (entrevistando/a 02), como pelo pessoal que atualmente está na ativa. Inclusive, na história da PJMP notamos que foram realizados até alguns encontros específicos voltados para a metodologia do trabalho popular e para a Educação Popular.

Sobre esta questão, destacamos o curso “Pedagogia do trabalho popular” — em alguns anos, intitulado “Dinâmica da vida em grupo” —, o qual fora organizado pela PJMP, em parceria com o CFM (Centro de Formação Missionária) e o SEJAP (Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba). Este curso tinha como proposta o estudo sobre a metodologia de trabalho no meio popular, tendo uma duração de dez meses, sendo um final de semana por mês. Esta parceria funcionou no período de 1996 a 2005.

É importante dizer que a atenção da pastoral em relação à Educação Popular não ficou apenas no plano teórico, mas, enraizou-se nas práticas cotidianas dos/as militantes da PJMP,

tornando-se uma *práxis* popular. Neste sentido, na discussão a seguir aparecerão algumas características que sinalizam na direção do que estamos afirmando.

A questão da *participação*, por exemplo, é uma questão que tem recebido um trato especial na agenda da PJMP, no sentido de afirmação do protagonismo juvenil, o qual é percebido na pastoral como uma condição fundamental para a efetivação da cidadania juvenil. Nesta direção, pudemos observar na PJMP a existência de uma abertura política muito saudável, no sentido de que todos/as os integrantes da pastoral contam com a possibilidade, real, de participar das decisões e das funções disponíveis na mesma; inclusive, em todos os períodos da história da PJMP notamos um revezamento de pessoas na ocupação de funções, o que pode significar um sinal positivo de exercício de democratização do poder e de cidadania.

Esta observação vale para todos os processos que se desenrolam na pastoral, respeitando, é claro, o papel e a autonomia de cada instância. Quer dizer, num momento de assembleia, por exemplo, que é a instância máxima da pastoral, e o espaço no qual se definem as diretrizes gerais de sua caminhada, todos os grupos e todas as equipes têm o direito de participação, com voz e voto. E, aí, vale o poder de argumentação, que é um mecanismo muito utilizado na pastoral, através do qual, muitas vezes, os jovens fazem suas proposições, assim como, reagem a posicionamentos contrários. Obviamente, esta prática se constitui numa experiência importante de formação política, uma vez que através dela várias habilidades do campo político, como a argumentação e a proposição, estão sendo desenvolvidas.

Com importância semelhante à participação, a *metodologia* é outro elemento que se destaca na PJMP. Como podemos ver no quadro 01 (p. 128), em todas as “gerações” dessa pastoral, a metodologia aparece como uma temática central a ser trabalhada em suas atividades de formação. Esta preocupação parte do princípio de que o trabalho com segmentos do meio popular, numa perspectiva libertadora, não comporta qualquer tipo de metodologia, principalmente àquelas em que tais segmentos são percebidos como objetos.

Neste sentido, percebemos nas práticas educativas da PJMP uma recusa à repetição da metodologia utilizada, geralmente, na escola. Pois, sabe-se muito bem sobre os interesses subjacentes a determinadas práticas realizadas neste ambiente, por isso, a opção tem se dirigido a uma metodologia libertadora. Assim, pudemos notar, nas lideranças e na assessoria da PJMP, um cuidado em não tornar a experiência educativa desta pastoral num esquema rígido e descomprometido de sala de aula.

Portanto, na PJMP tem se trabalhado a idéia de que a produção do conhecimento é uma atividade coletiva, na qual educador e educando participam juntos, como sujeitos co-responsáveis por todo seu processo, inclusive na escolha dos conteúdos, a qual é realizada a partir da história e das necessidades dos educandos.

Porém, de acordo com vários documentos e com a fala do/a entrevistando/a 01, esta experiência não tem se restringido a uma história particular, apenas; mas, tem se articulado a algo maior, ou seja, com outras realidades históricas que, direta ou indiretamente, estão, cotidianamente, lhes influenciando. Neste sentido, notamos na pastoral, principalmente nos anos 80 e 90, uma preocupação constante em se efetivar uma pedagogia que contemple este tipo de relação. Na fala do/a entrevistando/a 01, por exemplo, conseguimos captar esta preocupação, quando ele diz:

Mas, teve um aspecto que foi uma formação do conhecimento da nossa história, da nossa história, pegando a história de cada um e vendo o que nessa história de cada um, o que ocorreu na história política, o que aconteceu também na economia, 'né?', quais foram as mudanças, quais foram os avanços, quais foram os recuos, quais foram as manifestações culturais. Era uma leitura integrada, quer dizer: 'eu nasci em tal ano', o que que aconteceu em tal ano? Então, era a partir... que as pessoas começassem a fazer essa memória histórica, 'né?'. E aí, a família, os passos que foram dados.

E, assim, os jovens do meio popular vão reescrevendo a sua história e percebendo nela a potencialidade que carrega. Neste processo, que é um processo de descoberta, de emersão, no sentido freireano, esses jovens vão se percebendo como sujeitos. Sujeitos de direito, sujeitos históricos, sujeitos. E, uma vez sujeitos, não se conformam mais à condição de objeto. É evidente que esta percepção, em determinados casos, pode gerar conflitos, mas na pastoral, também, se aprende a lidar com conflitos. Inclusive, por se ter esta percepção (consciência) crítica das coisas e não se sujeitar à condição de objeto, notamos na história da PJMP várias situações de conflito, seja com o poder público, seja com a hierarquia da Igreja e até mesmo dentro da própria pastoral. O eixo anterior traz alguns exemplos disso.

Neste sentido, o método ver-julgar-agir⁵² (com o acréscimo posterior do avaliar-celebrar-festejar) tem sido um instrumento de análise muito utilizado pela pastoral, em todos

⁵² Este método foi criado pelo padre Joseph Cardijn, a partir de sua experiência com jovens operários da Bélgica, no contexto da crise gerada pelas duas grandes guerras.

os períodos de sua trajetória. Através dele os integrantes da PJMP têm aprendido a enxergar a realidade com mais criticidade e, conseqüentemente, a se posicionarem diante das intempéries que tem lhes sobrevivendo.

Sobre a questão metodológica, queremos assinalar, ainda, o cuidado que a PJMP tem tido com os recursos pedagógicos a serem utilizados nos processos educativos. Em algumas ocasiões, o uso da criatividade fez com que a atividade educativa se tornasse mais prazerosa. O uso do teatro e da música foi uma estratégia que deu certo. Nas entrevistas, eles aparecem como um recurso que vai perpassar todas as “gerações” da PJMP, servindo como um instrumento de interpretação e de problematização da realidade. Neste sentido, o relato do/a entrevistando/a (02) nos serve de ilustração, veja:

[...] a gente trabalhava, criava instrumentos de metodologia, trabalhando com músicas, com textos [...] a gente se preparava pra fazer muitas dinâmicas no grupo, porque era um trabalho muito dinâmico. Os grupos eram muito movimentados, trabalhávamos muito com teatro popular, a gente, é, ajudava os grupos a fazer pesquisa da realidade e preparava aquele teatro, e aquele teatro era devolvido, aquela pesquisa pra comunidade em forma de teatro. Então, a gente tinha uma interação muito grande, os grupos tinham uma interação com a comunidade onde ele era inserido.

Outra característica importante diz respeito ao *conteúdo político* do processo educativo que tem se realizado na pastoral. Tendo já no início de sua caminhada um compromisso político firmado com as classes populares, particularmente com o segmento juvenil, a PJMP, através de suas lideranças e assessorias, tem buscado colocar na pauta de sua formação conteúdos que contemplam as diversas facetas da política. E, assim, foram realizadas atividades formativas sobre “Análise de conjuntura sócio-político-econômica brasileira⁵³”, “Constituinte e Constituição”, “Fé e política”, “Militância na PJMP”, “Consciência de classe”, “Movimento Popular”, dentre outras.

Na prática, essa preocupação da PJMP com a dimensão política, historicamente tem surtido um efeito positivo. Primeiro, por ter possibilitado a muitos jovens do meio popular uma visão crítica sobre as questões relacionadas à política, que é uma questão que geralmente não se faz na escola e nem tampouco na família. Em segundo lugar, que é uma conseqüência

⁵³ Em vários momentos, conseguimos notar que a formação da PJMP acompanhava o contexto sócio-político pelo qual estava passando o país.

disso, muitos desses jovens se identificaram com a dinâmica da política e, a partir daí, se enveredaram por este caminho, participando diretamente dos movimentos sociais populares, da experiência sindical e partidária, das associações de moradores e de várias outras experiências coletivas desta natureza.

Esta atenção à dimensão da política não significa dizer que houve negligência quanto às outras dimensões da vida humana. Pelo contrário, de acordo com os/as entrevistados/as 01, 04, 05 e 07, a PJMP, desde os primeiros anos de sua caminhada, tem se preocupado com o “indivíduo” em sua totalidade, ou seja, com o seu desenvolvimento físico, psico-afetivo, cultural e espiritual. Porém, alguns destes, reconhecem que houve momentos em que vários integrantes da PJMP estavam se sentindo como um robô, ou seja, “proibidos” de viverem outras experiências para além da dimensão política, o que fora (e ainda é) uma questão tão enfatizada pelos “Novos” Movimentos Sociais.

Mas, a pastoral soube lidar com isso, incorporando em sua agenda outras temáticas relacionadas a este reclame: “Sexualidade e afetividade”, “Amizade”, “PJMP e vida pessoal”, “Gênero”, “Etnia”, “Orientação sexual”.

Aliás, como mostra o quadro I (p. 128), na história da PJMP, um leque de conteúdos, abrangendo todas as dimensões humanas, foi abordado em suas atividades formativas. Neste leque, notamos que alguns assuntos perpassaram todos os períodos do percurso da pastoral, como “Identidade”, “Militância”, “História”, “Mística/Espiritualidade”, “Sexualidade e Afetividade”, “Metodologia” e “Política”, veja:

QUADRO I

Atividades político-educativas organizadas pela PJMP – Período: 1982-2006.

| Ano | Atividades de formação na diocese | Data |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1981 | Não encontramos iniciativa alguma no campo da formação | |
| 1982 | Tema: “Fé e política”. | sem data |
| | Tema: Metodologia (Ver, Julgar e Agir); articulação; e fortalecimento da amizade. | 05-7/11/82 |
| 1983 | Encontro da PJMP do Zonal Suburbano, sobre “Amizade”. | 02/03/83 |

| | | |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 1984 | Assembléia Diocesana_da PJMP: Temas abordados: situação dos jovens na sociedade (desemprego, violência sexual, o analfabetismo, a ação dos jovens diante desses problemas etc.); | 13-5/07/84 |
| | Míni-Assembléia da PJMP do Zonal Suburbano, temas abordados: a conscientização da situação sócio-econômico-político do país; | 01/04/84 |
| | I Encontro da Equipe Diocesana da PJMP: Temas abordados: Identidade; participação dos jovens nas lutas e movimentos populares. | 01-02/12/84 |
| 1985 | Não encontramos iniciativa alguma no campo da formação | |
| 1986 | Formação no Zonal Suburbano, com quatro encontros mensais, de um dia, com as seguintes temáticas: “Constituinte e Constituição”; “Reforma Agrária”; “Pastoral da Juventude do Meio Popular”; “Afetividade e sexualidade”; | sem data |
| | Encontro da Equipe de Animação da PJMP: tema abordado: “Papel do animador jovem”. | 08/1/86 |
| 1987 | Formação no Zonal Suburbano, com dois encontros, de um dia, com as seguintes temáticas: “O Menor”; “Análise de conjuntura sócio-política-econômica brasileira”. | sem data |
| | Encontro Diocesano da PJMP. Tema abordado: “PJMP: histórico, organização, metodologia (ver, julgar, agir, avaliar, celebrar) e mística”. | 05/01/87 |
| 1988 | Encontro Diocesano de Aprofundamento da PJMP: Temática abordada: “Fundamentação bíblica da nossa caminhada”. | 20-22/05/88 |
| | Estudo do subsídio “Como se faz análise de conjuntura”. | 11/07/88 |
| | Encontro da PJMP sobre Movimento Popular: temáticas abordadas: Movimento Popular (Movimentos da Igreja; Associações de Moradores; Sindicais; Movimentos espontâneos, como o estudantil, sem casas); Partidos políticos; Estrutura da sociedade capitalista. | 08/10/88 |
| | Encontro Diocesano da PJMP sobre Espiritualidade. | 03/09/88 |
| | Encontro Diocesano da PJMP. Temática abordada: “Fundamentação sociológica da PJMP”. Pauta: análise dos diversos tipos de sociedade; sistemas existentes na história; realidade conflitiva; vários olhares de ver a realidade; fundamentação sociológica da PJMP. | 02-04/12/88 |

| | | |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| 1989 | Formação no Zonal Suburbano: dois encontros de estudos e formação, um dia cada, com as temáticas: “Afetividade e sexualidade”; “Comunicação”; | sem data |
| | No Zonal Suburbano: Formação mensal sobre política; | sem data |
| | Encontro Diocesano da PJMP. Tema abordado: “Evangelizar os jovens do meio popular despertando a consciência de classe”; | 21-23/04/89 |
| | Encontro Diocesano da PJMP, com o tema: “Militância na PJMP”, com os seguintes conteúdos: “Processo de militância na PJMP”; “Elementos importantes que levam a assumir a militância”; “Desafios e problemas na nossa militância”; | 20-21/05/89 |
| | Dois encontros de Formação na Área de Cruz das Armas. Temas abordados: “Liderança”; “Iniciação à militância”; | sem data |
| | Encontro Diocesano de Assessores da PJMP, com discussão e aprofundamento do tema “Militância na PJMP”. | 20-21/05/89 |
| 1990 | Formação da juventude do Zonal Suburbano: um estudo sobre “Afetividade e sexualidade”; | 24-25/05/90 |
| | Estudos da Equipe Diocesana (Assessoria e Coordenação), com os seguintes temas: “Dinâmica de grupo”; “PJMP X Relacionamentos”; | sem data |
| | Encontro Diocesano da PJMP, com o tema: “PJMP e vida pessoal”; | 08-10/06/90 |
| | Encontro Diocesano de Assessores da PJMP, com o tema: “O papel do assessor”; | 10-11/03/90 |
| | Formação da juventude da PJMP do Zonal Suburbano, com a temática “Afetividade e sexualidade, revisão de vida”. | 24-25/03/90 |
| 1991 | Encontro Diocesano da PJMP, abordando a questão da “Formação dentro da PJMP”; | 25-26/10/91 |
| | Encontro ampliado de Militantes, em duas etapas. Tema sobre a militância; | 06-07/03/90 19-20/10/90 |
| | Durante o ano de 1991 a Equipe Diocesana e a Equipe de Assessores da PJMP elaboraram uma proposta de formação, visando abranger várias dimensões da pessoa humana, como a “Sócio-política”; “Psico-afetivo”; “Bíblico-afetivo”; “Pastoral-pedagógico”. Nos objetivos dessa formação estavam propostas as seguintes questões: “Evangelizar os jovens da classe popular no meio em que eles vivem e atuam, anunciando as pessoas o <u>PROJETO DE JESUS CRISTO LIBERTADOR</u> ⁵⁴ , com vista a uma prática libertadora na Igreja, na sociedade, na família e em todos os momentos de sua vida considerando as diversas dimensões da pessoa humana”. Quanto ao público: militantes e iniciantes; quanto a estrutura: cursos; seminários; encontros; grupos de estudos; duração é definida pela estrutura; | Elaboração feita durante o ano de 1991 |
| | Formação da juventude da PJMP do Zonal Suburbano. Tema: “Como trabalhar com jovens” (metodologia). | sem data |

⁵⁴ Grifo no documento.

| | | |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 1992 | Encontro Diocesano de Assessores da PJMP. Tema: “Mística da caminhada”; | 12-13/09/92 |
| | Curso de formação para iniciantes no Zonal Suburbano, com seis encontros, mensais, com as seguintes temáticas: “Dinâmica e realidade dos jovens”, “Metodologia de trabalho de jovem do meio popular”, “Realidade do povo”, “Introdução à Bíblia” e “Espiritualidade dos jovens do meio popular”; “PJMP, o que é?”; | sem data |
| | Encontro Diocesano de PJMP. Tema: “Consciência de classe”, abordando os seguintes conteúdos: “Consciência, identidade e luta de classe”; “Militância; “Momentos de construção do discurso”; “Medos”; | 03-05/07/92 |
| | Formação da juventude da PJMP do Zonal Suburbano, com cinco encontros, mensais, com as seguintes temáticas: “Dinâmicas de entrosamento e realidades dos jovens”; “Metodologia de trabalho do jovem do meio popular”; “Realidade do povo”; “Introdução à Bíblia: espiritualidade do jovem do meio popular”; “Pastoral da Juventude do Meio Popular”. | sem data |
| 1993 | Encontro Diocesano da PJMP, com o tema: “PJMP: crises e perspectivas”; | 16-18/07/93 |
| | Formação da juventude da PJMP do Zonal Suburbano, com cinco temáticas, trabalhadas mensalmente: “Metodologia popular”; “Realidade brasileira”; “Bíblia”; “Espiritualidade”; “Sexualidade e afetividade”; | sem data |
| | Estudo e discussão do texto: “Dom Quixote e Sancho Pança”. | 24/04/93 |
| 1994 | Observação, este foi um ano em que a PJMP passou por uma forte crise de articulação, de participação. | sem data |
| 1995 | Não encontramos iniciativa alguma no campo da formação | |
| 1996 | Dois cursos de formação no Centro de Formação Missionária, em Serra Redonda: “Psicologia” e “Realidade Social”. Cada um desses cursos teve a duração de dez meses, sendo um final de semana por mês. | sem data |
| | Encontro Diocesano da PJMP. Temática: “Articulação, identidade e história da PJMP”. | sem data |
| 1997 | É um ano em que a PJMP se encontra desarticulada. | sem data |
| | Cursos de formação, em Serra Redonda/PB: Realidade Social, Psicologia, Bíblia e Dinâmica da vida em grupo. Obs. Cada um desses cursos teve a duração de dez meses, sendo um final de semana por mês. Esta experiência se reproduziu até o ano de 2005. | sem data |
| 1998 | Encontro Diocesano da PJMP, em preparação para o Congresso dos 20 anos da PJMP: Tema: “Resgate da História da PJMP e Organização Política”. | sem data |

| | | |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 1999 | São João da PJMP, com formação, tema: “PJMP há quatro anos aquecendo a chama da Cultura Popular”; | 19/06/99 |
| | Congresso da Juventude do Meio Popular (congresso nacional em João Pessoa): PJMP 20 anos: Tema: “PJMP 20 anos de história”; Lema: “PJMP no mundo dos excluídos, resistindo e continuando nossa história”. | 14-17/01/99 |
| 2000 | I Festival de artes da PJMP, com oficinas de: teatro, dança, artes plásticas, música e poesia; | 25-27/08/00 |
| | Encontro de militante sobre a bandeira de luta da PJMP; | sem data |
| | Curso de dinâmica para militantes e animadores; | sem data |
| | 5º São João da PJMP; | sem data |
| | Encontros da Equipe Ampliada, mensais, com formação sobre as seguintes temáticas: “Mercado de trabalho”; “Plebiscito da Dívida Externa”; “Afetividade e Sexualidade”; “Conjuntura atual: eleição de 2000”; “Política e fé”; | mensal |
| | Encontro de Formação da Equipe Ampliada, com o tema: “A juventude e o mundo do trabalho: em busca da cidadania”; | 31/01; 01 e 02/02/00 |
| | Encontro Diocesano da PJMP. Tema: “Oração e reflexão da caminhada”; | sem data |
| | I Etapa da Assembléia Diocesana da PJMP (foi uma etapa formativa). Tema da Assembléia: “Eu vejo a vida melhor no futuro”; foram abordadas as seguintes temáticas: “História e identidade da PJMP” e “Metodologia”. | sem data |
| 2001 | Reunião da Equipe Ampliada, com formação sobre “Identidade da PJMP”; | 23/09/01 |
| | I ENCONTRART: tema: “PJMP 20 anos: nossa cara, nossa cultura”, com oficinas: teatro, dança, pintura, reciclagem e penteado afro; | out/2001 |
| | Foi elaborado um Plano de Formação ⁵⁵ para PJMP, para os anos 2001 e 2002: neste plano procurou contemplar as seguintes dimensões: Sócio-política; Psico-afetiva; Bíblico-teológica; Pastoral-pedagógica. Público: iniciantes e militantes; | |
| | Missões populares da PJMP, com encontro formativo de pré-missão. | sem data |
| 2002 | Reuniões da Equipe Ampliada, com formação sobre temáticas relacionadas à juventude. | |
| | Encontro Diocesano: Tema: “Identidade, história, metodologia e espiritualidade da PJMP”; | 05/02/02 |
| | Encontro diocesano: “Conjuntura Política”; | 09/2002 |
| | Encontro de “Oração e reflexão da caminhada”; | 11/2002 |

⁵⁵ Plano semelhante ao que fora construído no ano de 1991.

| | | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 2003 | Encontro Diocesano da Pastoral da Juventude do Meio Popular, abordando a temática: “Políticas públicas: que ações concretas tem o governo Lula para a juventude?”; | 20-22/06/03 |
| | São João da PJMP, com seminário sobre cultura; | sem data |
| | Reuniões da Equipe Ampliada, com formação sobre temáticas relacionadas à juventude; | |
| | Pré-Congresso em preparação dos 25 anos da PJMP. Tema: “PJMP: 25 anos de ternura e resistência”, com oficinas temáticas: “História da PJMP”; “Igreja e religiosidade”; “Diversidade e etnia”; “Questões de gênero”; “Orientação sexual”; “Expressões juvenis”; | 19-21/09/03 |
| | Encontro diocesano da PJMP: Tema: “Ternura e resistência”. | 20-22/06/03 |
| 2004 | 10ª Assembléia Arquidiocesana da PJMP | 13-15/08/04 |
| | Curso de formação “Jovens multiplicadores de informação para a cidadania”, com a seguinte programação: | |
| | - Primeiro módulo: Tema: “Encontrar-se e reencontrar-se entre amigos/as e companheiros/as”; | 17/02/2004 |
| | - Segundo módulo: Tema: “Identidade, metodologia na PJMP”; | 14/03/2004 |
| | - Terceiro módulo: Tema: “Ecologia e meio ambiente”; | |
| | - Quarto módulo: Tema: “Diálogo inter-religioso”; | 18/05/2004 |
| | - Quinto módulo: Tema: “Juventude, trabalho e emprego”; | 17/07/2004 |
| | - Sexto módulo: Tema: “Mecanismo de defesa: Estatuto da Criança e do Adolescente”; | 21/08/2004 |
| | - Sétimo módulo: Tema: “Teologia da Libertação”; | 19/10/2004 |
| | | 13/11/2004 |
| | - I Seminário temático: “Protagonismo juvenil: a inserção dos jovens na política partidária e contribuição na construção de uma nova sociedade”; | 23-25/04/04 |
| | - II Seminário temático: “II ENCONTRART: Encontro de Artes da PJMP: VII São João da PJMP”; | 25-27/06/04 |
| | - III Seminário temático: “Gênero e sexualidade: na construção do novo homem e nova mulher”; | 24-26/09/04 |
| | - “Encontro de monitoramento do projeto ⁵⁶ ”. Como mostra o relatório deste encontro a importância do monitoramento reside no fato de se poder “olhar, acompanhar, fiscalizar e analisar” as atividades previstas e desenvolvidas, a metodologia utilizada, as parcerias realizadas, o alcance do projeto, que são os objetivos e os resultados atingidos etc. | sem data |
| | - Encontro de avaliação do projeto | 04-06/03/05 |

⁵⁶ De acordo com o que aparece no relatório, “o monitoramento pode ser definido como um exame contínuo e sistemático de todos os aspectos de um programa, projeto ou evento. É utilizado para medir o progresso em relação aos resultados esperados e desejados. Através do monitoramento é possível garantir que um objetivo seja atingido de forma efetiva e eficiente”.

| | | |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| 2005 | <p>Curso de formação para liderança jovem da PJMP</p> <p>1º Módulo: “Espiritualidade e mística da PJMP”;</p> <p>2º Módulo: “O trem da história da PJMP”;</p> <p>3º Módulo: “Cuidado consigo e com os outros”;</p> <p>4º Módulo: “Cuidado consigo e com os outros” (continuidade)</p> | <p>Abril/2005</p> <p>Maio/2005</p> <p>Julho/2005</p> <p>Agosto/2005</p> |
| | <p>Seminário Temático da PJMP, com o tema: “3º ENCONTRAR: encontro de artes da PJMP”. Lema: “Folclore e cultura popular paraibana”. Atividades do encontro: Roda de diálogo, com o tema: “Entendendo a cultura popular paraibana”; oficinas, com os temas: “Resgatando, fortalecendo e vivenciando a cultura popular paraibana” e “Expressões culturais paraibanas”;</p> | 11-12/06/05 |
| | <p>Seminário temático da PJMP, com o tema: “Juventude, família e sociedade”;</p> | 11-12/09/05 |
| | <p>I Encontro de Assessoria Diocesana da Pastoral da Juventude do Meio Popular, com o tema: “Assessoria Diocesana: do chão da vida, outras delícias”. Neste encontro foram trabalhadas as seguintes questões: “Identidade e serviço da assessoria na pastoral”; e “Identidade, história e organização da PJMP”. Além dessas questões, foi elaborado um plano de ação para 2005;</p> | 16-17/04/05 |
| | <p>II Encontro de Assessoria Diocesana da Pastoral da Juventude do Meio Popular, com o tema: “Assessoria Diocesana e o estudo das várias correntes metodológicas”. Questão trabalhada neste encontro: visão geral sobre as correntes filosóficas e pedagógicas influentes no pensamento educacional;</p> | 04/06/2005 |
| | <p>III Encontro de Assessoria Diocesana da Pastoral da Juventude do Meio Popular, com o tema: “Assessoria Diocesana e o estudo das várias correntes metodológicas” (continuação). Neste encontro foram trabalhados alguns aspectos teórico-metodológicos da educação relacionados à contribuição de Paulo Freire, Carl Rogers e de Piaget;</p> | 03/09/2005 |
| | <p>IV Encontro de Assessoria Diocesana da Pastoral da Juventude do Meio Popular, com o tema: “Assessoria Diocesana e o estudo das várias correntes metodológicas” (continuação). Questões trabalhadas nesse encontro: aspectos metodológicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e da hermenêutica feminista;</p> | 01/10/2005 |
| | <p>V Encontro de Assessoria Diocesana da Pastoral da Juventude do Meio Popular, com o tema: “Avaliação e planejamento da Comissão Diocesana de Assessoria”. Apesar de não ter tido um caráter formativo, este encontro foi importante pela retomada do processo formativo de assessoria jovem que se desenrolou durante este ano na PJMP.</p> | 03-04/12/05 |

| | | |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| 2006 | Reuniões da Equipe Ampliada, com formação, uma vez por mês, de 9:00 as 14:00h; | sem data |
| | Seminário temático: “Protagonismo juvenil: participação e mudança”; | sem data |
| | Curso de capacitação sobre “Gestão administrativa e financeira”, voltado para alguns integrantes da coordenação. É um curso anual, de fevereiro a dezembro, com 10 módulos, sendo quatro horas por módulo. Entre um módulo e outro existe uma atividade teórica ou prática. | Mensal, de janeiro a dezembro de 2006. |

Atentos ao que aparece neste quadro e na fala dos/as entrevistados/as 01, 02 e 04, os quais participaram da pastoral nos anos 80, constatamos que neste período houve a prevalência dos temas mais ligados à questão política, como a organização popular, o processo constituinte, o problema agrário, a política partidária. Isto significa dizer que a PJMP estava atenta ao cenário sócio-político que no Brasil se configurava.

Dos anos 90 pra cá, constatamos que outras temáticas, relacionadas à questão do indivíduo, da subjetividade, da cultura passaram a ocupar mais espaço na agenda da pastoral. Como relata o/a entrevistando/a 05

Houve um momento em que a questão da afetividade e sexualidade era o *boom*. Então, tinha que se trabalhar, não tinha jeito. As assembléias eram o momento de trabalhar isso, encontro, cursos. A gente dentro do projeto deu uma atenção especial nessa área e muitos de nós começaram a fazer leitura específica da questão, mas, ainda aí, a gente via que faltava. Porque muitas das vezes a gente tinha surpresa com as dificuldades, com uma gravidez que não tinha sido planejada, uma DST, algum problema nessa área ou mesmo na área afetiva que ficou... as relações as vezes ficavam difíceis, fossem as relações com os pais, fosse essa entre os próprios jovens que já tem todo o momento de ebulição na adolescência e que as coisas toma uma proporção gigantesca, às vezes o problema é pequeno mas ele toma uma dimensão que, e essas coisas, às vezes, ainda eram difíceis de serem trabalhadas.

É uma fala que reporta à primeira metade da década de 90, mas que continua a se fazer nos anos posteriores. No final dos anos 90 e início dos anos 00, ganha força o debate em torno da orientação sexual e da cultura popular, o que vem acontecendo até o momento.

Em relação aos processos formativos sistematizados, vimos que o período mais fecundo da história da PJMP, no que se refere a uma proposta formativa integral, corresponde

aos anos de 1996 a 2005⁵⁷. Neste tempo, a PJMP, em parceria com o CFM (Centro de Formação Missionária), o SEJAP (Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba) e o CEBI (Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos), participou da coordenação de um processo formativo para juventude, que abrangia conteúdos de diversas áreas: Sociologia, Psicologia, Bíblia e Educação e Metodologia do Trabalho Popular.

O formato dessa proposta consistia no funcionamento de quatro cursos, “Realidade Social”, “Bíblia”, “Dinâmica da Vida em Grupo” e “Psicologia”, cada qual com a duração de dez meses, sendo um final de semana por mês. Em relação ao público, os cursos eram abertos a todas as juventudes, prioritariamente ao segmento do meio popular, podendo o/a jovem, dentro de um tempo de quatro anos, participar de todos eles. A assessoria ficava sob a responsabilidade, geralmente, de pessoas oriundas da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), da FAFICA (Faculdade de Filosofia de Caruaru) e do meio eclesial.

Outras experiências sistematizadas de formação foram organizadas pela PJMP, porém, com uma estrutura e uma abrangência de conteúdos bem menor do que o que se viu na experiência em Serra Redonda. Quanto a isto, conseguimos constatar que a dificuldade financeira aparece como um dos principais, senão o principal, entraves enfrentados pela pastoral. Soma-se a esta, outra questão que já discutimos anteriormente, ou seja, os conflitos da PJMP em relação à hierarquia da Igreja, o que tem obrigado a pastoral, muitas vezes, a ter que resolver sozinha os seus dilemas.

Neste sentido, vimos que o pessoal da PJMP não perdeu tempo. Em vários períodos, desde os anos 80, notamos que vários projetos foram enviados e aprovados a/por algumas instituições financiadoras, como a Misereor, o Grupo Solidarieta Nordeste Brasile, a Pastoral de Juventude da Diocese de Verona, a AMA, as “Irmãs da Assunção da Santa Virgem”, a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), o Instituto Social Marista, dentre outros⁵⁸.

⁵⁷ Apesar de a PJMP ter se retirado dessa parceria, esta proposta formativa continuou a existir. Inclusive, é uma proposta que já existia antes, mesmo, da entrada da PJMP nesse processo.

⁵⁸ Além deste apoio financeiro, a pastoral contou com vários outros tipos de apoio, como assessoria, espaço para efetivar suas atividades formativas, materiais didáticos. Neste sentido, elencamos várias entidades que prestaram este tipo de apoio, veja: CEB's (Comunidades Eclesiais de Base); CPT (Comissão pastoral da Terra); CEBI (Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos); ASTEIAS (Associação de Trabalho em Educação, Intervenção e Assistência Social), DEPA (Departamento de Pesquisas e Assessoria); UFPB (Universidade Federal da Paraíba); CENAP (Centro Nordestino de Animação Popular); MAC (Movimento de Criança e Adolescente); PO (Pastoral Operária); Cunchã (Coletivo Feminista); MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra); Arquidiocese da Paraíba, incluindo as paróquias; Consulta Popular; SEJAP (Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba); CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humano); CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço); CAIS (Centro

Constatamos que nos anos em que houve financiamento de projetos, o trabalho da pastoral deslanchou, principalmente no que se refere à questão formativa. Por exemplo, se compararmos a atuação da PJMP realizada no ano anterior (2005) com o que vem sendo realizado neste ano, veremos que há uma diferença bem maior em prejuízo a este último. Sobre esta questão veja o quadro 01 (p.128).

É óbvio que outros elementos se interpõem neste cenário, como o refluxo que vem se desencadeando nestes últimos anos; porém, nesta comparação que foi realizada no parágrafo anterior, a falta de recursos financeiros foi um dos elementos que mais pesou, contribuindo, inclusive, com o adiamento ou cancelamento de algumas atividades importantes da pastoral. Segundo o/a entrevistado/a 07, quando se tem financiamento as coisas passam a funcionar com mais eficiência e eficácia, como aconteceu em 2005. Quando não, a saída é não programar muita coisa ou fazer redefinições, como aconteceu na formação de assessoras/es, neste ano de 2006, veja:

[...] todo mês a gente tinha uma roda de diálogo, e a gente tinha três, quatro encontro de dois dias. Dois no primeiro semestre e dois no segundo [...] de dois dias e a gente tem rodas de diálogo. A gente recebe textos, roteiro, então a gente faz discussão do roteiro e vai na “roda de diálogo” discutir. São rodas de duas horas, elas acontecem mensalmente. Nesse ano, agora, a gente só teve “rodas de diálogo”. Como a gente não tinha recursos pra ter hospedagem, porque a gente sempre foi ‘prum’ lugar, sempre alugou uma casa, então tinha a despesa com alimentação, com transporte. A gente não tinha condições de bancar isso.

Quanto ao enfoque teórico utilizado pela PJMP, desde o seu nascimento até os dias atuais, observamos que houve certo redirecionamento nestes últimos anos. De acordo com os cinco primeiros entrevistados/as, até meado dos anos 90, a matriz teórica marxista/socialista, ao lado da Teologia da Libertação e da Educação Popular, era o instrumento interpretativo pelo qual a pastoral orientava os seus passos. Neste sentido, realizavam algumas atividades de estudo e debate, acompanhadas de leitura de obras marxistas e da Teologia da Libertação,

de Cidadania, Ação e Intervenção Solidária); CFM (Centro de Formação Missionária); Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente; CFP (Centro de Formação Pastoral); PT (Partido dos Trabalhadores, incluindo-se aí os gabinetes parlamentares deste partido); EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares); ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais); Casa Pequeno Davi; dentre outros. A PJMP contou, também, com a contribuição de diversas pessoas, assim como com os espaços formativos da própria PJMP, em níveis regional e nacional.

buscavam assessoria externa, além da assessoria da pastoral, pesquisavam, enfim, buscavam se instrumentar, de forma que pudessem qualificar a sua atuação no meio popular.

Observando os subsídios e os relatórios dessa época, principalmente o material dos anos 80, notamos que na linguagem utilizada, estavam presentes alguns termos e temáticas relacionados ao que foi dito nas entrevistas, ou seja, se discutia a “luta de classes”; “a *práxis*/luta revolucionária”, “prática libertadora”, “Teologia dos oprimidos”, “relacionamento cristãos-marxistas”, “Igreja dos pobres”, “Militância, Igreja, autonomia e comunhão”, “Igreja, classes sociais e Estado”, “Modo de produção e formação social”, “Revolução socialista”, inclusive fazendo referência a algumas figuras importantes do campo da esquerda, como Dom Hélder Câmara, Marx, Comblin, Lênin, Boff, Gramsci, dentre outros.

Embora a conciliação entre marxismo e cristianismo fosse uma tarefa difícil de se fazer naquele período, o pessoal da PJMP não deixava de insistir, e, na medida do possível, arquitetava uma maneira de fazer o convencimento. Como mostra o/a entrevistado/a 02,

[...] a gente trabalhava os aspectos, aí, toda a formação da dialética, ‘né?’, todos os princípios, aí, mas, sempre, sempre identificando onde era que o cristianismo, onde era que a fé entrava nessa história; mas sempre na presença de Cristo como o grande libertador e o grande militante, que para nós era o exemplo de vida de que se enfrentou com os poderosos e que conseguiu fazer um modelo de organização que fez uma revolução.

Mesmo assim, fazendo a relação entre estes dois campos, a opção por estas vias, da Teologia da Libertação e do marxismo, trouxe para a PJMP muitos conflitos com alguns setores da Igreja, principalmente na primeira década, quando o marxismo (e a Teologia da Libertação, por tabela) fora constantemente associado à “coisa do diabo”, quer dizer, como um inimigo que a Igreja precisaria combater. No entanto, a PJMP foi adiante, mantendo-se firme em relação à defesa deste enfoque (marxista), pelo menos até os anos 90.

A contribuição dos teóricos da Educação Popular não apareceu em todas as falas, mas, observando as sistematizações dos encontros e de alguns subsídios pudemos perceber a sua influência na caminhada da pastoral, em todo o seu trajeto. Esta questão já foi tratada na parte inicial deste item.

Nos últimos anos da década de 90, a PJMP começa a tomar um outro rumo em relação ao aporte teórico. Algumas opções permaneceram, como a Teologia da Libertação e a

influência freireana. Quanto à matriz marxista, percebemos que, pouco a pouco, a pastoral foi fazendo um afastamento, ao passo que foi aumentando a influência de outros enfoques teóricos, a exemplo da psicologia rogeriana, centrada no indivíduo. Este distanciamento tem sido explicado pelo fato de que a pastoral tem ampliado a sua perspectiva teórica, em virtude de outras dimensões da vida, a exemplo da sexualidade e afetividade, das relações de gênero, da questão étnica.

De fato, observando a sua agenda, notamos que nestes últimos anos, a pastoral tem dado uma atenção especial a estas demandas, no entanto, constatamos que na linguagem utilizada e na prática vivenciada — seja nos encontros de formação, nas reuniões da Equipe Ampliada, nos relatórios e na própria programação dos processos formativos —, a influência marxista pouco se faz sentir. Inclusive, na fala dos/as últimos/as entrevistados/as (06 e 07⁵⁹), quando questionados sobre a matriz teórica utilizada na pastoral no tempo de sua participação, o marxismo não aparece mais como uma opção da pastoral.

Por um lado, este distanciamento pode ser relacionado ao movimento que vem se desenrolando na academia, nos movimentos sociais populares, nos partidos de esquerda, no qual o marxismo vem sendo considerado como um instrumento obsoleto, que não responde mais aos desafios da pós-modernidade. Como, historicamente, a maior parte da assessoria da PJMP (assessoria externa) vem desses espaços, possivelmente ela tenha sofrido esta influência. Por outro lado, pode corresponder à falta de um conhecimento mais aprofundado do que venha a ser o marxismo/socialismo e da sua importância nos processos de interpretação e intervenção da/na realidade social.

Neste período de pesquisa, por exemplo, até que vimos uma preocupação muito forte, por parte da liderança e da assessoria da PJMP, em relação à questão das políticas públicas, aos problemas enfrentados pela juventude no seu cotidiano, como o desemprego, a violência, porém, sem fazerem uma relação mais explícita e profunda desses problemas com a dimensão macro (sócio-econômico-político-cultural). Ou seja, a crítica aberta ao modo de produção capitalista, à sociedade de classes, já não aparece mais com tanto vigor como em tempos anteriores.

⁵⁹ Integrantes da coordenação/assessoria da PJMP, respectivamente, nos períodos 1996-2000 e 1998-2006, respectivamente.

Das atividades que participamos, apenas em uma delas pudemos presenciar um debate sobre o socialismo, mas apenas em um pequeno subgrupo, de cinco pessoas. Esta atividade nos serve como exemplo para o que estamos tentando dizer. Tratava-se de um encontro de lideranças, da PJMP, no qual o objetivo central estava voltado para uma discussão sobre a questão do “protagonismo juvenil”, com ênfase na questão das políticas públicas. Foi um encontro muito importante, no sentido de qualificar as lideranças para uma intervenção nos espaços institucionais. Nele, foram trabalhados: a questão da cidade, enfatizando-se os seus problemas; a questão da gestão pública; os instrumentos de participação e de controle social, que são temas fundamentais para o entendimento do papel da juventude no cenário político. Porém, na discussão realizada, não se fizeram uma articulação entre as questões locais com as políticas neoliberais, com os processos globalizantes, bem como com outras estratégias utilizadas pelo Capital.

Esta situação pode se constituir em um problema de análise que merece ser refletido com mais atenção, uma vez que esta desarticulação (na verdade, um reducionismo) obscurece as contradições que a sociedade de classes apresenta.

A partir de uma outra visão, podemos afirmar que o entendimento da dinâmica do capital, numa perspectiva de totalidade, passa a ser uma condição fundamental para a compreensão da questão da cidade e das relações que nela se estabelecem. Fazendo isto, é possível perceber que a realidade sócio-econômica, política e cultural local é bem mais complexa do que parece à primeira vista, ou seja, ela está relacionada, direta e indiretamente, a um contexto maior, que é determinado pelo modo de produção — no caso em pauta, o modo de produção capitalista.

Considerando o fato de que a PJMP conta com a contribuição da Teologia da Libertação e da vertente da Educação Popular, e que estas duas perspectivas se identificam com os valores e as idéias marxistas, pode estar havendo na pastoral uma dificuldade de como traduzir isto numa prática educativa e nos demais processos desencadeados através de sua atuação. Inclusive, percebemos que existe na PJMP uma intenção em se fazer uma articulação entre as demandas do campo da subjetividade e as questões mais estruturais, de ordem sócio-econômica de classe, porém, é uma intenção que tem sido discutida apenas na assessoria da pastoral. Este debate ainda não chegou à equipe ampliada e nem tampouco aos grupos pesquisados.

Na realidade, não se tem na pastoral uma linha teórico-metodológica bem definida, pela qual se possa dizer “olha, é por aqui que a pastoral está se orientando”, não. De acordo com o/a entrevistado/a 07, atualmente a pastoral vem sofrendo influência da pedagogia freireana, da psicologia de Carl Rogers, da Teologia da Libertação e da vertente relacionada à “questão de gênero, ‘né?’, de direito à diversidade sexual [...]”. Ou seja, a pastoral está passando por um momento eclético, de redefinições. De acordo com esse/a mesmo/a entrevistando/a, o método utilizado pela pastoral nos períodos anteriores, o “Ver-Julgar-Agir”, já não responde mais aos anseios da pastoral. Para ele/a, os tempos mudaram e a PJMP precisa de um outro instrumento de análise, que seja mais científico e que possa dar conta da complexidade que a pastoral está passando:

O ‘ver, julgar e agir’ não é mais uma coisa que a gente, de fato, utilize. Na verdade, ele passou a ser um documento. A gente não faz “ver, julgar e agir”, a gente reflete sobre a coisa, a gente quer se aprofundar sobre ela, fazer um diagnóstico. Então, é como o “ver, julgar e o agir” fosse uma coisa muito simplória, que hoje não consegue mais dar conta. E houve um problema da gente conseguir identificar no “ver, julgar e agir”, é que o julgar é a partir de uma visão teológica, a partir da Bíblia, mas quem tá julgando é uma pessoa e aí, dependendo de quem esteja julgando, ali vai tá o juízo de valor daquela pessoa, ‘né?’. Por exemplo, se for da Teologia da Libertação vai tá julgando a partir do que ela acredita, se for alguém ligado a outra teologia vai pegar a Bíblia e aí vai fazer o julgamento daquela questão, então é muito a partir dos valores morais. Então, acho que isso, eu acho que a PJMP não dá mais conta. A gente se aprofundou mais numa questão científica, que a gente quer ter algumas comprovações (entrevistando/a 07).

Neste momento de redefinições, muito vale a influência dos membros da Equipe de Assessoria, a qual conta com pessoas bem qualificadas, com experiência acadêmica, em sua maioria, e com uma prática de trabalho reconhecida junto às juventudes. São intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1978), militantes, que aprenderam na pastoral a *serem mais* (FREIRE, 1987), a pensarem a realidade de outra forma e, assim, mantêm-se presentes contribuindo com a continuidade da existência da pastoral, comprometidos/as com a caminhada das juventudes do meio popular.

Nesse compromisso, que no passado, muitos outros e outras também o fizeram, percebemos um cuidado em fazer com que a dimensão educativa pudesse alcançar um perfil de juventude que expressasse protagonismo e militância, que levasse as juventudes ao

desenvolvimento de uma consciência crítica e autônoma, capaz de fazerem escolhas e de serem responsáveis por elas. Neste sentido, constatamos a utilização de uma metodologia participante, dialógica e democrática, com o uso de uma linguagem acessível e problematizadora, com a cara e o jeito das juventudes do meio popular.

Para aqueles e aquelas que já fizeram a experiência da PJMP ou ainda estão presentes nela, os resultados dessa participação tem se expressado de formas variadas, posto que na proposta educativa que a pastoral vem desenvolvendo tem havido um direcionamento no sentido de as juventudes poderem se desenvolver em todas as dimensões, ou seja, na perspectiva da omnilateralidade. Assim, as juventudes têm encontrado na pastoral um espaço privilegiado para a aprendizagem: da comunicação e interação com outros/as jovens e adultos; da produção cultural, seja na música, na poesia, na dança, nas artes plásticas; da compreensão crítica dos problemas enfrentados pela sua família e pela sociedade, como o desemprego, a violência, o uso das drogas, a prostituição, dentre outros; técnica de fazer projetos de formação e de finanças; de construção de planejamento, avaliação, pesquisa e monitoramento (de projetos e ações); da participação nos canais de expressão da sociedade civil, bem como nos espaços institucionais; de uma espiritualidade bem relacionada ao seu cotidiano, à sua realidade; e tantos outros.

É importante chamar a atenção para o fato de que o processo educativo da PJMP não tem se restringido ao espaço formativo, propriamente dito. Em diversos momentos, como na organização e desenvolvimento dos encontros e das atividades realizados, seja pela Equipe Ampliada, seja pelos grupos de jovens, pudemos constatar a produção de saberes significativos para a vida dos/as jovens participantes dessas instâncias. O simples gesto de dividir equipes — de limpeza dos banheiros, do refeitório e dos talheres; de secretaria; de finanças; de coordenação e assessoria; de animação; de mística etc., com revezamento de funções —, para o funcionamento de um determinado encontro, traduz-se em um instrumento educativo, no sentido de desenvolvimento de valores democráticos, de participação e partilha, de co-responsabilidade e de respeito ao outro/a. Na pastoral se aprende que tanto as tarefas domésticas, como as tarefas de direção são tarefas de ambos os sexos.

Nas entrevistas com os/as ex-participantes, bem como no acompanhamento que fizemos dos grupos e das equipes da pastoral, percebemos um reconhecimento da PJMP como

um espaço de formação que provocou grandes mudanças em suas vidas. Alguns depoimentos nos servem como ilustração:

[...] o meu nascimento como pessoa que passa a pensar o mundo, as coisas, a vida, a sociedade, a realidade dentro da qual eu estou vivendo, as causas e conseqüências de determinados fatos e fenômenos ocorrerem desse modo e não daquele outro, isso nasce a partir do meu ingresso na PJMP. É o meu ingresso na PJMP que reorienta, inclusive, na minha vida do ponto de vista de objetivo de estudo (Entrevistado/a 04).

[...] ela (a PJMP) teve um teve e tem um significado muito forte para mim porque a minha história de vinda pra João Pessoa ‘tá’ um pouco ligada ao ter conhecido a falar da PJMP ouvido falar da educação popular e isso que me traz pra o Nordeste e me traz para João Pessoa [...]

[...] olha, eu tô saindo, mas ela não sai de mim, porque vou ter que, isso aí tá marcado na minha vida agora pra sempre⁶⁰ (Entrevistado/a 05).

[...] a PJMP foi uma porta, um espaço onde me acolheu e aí foi esse espaço de descoberta, descoberta de que profissão eu queria fazer, o meu desenvolvimento profissional [...] hoje, eu me considero um profissional, um profissional muito habilitado pra trabalhar em várias áreas, mas eu percebo que foi a partir dessa experiência [...]

[...]você passa a escolher as coisas a partir de um sentido mais coletivo, porque eu escolho a minha profissão a partir, não só de uma coisa que me dê dinheiro, que me dê prazer, também, de fazer, mas uma coisa que contribua com a mudança, com a transformação social (Entrevistado/a 07).

[...] pra mim, a PJMP foi muito importante, porque, primeiro, eu era uma pessoa muito tímida, muito introvertida, ‘né?’ e, assim, a necessidade de você falar, de você ter que, não por obrigação, mas por querer se expressar, eu achei na PJMP um espaço em que eu pudesse falar das minhas idéias, do que eu pensava, sem ser discriminada, sem ser reprovada, sem ser criticada, coisa que em outros espaços eu não me sentia à vontade. Então, assim, eu já tinha participado de Crisma, eu já tinha participado de catequese, mas na PJMP eu me senti livre, e tal, de expressar minhas opiniões, minhas idéias, assim, enfim, me senti acolhida, ‘né?’.

Hoje, a forma como eu me comporto no trabalho [...] a própria entrada na universidade, a escolha do meu curso, a escolha da minha vida profissional, assim, as escolhas, algumas escolhas que eu fiz na vida, eu fiz por ter tido essa experiência na PJMP. Então, assim, pra mim, talvez, pode ter até algum tipo de exagero falar, eu acho que se eu não tivesse passado pela a PJMP eu não seria o que eu sou hoje. Eu não teria as posturas que eu tenho hoje, eu não teria as oportunidade que tenho hoje, assim, eu não seria quem eu sou hoje (Entrevistado/a 06).

⁶⁰ Esta segunda parte da fala diz respeito ao momento de saída/despedida da pastoral.

[...] para alguns era um processo de libertação de uma série de amarras, 'né?', inclusive amarras pessoais [...] na dimensão da própria sexualidade, onde os jovens eram tão reprimidos que até o físico deles era... mostrava essa repressão toda. Isso aparecia muito nos exercícios que se fazia, nos treinamentos, na formação, 'né?', onde, por exemplo, ao abraçar o outro, era uma distância, com medo de tocar no outro [...] amarras psicológicas, amarras familiares [...] (Entrevistado/a 01).

Como se percebe, a PJMP foi e ainda é um espaço não apenas de formação, mas, também, de convivência, de partilha de experiências e de vida. Nela, as juventudes do meio popular têm sido bem acolhidas, escutadas e valorizadas, não importando a raça, a etnia, a orientação sexual ou outra categoria qualquer. Portanto, não tem como negar o fato de que a PJMP tem sido e é um instrumento de construção da cidadania, uma força juvenil transformadora de referência na cidade de João Pessoa.

4. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa permitiu-nos identificar uma série de elementos que demonstram os (des)cuidados a que vêm sendo submetidas as juventudes do meio popular na sociedade contemporânea, bem como uma resistência fecunda de grupos organizados desse segmento aos processos de exclusão gerados pela (des)ordem capitalista.

Referente à população específica de nossa pesquisa, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, da cidade de João Pessoa/PB, o trabalho apontou, em linhas gerais, a experiência de construção da Cidadania que os jovens vêm promovendo no espaço das periferias de João Pessoa/PB, no período de 1981 a 2006, o que para nós tem sido uma experiência muito fértil de aprendizagem e de partilha de sentidos e significados, fortalecendo, sobremaneira, a nossa compreensão sobre o ato de pesquisar.

Na breve revisitação histórica dessa Pastoral, pudemos observar os limites e as possibilidades dessa caminhada. Constatamos que o trabalho realizado com as juventudes do meio popular é um desafio que exige compromisso e coragem, principalmente em se tratando de um trabalho realizado numa perspectiva emancipadora.

Assim, constatamos que a trajetória da PJMP se desenvolveu no contexto de um Estado que se manteve distante dos interesses e objetivos do segmento juvenil, o qual a cada dia foi se retraindo mais, bem ao gosto neoliberal, priorizando uma política de mercado que tem excluído grandes parcelas da população, gerando, com isso, um desemprego desenfreado, violência e tantos outros males que há séculos vêm atingindo negativamente as juventudes, bem como outros segmentos da sociedade.

Neste sentido, a ausência ou a insuficiência de políticas públicas específicas para os jovens do meio popular os tem levado a uma situação de humilhação cotidiana, infelizmente por não terem condições de adquirirem os bens e os serviços que lhes são essenciais, porque há uma proibição na sociedade de classes, a qual privilegia os interesses do Mercado. Como vimos neste trabalho, até o direito de ir e vir, que parece ser tão simples, muitas vezes lhes é negado, como são negados, também, o direito de estudarem numa escola de boa qualidade, de poderem ir ao cinema, de serem tratados decentemente em um hospital, sem precisarem estar disputando uma vaga com outros tantos, também em condições precarizadas.

Mas, apesar disso, a PJMP conseguiu se afirmar, garantindo o seu espaço como uma alternativa de organização e participação juvenil na Igreja e na sociedade, semeando uma nova cultura, outros saberes e um novo jeito jovem de ser Igreja no meio popular. Fazendo parte da “Igreja na Base”, essa Pastoral comungou dos valores e dos princípios defendidos pela Teologia da Libertação, tornando-se, assim, um canal de expressão e de luta das juventudes pobres.

O eixo que trata da questão da participação da PJMP nas lutas sociais, no terceiro capítulo, mostra com clareza, o compromisso político-social que essa Pastoral tem firmado com os setores populares, principalmente quando em pauta estiveram presentes as aspirações do segmento juvenil. E, assim, relendo e acompanhando a sua história, notamos a presença de “seus” jovens — e adultos, também, que durante um determinado período participaram do quadro da pastoral — na constituição e direção de um partido de esquerda, na direção de sindicatos e associações de bairro, na academia, nos movimentos sociais populares, na criação e coordenação de ONGs, nas manifestações e protestos populares, nos grupos artístico-culturais.

Em sua história não se tem registro de grandes feitos em termos de ações ou mobilizações organizados por ela mesma, aqui em João Pessoa; porém, não há como negar o

fato de que nas diversas frentes de lutas populares que se levantaram, durante o período aqui estudado, vamos constatar a sua fiel presença junto a outros segmentos da sociedade civil.

No desenrolar dessas lutas, a PJMP foi defendendo a idéia de que as juventudes devem participar também nos espaços de decisão política, uma vez que elas têm necessidades e interesses específicos, sendo, portanto, importante ouvir as suas vozes, valorizando e apoiando as suas iniciativas. Entretanto, não se tem defendido uma participação qualquer, apenas para “tapar buraco”, mas uma participação ativa, a partir da qual elas possam colocar em prática a sua capacidade de criação e intervenção, o que pressupõe considerá-las como sujeitos co-responsáveis desse processo, em todas as suas fases. A este posicionamento subjaz a idéia, tão defendida nos escritos sobre juventude, de que ao abrir os espaços de decisão às juventudes se diminui o risco de criação de políticas inadequadas, que pouco têm a ver com as suas reivindicações e justas aspirações.

Nestes últimos cinco anos, os embates mais recorrentes realizados pela PJMP se dirigiram à elaboração e à implementação de políticas públicas para as juventudes. Por reconhecerem o fato de que as ações do Estado não têm correspondido às reais necessidades da juventude, as lideranças e a assessoria da PJMP têm se juntado a várias outras entidades de base e movimentos sociais que trabalham com o universo juvenil, e se empenhado para que essas ações sejam redirecionadas, de forma que possam ser geradas políticas que garantam, de fato, a afirmação da condição juvenil. E, assim, eles e elas vêm ocupando vários espaços voltados para o segmento juvenil, como: a Rede de Juventude do Nordeste; o Conselho Diocesano de Juventude do SEJAP (Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba); as conferências de juventude, em níveis estadual e nacional; as movimentações para criação dos conselhos municipal e estadual da juventude e das secretarias municipal e estadual da juventude.

Todas as ações citadas neste trabalho, bem como outras tantas que a pesquisa não conseguiu captar, não aconteceram por um acaso, mas foram frutos de intensos planejamentos, avaliações e muito estudo. Desde o início da pastoral, já se tinha a consciência de que a formação seria uma chave muito importante para abrir o caminho que a PJMP pretendia seguir. E este caminho foi sendo construído no dia a dia, em comunhão com outros atores, tanto do meio eclesial como fora dele.

Portanto, no eixo que trata da formação, no terceiro capítulo, vamos notar que a questão educativa foi uma prioridade assumida em todos os momentos da história da pastoral. A este respeito, vimos que houve um investimento maciço em todas as dimensões, o que tem ajudado as juventudes a desenvolverem um “espírito” militante e uma consciência crítica a respeito de si mesma, da sociedade e do mundo (veja o quadro I, na p. 128). Para isso, as lideranças e a assessoria da pastoral têm lançado mão de uma metodologia participativa e democrática, tendo em vista o fortalecimento do protagonismo juvenil. Neste sentido, temos visto que no serviço de coordenação da pastoral tem prevalecido a presença jovem, respaldada na idéia de que “as juventudes devem ser coordenadas pelas juventudes”.

Quanto ao enfoque teórico-metodológico, até meados dos anos 90 a corrente marxista, ao lado da Teologia da Libertação e da Educação Popular, era o instrumento de análise e interpretação mais utilizado pela pastoral. Assim, vamos notar uma formação voltada para construção da hegemonia popular, para a *práxis revolucionária*, para o fim da sociedade de classes e do Estado Capitalista. Apesar de priorizarem os aspectos sócio-políticos, nesse período, outros conteúdos eram também incorporados na agenda da pastoral, a exemplo da cultura, da afetividade e das sexualidades. Para tanto, contavam com assessorias oriundas tanto do meio eclesial, como de outros recantos, como o meio acadêmico e os movimentos sociais populares.

No final dos anos 90 para cá, constatamos que a pastoral foi se distanciando da matriz marxista, ao passo que outras abordagens foram influenciando o rumo que a PJMP vinha seguindo. Nesse contexto, a psicologia rogeriana, centrada na pessoa, assim como vertente relacionada às questões de gênero, de direito à diversidade sexual, começam a ganhar espaço na proposta educativa da pastoral. Trata-se de um período de redefinições, em que a PJMP vem buscando uma forma mais segura de compreensão da realidade social, de modo que possa responder aos desafios que a nova contextura social apresenta.

Observando a trajetória da PJMP, percebemos que a redefinição que vem sendo realizada, nestes últimos anos, traz, por um lado, alguns avanços no trato de algumas questões que, até então, eram secundarizadas na pastoral, a exemplo das questões da sexualidade e da cultura. Por outro lado, o distanciamento que vem sendo tomado em relação ao marxismo tem contribuído com o desenvolvimento de uma visão que não consegue explicar as contradições

que a sociedade de classe impõe, comprometendo, assim, o compromisso político-libertador/transformador que essa pastoral, há décadas, tem mantido com as classes populares.

Outra questão que merece uma reflexão mais atenta, ainda nessa direção, trata-se do discernimento que a pastoral vem fazendo em relação ao método “Ver-Julgar-Agir”, enquanto instrumento de análise⁶¹. Conforme o relato do/a entrevistado/a 07, esse método é muito simplório e não responde mais a complexidade dos tempos atuais. Segundo a sua fala, a questão valorativa é muito presente neste instrumento, o que impede de se ter uma visão mais científica sobre a realidade. Neste sentido, a sua substituição parece ser inevitável.

Sobre esta questão, duas observações podem ser feitas: primeiro, nada impede que a operacionalização do método “Ver-Julgar-Agir” tenha vinculação a uma base teórico-científica, como tantas vezes a própria PJMP tem feito em sua história. Segundo, é o fato de que a ciência não está isenta da valoração, o que, por si só, não justificaria o abandono do “Ver-Julgar-Agir” por parte da pastoral⁶². Acreditamos que a reflexão que está sendo feita na pastoral poderá aprofundar mais a compreensão que se tem sobre esta questão.

Uma sugestão que poderia ajudar nessa reflexão seria o debruçar sobre a própria história da PJMP, no sentido de estudá-la, de rever o seu referencial teórico-metodológico, de pensar sobre a sua forma de organizar, articular e formar as juventudes. Como atualmente a pastoral passa por uma série de dificuldades, esse rever a história poderia ajudar a sua liderança e assessoria a pensarem também sobre o momento presente, ou seja, a própria existência da pastoral, o acompanhamento que está sendo feito em relação aos grupos de jovens, a sua identidade e o seu papel na conjuntura atual.

Considerando todo o processo de investigação e análise, podemos afirmar que a PJMP, apesar dos limites a ela impostos e dos seus próprios limites, tem construído uma história de luta e resistência nos setores mais pobres da cidade de João Pessoa. Por ela transitaram várias juventudes, através dela muitos jovens emergiram sobre a realidade e passaram a entender e intervir o/no funcionamento das coisas, da sociedade e das relações nela estabelecidas.

Ao fazer isso, esta pastoral tem contribuído efetivamente com a construção da cidadania, uma vez que, ao tornar-se esse espaço de participação e organização das juventudes

⁶¹ Sobre esta questão, veja, no terceiro capítulo, o eixo que trata das experiências político-educativas desenvolvidas na PJMP.

⁶² Sobre esta questão, veja, no segundo capítulo, o subitem que trata dos procedimentos metodológicos.

do meio popular, os problemas e as questões referentes a este segmento foram sendo reclamados e compartilhados nas lutas com outros atores da sociedade. Essa contribuição, sem dúvida alguma, tem sido importante também no sentido do fortalecimento da sociedade civil, ou seja, na sua capacidade de pressão e negociação ante ao poder público.

Como se percebe não se pode dizer que as juventudes são apáticas e nem tampouco desinteressadas. Pela experiência da PJMP, podemos ver que as juventudes estão por aí, criando e recriando o mundo, procurando torná-lo mais bonito e justo para todas/os. Dito isso, acreditamos que as juventudes, quando organizadas, podem se constituir numa força política importante para o processo de construção de uma sociabilidade positivamente anticapitalista, o que nos leva a apoiá-las e a encorajá-las para que tome em suas mãos a responsabilidade, também, sobre este processo.

Nessa direção, resta-nos dizer que o legado da PJMP é muito valioso. Só conhece bem a sua dimensão quem passou pelos seus processos, pelos seus embates e pela sua tentativa insistente de fazer uma Igreja e uma sociedade diferentes do que aí se tem. Portanto, temos consciência de que esta modesta pesquisa sistematiza apenas uma parte do que, na verdade, esta Pastoral vem realizando no campo da cidadania, o que abre possibilidades para outros estudos deste gênero.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Juventude e cultura. **Dito e Feito**, n. 4, 2001. Disponível em <http://www.mineiroptnatal.bio.br/frameset.htm>.

ABREU, Marina M. Movimentos populares e classes subalternas: indicações teóricas. In. **Revista de políticas públicas**. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, v. 1, n. 1, jul./dez, 1995, p. 127-139.

ALBUQUERQUE, Maria do C. Participação cidadã nas políticas públicas. In. HERMANNNS, Klaus (Org.). **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2004, p. 15-60.

ALMEIDA, R.; ABREU, D.; BARREIRA, C. Andando na periferia de fortaleza: exclusão, juventude e violência. In: FRAGA, P. C. P.; LUNIANELLI, J. A. S. (Orgs.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 170-187.

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n. 77, mai. 1991, p. 53-61.

ALVES, Maria H. M. Introdução: dependência e o Estado de Segurança Nacional. In. _____. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 19-30.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em educação. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n. 96, fev. 1996, p. 15-23.

ANDRIOLI, Antônio I.; SCHMALZ, Stefan. O governo Lula: continuidade da política neoliberal no Brasil? **Revista Espaço Acadêmico**, ano VI, nº 62, jul/2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/062/62andrioli.htm>>. Acesso em: 25 de setembro de 2006.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.) **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001, p. 35-48.

_____. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARRUDA, Marcos. Brasil e globalização: oportunidades e desafios. In. **CESE Debate**. Nº 5. Salvador: CESE., Jul., 1996, p. 9-32.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2 ed. Col. Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 1996.

BICUDO, Hélio. Prefácio. In. ALVES, Maria H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 16-18.

BOFF, Leonardo. Um projeto do Vaticano para a América Latina? In. **Juventude, eclesialidade, militância**. João Pessoa: PJMP, 1990, p. 38-56.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 42-61.

BOTERF, Guy L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 51-81.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, Série Saber com o outro, v. 1, 2003.

_____. A educação da pessoa cidadã. In. _____. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 51-121.

BRENNER, Ana K.; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo C. R. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In. ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (Orgs.) São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 175-214.

BRITO, Ângela X.; LEONARDOS, Ana Cristina. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, jul/2001, p. 7-38.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In. Buffa, Ester; Arroyo, Miguel; Nosella, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

CALADO, Álder J. F. Desafios dos movimentos sociais populares e sindical frente à atual conjuntura. In: **Universidade e Sociedade**, n. 12, São Paulo: ANDES/SN, fev., 1997, p. 74-79.

_____. **Direitos humanos x capital: potencializando a intervenção dos movimentos e organizações sociais de base**. João Pessoa: Idéia, 2003.

_____. Educação e novos movimentos sociais: potencial, limites e perspectivas político-educativas da Igreja na Base. In. **Revista Temas em Educação**, nº 3, João Pessoa: UFPB – Centro de Educação, 1993, p. 21-42.

_____. Reproblematisando o(s) conceito(s) de Educação Popular. In. COSTA, Marisa V. (Org.). **Educação popular hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 123-146.

_____. Movimentos sociais populares: qual cidadania? Qual educação? In. CALADO, Álder J.; SILVA, Alexandre M. T. da. **Cidadania no horizonte do trabalho: reflexões sócio-históricas e pedagógicas**. João Pessoa: Idéia/Edições FAFICA, 2005, p. 9-30.

CARRANO, Paulo César R. Juventudes: as identidades são múltiplas. In.: **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF**. Niterói, n. 01: DP&A editora, maio, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Passo atrás, passo adiante (1964-1985). In. _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 155-195.

CHAUI, Marilena. **Compromisso e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CNBB. **Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.

COLL, Augustí N. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. São Paulo: Instituto Polis, 2002. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 2).

COMBLIN, José. O contexto eclesial. In. _____. **Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação**. 2ª Edição. São Paulo: Paulus, 1996, p. 19-35.

CONTRIM, Gilberto. Brasil: regime militar. In. _____. **Saber e fazer história: História Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 191-205.

COUTINHO, Carlos N. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In. FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). 2ª Edição. **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.11-39.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, Carlos R. J. Introdução. In. _____. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995, p. 9-20.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas; N. 24; p. 40-52; Set., Out., Nov., Dez./2003.

_____. Escola e culturas juvenis. In. FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.) **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, p.173-189, 2003

DEIFELT, Wanda. Cidadania, diaconia e juventude. In. CESE, 3ª Consulta sobre cidadania e diaconia: gente nova construindo novo mundo. Salvador: CESE, 2001, p. 67-75.

FÁVERO, Osmar; HORTA, José S. B.; FRIGOTTO, Gudêncio. Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas. In. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, nº 83, nov., 1992, p. 5-14.

FERREIRA, José R. M. O poder dos generais. In. _____. **História: 8ª série**. São Paulo: FTD, 1997.

FRAGA, P. C. P.; LULIANELLI, J. A. S. Introdução: juventude para além dos mitos. In. _____. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 9-16.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 34-41, 1985.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. Introdução à pedagogia do conflito. In. _____. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2001, p. 52-82.

_____. Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. 21 **Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, 1998. Disponível em: www.anped.org.br.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOHN, Maria da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 123).

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª. Edição. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5).

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. A pesquisa das Ciências Sociais: considerações metodológicas. In. **Cadernos Cedes: Centro de Estudos Educação e Sociedade**. Pesquisa participante e educação. Editora Cortez, Nº 12, p. 3-14, 1987.

GONÇALVES, Moisés A. Repertórios de lutas e utopias. In. CALADO, Álder J.; SILVA, Alexandre M. T. da. **Cidadania no horizonte do trabalho: reflexões sócio-históricas e pedagógicas**. João Pessoa: Idéia/Edições FAFICA, 2005, p. 31-42.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Esfera pública e democracia no Brasil. In. **Idéias**. Campinas, 5 (2)/6(1), 1998/1999, p. 43-74.

KUENZER, Acácia Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1986.

LESBAUPIN, Ivo. Apresentação: o desmonte de um país. In. _____ (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7-13.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MANFREDI, Sílvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. In. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano 19, n. 64, 1998.

MARTINS, Carlos E.; GULLAR, Ferreira. A questão da Cultura Popular: tentativa de conceituação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 15-31.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATOS, Henrique C. J. Uma nova compreensão da Igreja (1945-1968). In. _____. **Nossa história**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 131-189.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa em saúde. 7ª edição. São Paulo: Huitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1993.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes jovens e participação política. In. **Revista Brasileira de Educação**. Nos 5/6; p. 134-150; mai./jun./jul./ago./1997; set./out./nov./dez./1997;

MOISÉS, José A. A política contra a participação: ensaio sobre o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular legislativa na Nova Constituição. In. _____. **Cidadania e participação: ensaio sobre o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular legislativa na nova Constituição.** São Paulo: CEDEC/Marco Zero, 1990, p. 15-33.

NOGUEIRA, Marcos A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. O objeto das ciências humanas. In. HIRANO, Sedi (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento.** São Paulo: T. A. Queiroz, p. 1-20, 1979.

OLIVEIRA, Íris M. de; PAIVA, Antônio M. de. História da PJMP: alguns momentos fundamentais. In. PJMP. **PJMP: 25 anos de ternura e resistência.** Subsídio de preparação do II Congresso da Pastoral da Juventude do Meio Popular. São Paulo, agosto, 2003.

OLIVEIRA, Francisco M. de. **Cidadania e cultura política no poder local.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante.** 5ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 17- 33, 1985.

PAULO NETTO, José. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In. LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 75-89.

PEREIRA, Antônio Alberto. Olha o Zumbi dos Palmares aqui: paralelo Zumbi luta dos negros e MST. In. RODRIGUES, Luiz. D.; VASCONCELOS, Eymard M (Orgs.). **Novas configurações em movimentos sociais: vozes do Nordeste.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

PJMP. **Romaria da PJMP:** subsídio de preparação. Natal: junho, 1993.

_____. **PJMP: semente do novo na luta do povo.** Santa Cruz do Sul, fevereiro, 1988.

PUCCI, Bruno. **A nova práxis educacional da Igreja (1968-1979).** São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Ilse G. **Democracia e participação na “reforma” do estado.** São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época).

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA, Janice Tirelli P. de **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999, p. 15-29.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 15-50.

VALE, Ana M. do. Anos 1980-1990: cenário político e principais atores. In. _____. **Diálogo e conflito: a presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 99-136.

VALE, Ana M. do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1992. (Col. Questões da nossa época, 8).

WEFFORT, Francisco. Democracia política e desenvolvimento econômico. In. IBASE. **Democracia como proposta**. Rio de Janeiro: vol. 1, p. 9-33, 1991. Col. Democracia.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Cronograma de atividades (trabalho de campo da pesquisa).

Estivemos presentes nas seguintes atividades:

Reuniões da Equipe Ampliada

Local: Mosteiro São Bento, nos dias: 13/08/05, 22/04/06, 20/05/06 e 16/09/06.

Reunião da Equipe Diocesana de Assessoria da PJMP

21/05/06

Encontro Diocesano da PJMP

09-11/09/05

Encontro de Avaliação e Planejamento da PJMP

Com a Equipe Ampliada e Equipe de Assessoria

Local: Mosteiro São Bento, nos dias: 12 e 13/11/05

Encontro de Planejamento da PJMP diocesana (o encontro anterior não concluiu a pauta).

08/12/05

Encontro de Monitoramento da PJMP (encontro diocesano)

15 e 16/07/06.

Seminário Temático da PJMP

Tema: “Protagonismo juvenil: participação e mudança”.

Local: Centro de Cidadania, no bairro do Róger.

Visita aos grupos:

Grupo: Juventude, Força e Firmeza (JUFF) - Bairro das Industrias

Local: Salão Paroquial da Igreja Católica do Bairro das Indústrias, nos dias: 04/12/05, 18/12/05, 02/04/06, 15/10/06, 05/11/06.

Grupo: Jovens Unidos por um Amanhã Melhor (JUAM) – Geisel.

Local: Centro Pastoral da Comunidade, nos dias: ?/ 08/05, 01/10/05, 21/05/06, 12/08/06, 14/10/06, 28/10/06.

Grupo: Deixe-me Ser Jovem (DSJ) – Albergue.

Local: Salão Paroquial da Igreja Católica do Albergue, nos dias: 20/08/06, 27/08/06, 16/09/06, 05/11/06.

Encontro Regional da PJMP

06 e 07/08/05

Participantes: João Pessoa, Natal, Olinda/Recife, Floresta, Petrolina, Mossoró, Guarabira, Maceió, Campina Grande. Foi um encontro que tratou mais das questões relacionadas ao regional.

Reunião da Coordenação Colegiada

24/07/06, 12/09/06

Conselho Diocesano da Juventude

Encontro de Avaliação e Planejamento do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba
25-27/11/05

Reunião da Equipe de Assessoria do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba.

Local: Mosteiro São Bento, no dia 17/11/05.

Reuniões para discussão sobre o Centro de Formação Missionária.

Local: Mosteiro São Bento – João Pessoa, nos dias 21/11/05 e 01/12/05.

APÊNDICE B

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Mestrado em Educação Popular

Roteiro para entrevista (semi-estruturada) sobre a contribuição da Pastoral da Juventude do Meio Popular, da Arquidiocese da Paraíba.

Introdução:

Esta conversa (entrevista) que vamos fazer agora diz respeito a uma pesquisa do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, que procura analisar a contribuição da Pastoral da Juventude do Meio Popular nos processos de construção da cidadania.

Para quem é do tempo passado, é necessário que responda as questões de acordo com a realidade desse tempo, ou seja, considerando a experiência vivenciada, tanto pela pessoa que está sendo entrevistada como a PJMP. Neste sentido, é importante fazer um esforço para tentar se posicionar de acordo com a mentalidade da época.

Questões pessoais

Comente sobre o seu ingresso na PJMP, considerando: os motivos que te levaram a participar dela.

Antes de sua entrada na PJMP você já tinha participado de alguma organização social (grupo, associação, pastoral, partido, sindicato, movimento social popular, ONG, gestão governamental etc.)? E após a sua saída da PJMP, você tem participado de alguma organização social (se sim, a PJMP contribuiu/influenciou de alguma forma)? Comente:

Que significado (importância) tinha a PJMP em sua vida? Ela contribuiu em algum aspecto? A PJMP contribuiu com a sua formação política? A experiência que você teve na PJMP tem alguma influência no que você faz hoje?

Organização/estrutura

Como a PJMP se organizava?

Realizavam assembléias? Se sim, como funcionavam (público, periodicidade etc.)? Faziam encontros para avaliação e planejamento? Comente:

Quantos grupos da PJMP existiam em João Pessoa e em quais bairros se situavam? Qual era a média de participantes por grupo, considerando as questões etária e de gênero?

Formação

Existia alguma proposta de formação promovida pela PJMP ou por outra organização social, que contava com a participação dos/as integrantes da PJMP? Comente:

Ação e mobilização

Quais eram as (principais) reivindicações realizadas pelas/os jovens participantes da PJMP? Que ações a PJMP realizava para o atendimento dessas reivindicações?

Existia algum tipo de relação da PJMP com: outras instâncias da Igreja⁶³ (serviços, pastorais, movimentos, grupos de base); a Igreja oficial (bispo, clero); as organizações da sociedade civil (movimentos sociais populares, sindicatos, partidos, associações, ONGs etc.); o poder público (federal, estadual, municipal)? Comente:

Questões gerais

Existia alguma atividade que a pastoral realizava periodicamente, seja no campo da formação, da ação, da espiritualidade, da cultura ou outro? Tinha alguma data comemorativa? A PJMP vivenciava alguma prioridade em sua caminhada? Quais temáticas estavam presentes na agenda da pastoral?

Qual era o alcance político da PJMP?

Existia alguma política pública voltada especificamente para o universo juvenil?

Das pessoas que participaram contigo na PJMP, você tem notícia por onde elas “andam”, o que estão fazendo atualmente, em termos de trabalho, estudo, militância etc.?

Questão pessoal

O que te levou a sair da PJMP?

Existe outra questão que não entrou na conversa e que você gostaria de comentar?

⁶³ Estamos referindo à Igreja Católica.

APÊNDICE C

Universidade Federal da Paraíba
 Centro de Educação
 Mestrado em Educação

Questionário para o grupo de jovens:

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa, do Mestrado em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, intitulada “Pastoral da Juventude do Meio Popular: cidadania em pauta”, que busca investigar a contribuição desta pastoral nos processos de construção da cidadania. Através dele (do questionário), pretende-se identificar o perfil das pessoas participantes dos grupos que compõem a PJMP na cidade de João Pessoa. Não precisa se identificar.

- 1) Sexo: masculino () Feminino ()
- 2) Qual a sua idade?.....
- 3) Estado civil? Solteiro/a () Casado/a () Divorciado/a () Desquitado/a ()
 Outro:.....
- 4) Você tem filhos? Sim () não () Se sim, quantos filhos/as você tem?.....
- 5) Você estuda? Sim () Não () Se sim, em qual série/grau?.....
 Se você não estuda, mas já estudou alguma vez? Sim () Não () Se sim, você parou de estudar em que série e em qual grau?.....
- 6) Você trabalha? Sim () Não () Se sim, onde você trabalha?..... Fazendo qual tipo de trabalho?..... É com carteira assinada?.....
- 7) Qual a profissão ou ocupação de sua mãe?.....
 E qual a profissão ou ocupação de seu pai?.....
- 8) Há quanto tempo você participa do grupo?.....
- 9) Qual é o significado que o grupo tem pra você?.....

- 10) O que é PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) pra você?.....

